



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**GRUPO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

**Modelo Explicativo da Exclusão Social de Usuárias de Drogas com base no Preconceito e  
nos Estereótipos de Gênero**

*Katrucy Tenório Medeiros*

João Pessoa – PB

Agosto – 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**GRUPO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

**Modelo Explicativo da Exclusão Social de Usuárias de Drogas com base no Preconceito e  
nos Estereótipos de Gênero**

**Katruccy Tenório Medeiros** (*Doutoranda*)  
**Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel** (*Orientadora*)

João Pessoa – PB

Agosto – 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**GRUPO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

**Modelo Explicativo da Exclusão Social de Usuárias de Drogas com base no Preconceito e  
nos Estereótipos de Gênero**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba por Katrucky Tenório Medeiros, sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel, como requisito parcial para a obtenção do grau de *Doutora* em Psicologia Social.

João Pessoa – PB

Agosto – 2018

Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

M488m Medeiros, Katrucky Tenório.

Modelo Explicativo da Exclusão Social de Usuárias de Drogas com base no Preconceito e nos Estereótipos de Gênero / Katrucky Tenório Medeiros. - João Pessoa, 2018.

229 f. : il.

Orientação: Silvana Carneiro Maciel.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Preconceito. 2. Drogas. 3. Exclusão Social. 4. Estereótipos de Gênero. 5. Mulheres. I. Silvana Carneiro Maciel. II. Título.

UFPB/CCHLA

**Modelo Explicativo da Exclusão Social de Usuárias de Drogas com base no Preconceito e  
nos Estereótipos de Gênero**

*Katruccy Tenório Medeiros*

Banca examinadora



---

Prof. Dra. Silvana Carneiro Maciel  
(Orientadora)



---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel  
(Membro interno)



---

Prof. Dra. Tatiana de Lucena Torres  
(Membro externo)



---

Prof. Dra. Andrea Xavier de Albuquerque  
(Membro externo)

**Não**

é a malignidade da droga, portanto,  
que cria a prisão do vício,

**Mas,**

o abandono afetivo e social e  
a experiência silenciosa de uma  
humilhação ubíqua e sem  
explicação palpável.

(Souza, 2016, p. 37)

*Aos meus verdadeiros e eternos amigos,  
meus anjinhos da guarda, Florêncio e Dilma (pais).*

## AGRADECIMENTOS

À Deus por me permitir viver mais este desafio. E que venham tantos outros!

Aos meus pais, Florêncio e Dilma, por cada momento de apoio incondicional durante este percurso e durante TODA A MINHA EXISTÊNCIA. Meu maior combustível.

Aos meus irmãos, Petruccio e Petróvisk, por sempre acreditarem na minha capacidade de superação.

Aos meus sobrinhos Rafael e Lara, por serem fontes de inspiração de um mundo melhor.

À avó paterna Anunciada (*in Memoriam*), que sempre vibrou com minhas conquistas. Essa sem dúvida seria para ela mais um motivo de felicidade.

À avó materna Adélia, por ser um sinônimo de mulher *Forte*. Fonte de amor, acolhimento e simplicidade para toda família.

Às amigas irmãs de vida Sabrina e Jordanna, o meu mais profundo agradecimento por cada momento de apoio e cada palavra de incentivo. Não há quem chegue muito longe sem o amor concedido num ombro de amigo...

Aos mais que especiais amigos, Diogo, Aline, Dayane, Léo e Alécio, por estarem presentes em tantos momentos ao longo dos últimos anos. Foram excepcionais.

Às amigas de infância, Villany e Fernanda, pelo valioso convívio do passado que ainda se faz tão presente nos dias atuais.

Às amigas que a vida acadêmica me deu, Patricia e Juliana, por serem tão importantes nos momentos mais difíceis e angustiantes. Vocês tiveram uma linda passagem durante esta fase.

Aos amigos brasileiros conquistados em Portugal, Helen, Renata, Rafaela, Gustavo, Paulo, Gláucia e Aline. Pelos momentos que nunca apagarão da memória!



Aos queridos amigos portugueses Marina, José, Zinha, Lina e Filipa, os quais foram fontes de apoio emocional durante a fase no exterior.

Ao GPSMDQ, por despertar em mim o sentimento de pertença grupal no ambiente acadêmico e por ser a minha “casa” durante esse período.

À convivência harmoniosa que o GPSMDQ me deu, Camila Dias, Camila Alencar, Tátia, Giselli, Thaís Gomes, Thaís Menezes, Maria Theresa e Luã.

À professora Dra. Silvana Maciel, a qual fez parte de uma longa jornada durante toda a minha vida acadêmica. Meus sinceros agradecimentos pelas orientações, pelos incentivos e, principalmente, por contribuir com meu crescimento pessoal e profissional.

Ao professor Dr. Carlos Eduardo, pela grandiosa ajuda e pelas valiosas trocas de conhecimentos.

Ao PPGPS-UFPB de modo geral pela prestação de serviços. Aos professores que passaram pela minha formação, os quais sou muito grata.

Ao CNPq, pelo incentivo financeiro durante os três primeiros anos de doutorado.

À CAPES, por oportunizar a vivência de estagiar no exterior, momento de grande valia na minha formação e no meu crescimento pessoal. Pela experiência magnífica!

Ao ISCTE-IUL, por aceitar ser a minha “morada” acadêmica em Portugal durante o sanduíche.

À professora lusitana Dra. Joana Alexandre, por me receber com grande entusiasmo e pelo valioso aprendizado durante o ano de sanduíche.

Aos participantes (estudantes universitários) que dedicaram seu tempo para contribuir com este trabalho.

A todos e todas que incentivaram em alguma medida a realização deste projeto de vida. Obrigada por acreditarem!

Finalizo, agradecendo à TODAS as Mulheres que ao longo da história, desempenharam um papel extraordinário na luta e no enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero. Espero também contribuir com o meu fazer profissional, na busca de um mundo mais igualitário para homens e mulheres.

## RESUMO

O preconceito frente às mulheres ainda permanece enquanto um fenômeno de impacto na sociedade atual, especialmente quando estas são vistas enquanto “transgressoras”. As mulheres ao serem visualizadas enquanto usuárias de drogas constituem um grupo alvo de exclusão social, explicada pela percepção de ameaça, pela moralização e pelos estereótipos de gênero. A partir de uma abordagem multimétodo, foram realizados quatro estudos cujo objetivo geral concentrou-se em criar um modelo explicativo da exclusão social de usuárias de drogas com base no preconceito e nos estereótipos de gênero. No Estudo 1, qualitativo, foram realizadas duas pesquisas; a primeira, no contexto brasileiro, utilizando-se de 100 universitários, buscou conhecer e comparar os estereótipos das mulheres com os das mulheres tidas como usuárias de drogas, por meio da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e analisados com o auxílio de um software IRAMUTEQ, utilizando o estímulo indutor *Mulher* - o qual foi associado à conteúdos materno-familiares, e o estímulo *Mulher Usuária de Drogas* – ligado à conteúdos de abandono e isolamento; e a segunda pesquisa, de caráter comparativo e transcultural Brasil-Portugal, utilizando-se 100 participantes de cada país e com uso da TALP, buscou comparar os indutores *Mulher* – o qual permaneceu o conteúdo maternal em ambos os países, e *Mulher usuária de drogas/mulher toxicodependente*, descrevendo expressividade negativa para os brasileiros, e para os portugueses, conteúdos patológicos. O Estudo 2, de caráter correlacional e utilizando-se de 208 universitários, objetivou criar a medida: Escala de Estereótipos Femininos frente às Usuárias de Drogas (EEFMUD); e adaptar e validar os seguintes instrumentos: Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD); Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD); Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD); e Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD). Os resultados apontaram bons indicadores de validade e de precisão. Já o Estudo 3, reuniu evidências de aceitabilidade das medidas empregadas no estudo anterior, utilizando-se de nova testagem com 200 universitários. Os resultados asseguraram bons indicadores psicométricos. Já o Estudo 4, buscou dimensionar o efeito preditivo dos estereótipos, da percepção de ameaça, da moralização e da intenção de contato social na exclusão social, utilizando uma amostra de 400 universitários. Os resultados mostraram um modelo de mediação simples estatisticamente significativo ( $\lambda = 0,55$ , IC 90% = 0,51/0,03  $p < 0,01$ ), por meio da predição dos Estereótipos  $\lambda = 0,21$  (IC 90% = 0,17/0,03)  $p < 0,01$ , da Percepção de Ameaça  $\lambda = 0,53$  (IC 90% = 0,50; 0,04)  $p < 0,01$  e da Moralização  $\lambda = 0,15$  (IC 90% = 0,08; 0,02)  $p < 0,01$ , na variável Exclusão Social, a partir da Intenção de Contato Social enquanto mediadora. De modo geral, os resultados sustentam a presente tese e empreenderam importantes contribuições no entendimento da associação dos estereótipos de gênero e do preconceito com a manifestação da exclusão social frente às mulheres no contexto de uso de drogas. Ademais, a comparação transcultural sobre a estereotipagem da mulher e das usuárias de drogas elucidou alguns questionamentos sobre os elementos culturais que emergem enquanto base de conhecimento social difundido sobre a temática nos dois países.

**Palavras-chave:** Preconceito; Drogas; Exclusão social; Estereótipos de gênero; Mulheres.

## ABSTRACT

The prejudice against women still remains as a phenomenon of impact on society, especially when these are seen as "Swerve". Women to be viewed while drug users constitute a target group of social exclusion, explained by the perception of threat, by moralizing and by gender stereotypes. From a multimethod approach, were conducted four studies whose overall objective was to create an explanatory model of social exclusion of drug users based on prejudice and gender stereotypes. In 1 Study, qualitative, two surveys were conducted; the first, in the Brazilian context, using 100 college students, sought to know and compare the stereotypes of women with those of women believed to be drug users, by means of the technique of free association of Words (TALP) and analyzed with the assistance IRAMUTEQ software, with the Woman-inducing stimulus which was associated with maternal-family content, and stimulating Woman drug User-connected to the contents of abandonment and isolation; and the second research, comparative and cross-cultural character Brazil-Portugal, using 100 participants from each country and with use of TALP, sought to compare the inductors Woman-which remained the maternal content in both countries, and drug-using Women/ woman addict, describing expressiveness for the Brazilians, and the Portuguese, pathological content. 2 study, correlational character and using of 208 students, aimed to create the measure: female stereotypes against the Use of Drugs (EEFMUD); and adapt and validate the following instruments: Perception of Threat to Women Drug Users (EPAMUD); Scale of Moralization front women drug Users (EMMUD); Scale of intended Social contact front women drug Users (EICSMUD); and scale of Social exclusion to Women Drug Users (EESMUD). The results showed good indicators validity and accuracy. Already the 3 Study, gathered evidence of acceptability of the measures employed in the previous study, using new testing with 200 students. The results ensured good psychometric indicators. Already the study 4, sought to scale the predictive effect of stereotypes, the perception of threat, of moralizing and intention of social contact in social exclusion, using a sample of 400 students. The results showed a simple mediation model statistically significant ( $\lambda = 0.55$ , 90% CI = 0.51/0.03  $p < 0.01$ ), through the prediction of Stereotypes  $\lambda = 0.21$  (90% CI = 0.17/0.03)  $p < 0.01$ , perception < Threat  $\lambda = 0.53$  (90% CI = 0.50; 0.01 and 0.04  $p < 0.01$  and Moraliz  $\lambda = 0.15$  action (90% CI = 0.08; 0.02) 0.01, in variable < Social exclusion, from the intention to Contact Social.

**Keywords:** Prejudice; Drugs; Social exclusion; Gender stereotypes; women.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
<b><i>CAPÍTULO 1. A Construção Social da Mulher: papéis sociais normativos e os discursos acerca da perspectiva de gênero.....</i></b>	<b>20</b>
1.1 A Construção Social da Mulher: historicidade e perspectivas sobre a feminilidade e seu “ideal” .....	20
1.2 Os desdobramentos do Feminismo: mudanças na representação da Mulher e na sua participação sociopolítica.....	31
1.3 A Perspectiva de Gênero: uma breve leitura analítica das estruturas hierárquicas de poder .....	35
<b><i>CAPÍTULO 2. A Mulher e as Drogas: a perspectiva do desvio e as interfaces com a saúde das usuárias .....</i></b>	<b>43</b>
2.1 A Mulher e o uso de drogas enquanto comportamento transgressor .....	43
2.2 A Mulher no estigma da desviância e as interfaces com a saúde pública.....	52
<b><i>CAPÍTULO 3. Estereótipos de gênero, Preconceito e suas implicações no processo de Exclusão Social enfrentada pelas Usuárias de Drogas.....</i></b>	<b>58</b>
3. 1 Sobre os Estereótipos.....	59
3.1.1. O Conteúdo de gênero nos estereótipos e o controle normativo sobre o feminino.....	66
3. 2 Sobre o Preconceito .....	76
3.2.1 O Sexismo no Contexto do Uso de Drogas: hipóteses e articulações teóricas .....	85
<b>PARTE EMPÍRICA.....</b>	<b>91</b>
<b><i>CAPÍTULO 4. Apresentação dos Objetivos e dos Estudos Empíricos.....</i></b>	<b>93</b>
<b><i>ESTUDO 1 .....</i></b>	<b>97</b>
4.1.1 Pesquisa 1 – A Mulher e Mulher Usuária de Drogas: um estudo sobre os estereótipos de gênero.....	97
Método .....	97
Resultados e Discussão Parcial .....	100
Considerações parciais .....	115
4.1.2 Pesquisa 2 – A Mulher e Mulher Toxicodependente: um estudo comparativo dos estereótipos de gênero no Brasil e em Portugal .....	116
Método .....	117
Resultados e Discussão Parcial .....	120
Considerações Parciais.....	127

<i>ESTUDO 2</i> .....	130
4.2 Parâmetros psicométricos preliminares das medidas explícitas utilizadas .....	130
4.2.1 Método .....	131
4.2.2 Resultados .....	134
4.2.3 Discussão Parcial.....	148
<i>ESTUDO 3</i> .....	153
4.3 Análises confirmatórias das medidas psicométricas.....	153
4.3.1 Método .....	153
4.3.2 Resultados .....	156
4.3.3. Discussão parcial.....	167
<i>ESTUDO 4</i> .....	171
4.4 Modelo Explicativo da Exclusão Social de Mulheres Usuárias de Drogas a partir das medidas do preconceito e dos Estereótipos de Gênero .....	171
4.4.1 Método .....	171
4.4.2 Resultados .....	173
4.4.3 Discussão Geral.....	179
<b><i>CAPÍTULO 5. Considerações finais</i></b> .....	<b>187</b>
<b><i>REFERÊNCIAS</i></b> .....	<b>192</b>
<b><i>APÊNDICES</i></b> .....	<b>218</b>
<b><i>ANEXO</i></b> .....	<b>227</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Predição dos estereótipos a partir das combinações entre status e interdependência .....	70
<b>Figura 2.</b> Desenho metodológico da pesquisa .....	94
<b>Figura 3.</b> Nuvem de Palavras referente às evocações dos Universitários sobre o estímulo indutor “Mulher” .....	101
<b>Figura 4.</b> Árvore de Similitude referente às evocações dos universitários sobre o estímulo “Mulher” .....	102
<b>Figura 5.</b> Nuvem de Palavras referente às evocações dos Universitários sobre o estímulo indutor “Mulher Usuária de Drogas” .....	109
<b>Figura 6.</b> Árvore de Similitude referente às evocações dos universitários sobre o estímulo “Mulher Usuária de Drogas” .....	110
<b>Figura 7.</b> Árvore de Similitude sobre o estímulo “Mulher” referente aos Universitários Brasileiros e Portugueses .....	122
<b>Figura 8.</b> Árvore de Similitude sobre o estímulo “Mulher Usuária de drogas/Mulher toxicodependente” referente aos Universitários Brasileiros e Portugueses .....	124
<b>Figura 9.</b> Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	136
<b>Figura 10.</b> Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Percepção de ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	139
<b>Figura 11.</b> Representação gráfica do valor próprio da Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	141
<b>Figura 12.</b> Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Intenção de Contato Social .....	143
<b>Figura 13.</b> Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	146
<b>Figura 14.</b> Estrutura unifatorial do modelo da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	158
<b>Figura 15.</b> Estrutura fatorial do modelo unidimensional da Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	160
<b>Figura 16.</b> Estrutura fatorial da Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	162

<b>Figura 17.</b> Estrutura fatorial da Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	164
<b>Figura 18.</b> Estrutura fatorial da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	166
<b>Figura 19.</b> Efeitos diretos dos Estereótipos, Percepção de Ameaça e Moralização na Exclusão Social .....	177
<b>Figura 20.</b> Efeitos diretos e indiretos dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na Exclusão Social mediada pela Intenção de Contato Social .....	178
<b>Figura 21.</b> Mediação parcial dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na Exclusão Social por meio da Intenção de Contato Social .....	179



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Descrição dos universitários brasileiros e portugueses segundo os dados sociodemográficos (N= 200) .....	121
<b>Tabela 2.</b> Distribuição dos fatores de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela sobre a Escala de Estereótipos Femininos frente à Mulher Usuária de Drogas .....	136
<b>Tabela 3.</b> Estrutura Fatorial da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	137
<b>Tabela 4.</b> Estrutura fatorial da Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	139
<b>Tabela 5.</b> Estrutura fatorial da Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	142
<b>Tabela 6.</b> Distribuição dos fatores de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela sobre a Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	144
<b>Tabela 7.</b> Estrutura fatorial da Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	144
<b>Tabela 8.</b> Distribuição dos fatores de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela sobre a Escala de Exclusão Social .....	147
<b>Tabela 9.</b> Estrutura fatorial da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	147
<b>Tabela 10.</b> Índices de Ajuste de Modelo da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuária de Drogas .....	157
<b>Tabela 11.</b> Índices de Ajuste de Modelo da Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuária de Drogas .....	160
<b>Tabela 12.</b> Índices de Ajuste do Modelo Testado da Escala de Intenção de Contato Social.....	163
<b>Tabela 13.</b> Índices de Ajustes de Modelo da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas .....	165
<b>Tabela 14.</b> Estatísticas descritivas e correlações bivariadas entre as variáveis do Estudo 4 (N = 400) .....	174

# INTRODUÇÃO

---

O debate acerca das questões relativas a gênero é objeto de estudo consolidado nas mais diversas áreas do conhecimento, recebendo ênfase da Psicologia Social, por propiciar um campo fértil de análise das hierarquias sociais suscitadas por esta temática. Localizar a emergência das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, é decodificar uma categoria construída social e politicamente sob os pilares da vulnerabilidade e dos processos de exclusão.

No percurso da contemporaneidade, tem-se observado uma diminuição da rigidez social dos padrões normativos referentes aos homens e às mulheres, permitindo novas conjecturas e o reconhecimento de outros modelos de integração social inclusivos ao mundo feminino, impulsionado, sobretudo, a partir da ampliação dos direitos, garantias e oportunidades das mulheres nos espaços em sociedade (Brasil, 2010; Constituição da República Federativa do Brasil, 2006; Relatório de Direitos Humanos, ONU, 2000). Não obstante, embora se tenha atualmente uma interpretação valorativa e mais igualitária dos direitos das mulheres, estas ainda se defrontam com o preconceito como seu maior adversário, arraigado, notadamente, no imaginário social vigente. É consenso entre diversos pesquisadores da área, que o preconceito dirigido às mulheres, conceituado enquanto sexismo, assim como o racismo e a homofobia, por exemplo, não se extinguiu, mas assumiu uma diminuição quanto a manifestação direta, àquela remetida às crenças quanto à inferioridade do grupo minoritário (Allport, 1954; Jones, 1972). Neste sentido, tem-se observado outros esquemas mentais na forma do discriminar, salientando atitudes preconceituosas numa versão mais disfarçada (Glick & Fiske, 1996; Mladinic et al., 1998; Pettigrew & Meertens, 1995).

Essa nova forma de expressão do preconceito se deve, sobretudo, ao efeito da norma do antipreconceito, que faz com que as pessoas camuflem os sentimentos hostis acerca dos membros dos grupos sociais excluídos, no caso desse estudo, as mulheres, através de um suposto discurso de igualdade, na qual as atitudes sexistas flagrantes a elas dirigidas, tem se

expressado também de forma simbólica ou indireta (Ferreira, 2004; Formiga, Gouveia & Santos, 2002). Com isso, no contexto atual imperativo de inclusão social e de normas e leis igualitárias entre homens e mulheres, algumas questões reflexivas se destacam com relação às mulheres e, mais especificamente, ao envolvimento destas com o campo das drogas. Em face dessa problemática, argumenta-se: as mulheres ao se envolverem em comportamento considerados “transgressores”, como o consumo abusivo de drogas, configuraria um grupo alvo de rejeição social? E quais fatores estariam subjacentes a expressão do preconceito e a exclusão desse grupo social?

A forma como se repercute a temática das mulheres no campo das drogas é minada por crenças e representações negativas, uma vez que tal fenômeno incide sob, ora numa condição de saúde indesejável ora numa perspectiva jurídica de ilegalidade e, em síntese, está associado a um comportamento “transgressor”, entendido enquanto prejudicial à integração sadia na sociedade e, portanto, fora da “normalidade” em relação a um padrão específico (Becker; 2008; Malheiro & Macrae, 2011; Ronzani & Furtado, 2010). Essa problemática se amplifica por meio das “marcas” ou “impressões” de desaprovação social, que se associam a inferência de julgamentos negativos pelo suposto descumprimento de seus papéis de gênero materno-familiares (Medeiros et al., 2015; Medeiros, Maciel & Sousa, 2017). Nesse sentido, a injunção de estigma de “desviante” às mulheres, tende a ser objeto de reprovação da sociedade e a fomentar o distanciamento social frente à esta população.

A literatura que trata sobre o tema do consumo abusivo de drogas, tem reunido evidências de que esta é uma das condições de saúde mais moralizadas e estigmatizadas no mundo (Gomide et al., 2010; Silveira et al., 2011; Soares et al., 2011). Ronzani e Furtado (2010) destacam que a pertença ao grupo de usuários de drogas está associado a notáveis consequências para os membros que o integram, podendo incluir uma coleção de atributos negativos diferentes, as quais envolvem: o desejo de rejeição ao contato social a partir da

inferência de uma ameaça voltada para a periculosidade dos usuários (Blascovich et al., 2001; Maciel et al., 2017, *no prelo*); e a culpabilização voltada para a atribuição moral dos usuários (Corrigan et al., 2003; Palm, 2006; Soares et al., 2011); além de aumento da vulnerabilidade a determinadas condições de saúde alvo de preocupação mundial (Barney, Griffiths, Jorm, & Christensen, 2006; Link, 1987; Link & Phelan, 1999; 2001; 2006).

Aliado a essas questões associadas aos indivíduos que compõe o grupo de usuários de drogas, a categoria de gênero também perpassa o entendimento da toxicodependência feminina, onde se torna visível uma “carga social” permeada pelas construções socioculturais assimétricas acerca dos sexos, que se reflete nas edificações simbólicas construídas sobre o feminino e em suas relações com outros grupos sociais (Amâncio, 2003; 2010; Ressel, 2009).

Nesse sentido, assume-se como pressupostos que, embora haja a saliência da norma antipreconceito frente às mulheres na sociedade e do discurso de inclusão das pessoas que apresentam problemas decorrentes do abuso de drogas, as mulheres usuárias de drogas constituem um grupo alvo de exclusão social. Confundem-se com os grupos de estigma e/ou desvio, onde lhes são atribuídas características de periculosidade e moralização, estando também associado à contramão dos papéis normativos esperados para o feminino – estereótipos de sociabilidade, afetividade e feminilidade. Portanto, a tese defendida no presente trabalho é a de que as usuárias de drogas são alvos de exclusão social explicada pela percepção de ameaça, moralização e pelos estereótipos negativos de gênero.

Em face dessa problemática, justifica-se este estudo por ser a exclusão social de usuárias de drogas um fenômeno que vem marcando negativamente o cotidiano dessas mulheres, configurando-se enquanto uma temática pertinente a nível social e científico. Apesar dos estudos documentarem as consequências físicas e/ou psicológicas do uso de substâncias psicoativas na vida dessas pessoas, no cenário atual há um déficit de pesquisas e

investigações que permitam dar subsídios para o enfrentamento de mulheres que se deparam com atitudes preconceituosas e atos discriminatórios advindos das relações sociais de gênero, somado ao fato de pertencerem a um grupo socialmente estigmatizado, como os usuários de drogas no Brasil.

Neste sentido, pretende-se abrir um diálogo a partir do entendimento de que o conceito “gênero” abordado neste trabalho, constitui-se um demarcador social, e quando aliado a problemática das drogas, configuram-se enquanto contextos que imprimem marcas ou traços negativos, frutos de diferenciação do endogrupo *versus* exogrupo. Na busca de estabelecer uma visão mais integrada desta problemática, essa discussão se localizará no campo teórico da Psicologia Social e está fundamentada no diálogo entre os seguintes aportes: a Teoria do Conteúdo dos Estereótipos (Fiske et al., 2002, 2007) e a Teoria do Preconceito numa leitura mais societal (Camino, 1996; Doise, 1982). Este entrecruzamento teórico justifica-se, por ambas as abordagens assumirem um papel indispensável no entendimento dos fatores subjacentes aos processos de exclusão social sobre o grupo alvo de investigação.

Procurando atender a finalidade da presente pesquisa, buscou-se estruturar este trabalho em duas partes principais. A primeira diz respeito ao seu marco teórico, o qual reúne três capítulos. No *Capítulo I*, intitulado: **A construção social da mulher: papéis sociais normativos e os discursos acerca da perspectiva de gênero**, apresenta uma introdução referente à construção social do sexo feminino e uma breve exposição narrativa acerca dos conteúdos de gênero. O *Capítulo II*, **A mulher e as drogas: a perspectiva do desvio e as interfaces com a saúde das usuárias** traceja a construção social da desviância feminina a partir do consumo de drogas. Com relação ao *Capítulo III*, este traz a apresentação do referencial teórico acerca dos **Estereótipos de gênero, Preconceito e suas implicações no processo da Exclusão Social enfrentada pelas Usuárias de Drogas**, seguido das articulações com os pressupostos teóricos e das hipóteses de pesquisa.

A segunda seção configura a parte empírica, na qual é abordada a apresentação dos objetivos e dos estudos empíricos, seguido da discussão geral e considerações finais. Neste seguimento, é descrito o *Capítulo IV*, composto pela **Apresentação dos Objetivos e dos Estudos Empíricos (1, 2, 3 e 4)**. O Estudo 1 é composto por duas pesquisas, uma no contexto brasileiro que introduz uma investigação inicial exploratória sobre os traços estereotípicos sobre a Mulher e sobre a Mulher Usuária de Drogas; e a segunda pesquisa traz uma comparação transcultural entre Brasil-Portugal<sup>1</sup>, no sentido de identificar as semelhanças e diferenças acerca dos estereótipos atribuídos à mulher e à mulher usuária de drogas no contexto brasileiro e na sociedade portuguesa. O Estudo 2 traz as análises exploratórias preliminares das medidas utilizadas no presente trabalho. Referente ao Estudo 3, este reúne as evidências dos parâmetros psicométricos complementares dos instrumentos avaliados. O Estudo 4 cumpre a função de expor a descrição dos correlatos entre as medidas avaliadas, bem como a testagem do modelo explicativo proposto. E por último, segue o *Capítulo V*, o qual cumpre o objetivo de expor as **Considerações Finais**.

---

<sup>1</sup> Este estudo integra parte de atividades desenvolvidas no estágio de doutorado sanduíche no exterior financiado pela CAPES (PDSE - Edital nº 19/2016, 88881.131938/2016-01)

# **SEÇÃO I**

## **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



# CAPÍTULO. 1

**A Construção Social da Mulher: papéis sociais normativos  
e os discursos acerca da perspectiva de gênero**

## **CAPÍTULO 1. A Construção Social da Mulher: papéis sociais normativos e os discursos acerca da perspectiva de gênero**

Como forma de estruturar o presente capítulo, decidiu-se apresentar enquanto enfoque inicial a construção da categoria social *Mulher*, a representação discursiva da identidade feminina e a sistematização dos comportamentos sociais normativos idealizados para a mulher na sociedade e solidificados ao longo da história. Em um segundo momento, direciona-se as reflexões teóricas para uma leitura acerca do conceito de gênero enquanto contexto demarcador de desigualdades sociais, buscando delinear a influência do movimento feminista e as mudanças na organização social, cultural e política acerca das relações de gênero na sociedade atual.

### **1.1 A Construção Social da Mulher: historicidade e perspectivas sobre a feminilidade e seu “ideal”**

(...) a própria mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; os homens modelaram-no, dirigiram-no e ainda hoje o dominam; ela não se considera responsável; está entendido que é inferior, dependente; não aprendeu as lições da violência, nunca emergiu, como um sujeito, em face dos outros membros da coletividade, fechada em sua carne, em sua casa, aprende-se como passiva em face desses deuses de figura humana que definem fins e valores.

*(Beauvoir, 1949, p. 364)*

A presente afirmação de Simone De Beauvoir, usada aqui como epígrafe para iniciar a discussão que será apresentada, retrata as diferenças sexuais e, mais especificamente, como estas distinções se transformaram ao longo do tempo em desigualdades de funções, de direitos e desembocaram numa construção social hierárquica entre os sexos. Para o entendimento

dessa realidade, é preciso resgatar a historicidade com que se constituiu o universo feminino ao longo dos diversos períodos.

No decurso da história, o tema da diferença sexual entre homens e mulheres sempre se fez presente, sendo fundamentado nos mais diversos discursos: filosófico, religioso, biomédico, social, entre outros. Cada um, fundamentado por suas doutrinas ideológicas, demarcou postos firmes, sólidos, e que por muito tempo se tornou verdades quase que imutáveis sobre o feminino e o seu lugar na esfera social.

A filosofia por ser considerada a pioneira das ciências, teve notáveis contribuições sobre as primeiras descrições do feminino. Aristóteles em seus manuscritos descrevia a mulher como um homem incompleto, imperfeito, vista como um “desvio”, valendo-se da sua ideia de que o corpo da mulher era mais fraco e, conseqüentemente, a alma também o seria. Essa noção de inferioridade da alma feminina também foi concebida nas descrições de Platão. As ideias propostas pela filosofia grega permearam a cultura ocidental, de forma que, é a partir dessas clivagens simbólicas, que se justificou o mito da inferioridade feminina, atribuindo-lhes qualidades negativas e associando-as ao desejo e a desordem; como um ser inferior por natureza (Melo, 2013).

Com o Cristianismo e o Judaísmo, doutrinas religiosas que representaram grandes narrativas do Ocidente, passou-se a consolidar o androcentrismo, ou seja, a valorização do homem, fazendo-o persistir e radicalizar tais ideais ao longo de toda a idade média (Amâncio, 1998). No então período medieval, partia-se da ideia de que existia apenas um sexo, o masculino. Este era descrito como perfeito e a distinção entre homem e mulher era feita pela presença ou ausência do humor quente nos corpos, sendo que este estava presente no sexo masculino e a ausência dele, no feminino. Exemplificando isto, Lync (2006, p.23) descreve em seus textos: “haveria um sexo, mas dois pólos opostos: o masculino estaria ligado à ideia

de luminosidade, de verdade, de exterioridade; e o feminino passa a ser símbolo da escuridão, da não verdade, da subalternidade”.

Ainda em decorrência desse período histórico, Estramiana e Ruiz (2006) afirmam que havia um imaginário coletivo que associava a mulher a um personagem polimorfo, vinculado tanto à imagem de reprodução e fertilidade com marca de defeitos e falhas, como também a uma representação de desvio e marginalidade. Em seu estudo no contexto espanhol, os autores utilizaram como material de análise uma amostra de imagens femininas contidas na Biblioteca Nacional e publicadas no Livro “Monstruos y Seres Imaginarios”. Os principais resultados destacam uma galeria de imagens em que o corpo feminino tem sido o elemento imagético do qual se simboliza tudo o que é fora da norma; a mulher recebe por excelência a missão materna de estimular e cuidar das crianças, mas também é descrita com a sexualidade temível, que dá a luz a todos os tipos de monstros e deformados física e moralmente, fonte de desgraças e de perversões. Havia imagens em que o mal encarnado no corpo da mulher estava presente nas raízes da mitologia grega – como a caixa de Pandora – a caixa entregue por Zeus para Pandora, bloqueando todos os males, e esta movida por curiosidade abre a caixa, deixando espalhar todos os males pelo mundo. Está presente também nas raízes bíblicas, como o mal introduzido por Eva por ter partilhado com Adão o fruto da árvore proibida.

Pelas descrições dos textos bíblicos, segundo Melo (2013), durante séculos a igreja pregou que a mulher era imperfeita, uma vez que foi derivada de uma costela defeituosa de Adão e, como consequência disso, deveria submissão e obediência à figura masculina. Araújo (2006) esclarece que era função das comunidades eclesásticas adestrar a sexualidade das mulheres por meio dos homens, que eram seus superiores e, portanto, cabia-lhes exercer a autoridade. Ainda segundo a autora, concebia-se a mulher a partir de figuras ambíguas, tais como: bruxa e santa, pura e mãe, e por essa razão, o ideal de Maria, virgem e mãe, era estimulado nas mulheres.

Com o surgimento da filosofia Iluminista, cujo discurso irá dar origem à ciência moderna, o domínio das crenças, dos mitos e da irracionalidade dará lugar à razão, à abstração, à teorização, ao método científico e a ruptura com a natureza (Amâncio, 1998). Para os iluministas, o discurso sobre os sexos é pacífico, tinha-se a ideia de que as mulheres ou não tem razão ou tem uma razão inferior; assumia-se o discurso da inferioridade intelectual da mulher.

Entretanto, é no início do século XVII, na modernidade, que o masculino e o feminino passam a serem vistos pela diferença sexual por meio dos aspectos biológicos (Araújo, 2006). Retomando as ideias de Platão sobre maternidade e desejo, o útero era tido como órgão “perigoso”, que pode agir de forma independente ao resto do corpo da mulher, levando-a a histeria. Neste período, o discurso médico acaba por confirmar superstições diante de fatos científicos contraditórios e, por isso, parte da descrição do corpo feminino como uma cópia defeituosa do corpo do homem, para a crença de uma natureza frágil, sujeita às desordens provenientes dos seus órgãos reprodutivos (Nogueira, 2001).

Nos períodos posteriores, esse debate acerca das diferenças entre os sexos ocorreu arraigado, principalmente, entre duas perspectivas: a essencialista e a culturalista. Pode-se compreender o discurso essencialista por meio da exaltação à diferença sexual, postulando haver a existência de uma “essência feminina”. Neste pensamento, a tendência é de psicologizar ou biologizar as diferenças percebidas, minimizando ou negando as constatações sociológicas e culturais produzidas historicamente; por meio dessas crenças essencialistas, realizam-se afirmações universais que enquadram a feminilidade em modelos estruturados e, ainda que ideologicamente valorizados (mãe e esposa), tal pensamento supõe um ideal feminino universal e determinista – são as mulheres responsáveis pela procriação e continuidade da vida (Araújo, 2005).

No que concerne a perspectiva culturalista, as diferenças sexuais advêm do processo de socialização e dos fatores culturais. Para Pereira (2004), essa abordagem considera o caráter social e simbólico não apenas como determinantes para a categoria, mas como constituintes fundamentais desta. Em cada sociedade, homens e mulheres, assumem papéis diferenciados, os quais são atribuídos um status a cada sexo, e ao ser internalizado, serve como orientação de conduta adequada à identidade de gênero e as expectativas que lhes são associadas (Amâncio, 1992). É neste contexto que se desenvolveram importantes correntes teóricas no estudo das relações hierárquicas de gênero, que serão melhor detalhadas ao longo do presente trabalho.

O que se percebe enquanto denominador comum entre ambas as perspectivas, a essencialista e a culturalista, não é só o fato de que percepções, avaliações e expectativas de comportamentos, suscitadas pela variável sexo são diferentes, sejam estas motivadas ora por fatores individuais ora questões sociais, mas pelo fato de que tais diferenças assumem um significado assimétrico. Nesse âmbito, torna-se necessário mostrar que os conteúdos caracterizadores do gênero masculino e do feminino, as orientações normativas do comportamento de homens e mulheres, e as dimensões explicativas desse comportamento, estão interligados em representações e crenças que estabelecem uma assimetria entre os sexos, e que essa forma de pensamento social, justifica e legitima posições específicas no sistema social. Este pensamento é expresso de forma clara nos dizeres de Ferreira (2010, p. 75):

“A diversidade que envolve estes pares de opostos, mais do que uma diferença é um diferendo. Se a oposição homem/mulher se justifica a partir do biológico, a diferença masculino/feminino tem uma carga cultural muito forte, prendendo-se com um imaginário, com uma ideologia, com representações que determinam nitidamente aquilo que é característico de homens e aquilo que cabe às mulheres, identificando-se com as normas dominantes (embora variadas) das diferentes sociedades”.

Sobre essa lógica, a especificidade da pessoa feminina socialmente representada, se constituiu enraizada em modelos tradicionais de relações de gênero ao longo do tempo, como propõe Formiga e Camino (2001). Existiu, e ainda existe em alguma medida, um modelo que contempla uma visão polarizada acerca dos gêneros – o masculino *versus* o feminino, sendo que a cada um destes lados do polo, atribuíram-lhes seus papéis de gênero e as suas respectivas representações.

Esses conceitos ganham acentuada relevância quando se busca entender o que compõe e o que naturaliza os papéis de gênero atribuídos a cada um dos sexos. Entende-se papéis de gênero enquanto expectativas relacionadas com os papéis que os indivíduos de cada sexo devem se comportar (Formiga & Camino, 2001); nesse sentido, pode-se encontrar um conjunto de ideias concernentes à natureza das masculinidades e à natureza das feminilidades.

A literatura sobre a masculinidade e acerca da feminilidade tem mostrado que não há um consenso sobre a definição desses conceitos. Contudo, é de comum acordo que a identidade de gênero não se deve a um único fator; observam-se esforços de correntes teóricas fundamentando as diferenças observáveis entre os sexos em dimensões independentes, sejam estas em termos fisiológicos, psicológicos ou cognitivos, ou em processos informativos do contexto social e político, que são capazes de desenvolver um esquema de gênero refletindo as crenças existentes numa determinada sociedade. Estes fatores relacionam as características de homens e de mulheres com uma autoimagem que direciona comportamentos, atitudes e as características esperadas pela sociedade (Barros, Natividade & Hutz, 2013; Formiga & Camino, 2013). Essa construção possui um dinamismo articulado e constante, que se faz pensar que seria algo universal e natural.

Tendo em conta tais aspectos, pode-se argumentar que, levando-se em consideração os aspectos físicos dos sexos ou os traços de personalidade, ao longo do tempo direcionou-se aos homens um caráter de instrumentalidade, ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da

chefia de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material (Minayo, 2005). Ademais, suas características se fundamentaram num sexo forte, assertivo, independente, dominador e viril, e da mesma forma ou em consequência disso, tem-se na pessoa do homem a posição social (e naturalizada) de agente de poder, havendo-se uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidades e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas.

Ao passo que para o feminino, considerou-se o lado frágil desse contínuo, nos moldes de um papel secundário e marginal na sociedade, especialmente em termos de produção/posição financeira e inserção no trabalho. À mulher foi dada a ênfase no traço de expressividade e sociabilidade, por serem protetoras, sensíveis e empáticas. Delegou-se como espaço de excelência o ambiente privado (o lar), a atenção e o cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, daí, e com isso, são vistas como mais aptas a exercerem atividades em que a sensibilidade e o cuidado pesem mais que a competência (Araújo, 2005).

A partir dessa construção de instrumentalidade *versus* expressividade, e também por meio da divisão dos papéis entre os sexos, se constituíram importantes conceitos os quais traduzem a mulher como um objeto de subordinação e controle, sobretudo, nos aspectos relacionados ao seu papel doméstico, maternal e da sua sexualidade.

Orientadas ao contato interpessoal no ambiente privado, à amabilidade com os outros, à necessidade de afiliação e harmonia, um dos papéis de gênero mais significativos é o de que apenas as mulheres podem desempenhar um eficaz papel doméstico no âmbito familiar. As mulheres tornaram-se essenciais nesse contexto em que a ausência masculina era constante. Sua importância era tanta que, não raro, eram consultadas pelos maridos antes de tomadas de grandes decisões sobre o espaço do lar, embora sua vida fosse controlada e vigiada pelos seus esposos, como fica evidente no fragmento trazido por Pedro, 2006, p. 288): “O emigrante



necessita do auxílio de uma mulher e boa dona de casa [...] uma esposa aqui é tão necessária como o pão de cada dia”. Além disso, procurava alertá-los: [...] procurem trazer uma esposa com prendas domésticas e que não seja muito habituada a cidades grandes”.

Em recorte de texto acima, o autor incide sobre a divisão sexual do trabalho e a sua discrepância de tarefas domésticas no período de colonização, especificamente na região sul do Brasil. E ainda que atualmente se considere as mudanças sociais e culturais, as quais buscam amenizar as disparidades entre os sexos no que diz respeito às divisões de trabalho, percebe-se que a ênfase do feminino no trabalho doméstico ainda se mantém constante. Em estudo realizado por Araújo e Scaflon (2005) em 2000 residências em 24 estados brasileiros, apontaram que a maior parte do trabalho doméstico no país ainda continua sendo majoritariamente uma atribuição da mulher. As autoras complementam afirmando que, ainda que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado substancialmente no Brasil nos últimos anos, esse crescimento não implicou numa divisão mais igualitária do serviço doméstico, acentuando um acúmulo de funções e de tarefas. No contexto europeu, nomeadamente Portugal, dados do último Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e Mulheres em 2015 (Perista et al., 2016), apontou algumas evidências no sentido de uma crescente participação dos homens na vida familiar, especialmente quando comparado aos anos anteriores; no entanto, quando analisado o tempo médio gastos por homens e mulheres nas atividades domésticas, há sobreposição do tempo médio diário das mulheres às atividades do lar e trabalhos de cuidado, mostrando-se uma distribuição ainda considerada injusta e desigual.

Outro ponto-chave (senão o maior) no eventual modelo de subordinação e controle da mulher se traduz por meio da maternidade. Tradicionalmente o fato de poder gerar filhos, e assim dá continuidade ao processo da vida, sempre foi um aspecto intrínseco da mulher desde

a história da humanidade até os dias atuais, podendo ser observado algumas mudanças de valores e crenças no decorrer do tempo.

Desde o início das coletividades, a fertilidade é concebida como um presente divino, dádiva dos deuses às mulheres, ao passo que a infertilidade era vista como um castigo. Na antiguidade, a gravidez era considerada uma forma de integração da mulher na sociedade e para isso eram realizados rituais; ao passo que mulheres grávidas e solteiras eram vistas como impuras e sem dignidade. Em outras civilizações, como a grega, por exemplo, a residência em que moravam mulheres grávidas era considerada um lugar inviolável, um santuário sagrado; e na cultura romana, suspendiam-se grinaldas nas portas das casas onde residiam mulheres grávidas como sinal de que não deveriam ser incomodadas. Em comunidades indígenas, a gestação tinha toda uma conotação mística, concebiam-se as grávidas poderes mágicos, visto que estavam ligadas ao filho e, conseqüentemente, ao mundo espiritual. Já em sociedades rurais, associava-se reprodução à fecundidade da terra; nesse contexto as crianças apareciam como necessárias para o trabalho e como segurança para o futuro dos pais na velhice e na doença, embora, muitas vezes, representassem um encargo no presente (Scavone, 2001).

Scavone (2001) relata que a “invenção da maternidade” ocorreu a partir do final do século XVIII em decorrência de um conjunto de influências que afetaram as mulheres, como o surgimento da ideia de amor romântico, a criação do lar, e a modificação das relações parentais, onde as mulheres foram assumindo o controle sobre a criação dos filhos, deslocando a autoridade patriarcal de criação dos filhos para a afeição materna.

Esse novo período ensaia a forte associação da maternidade com a feminilidade, e segundo Giddens (1993), consolidou-se em uma ideologia que passou a exaltar o papel natural da “mulher-mãe” como principal destino social (Scavone, 2001). A maternidade biológica se converteu em maternidade social, demarcando o lugar das mulheres na família e na sociedade.

No que tange a sexualidade feminina, os registros desse comportamento são ancorados em raízes pré-históricas. A exploração do tema era aceita numa determinada fase histórica e reprimida em outro período seguinte. Isso aconteceu tanto nas civilizações ocidentais quanto nas do Oriente Médio e da Ásia, e em algumas situações, a imposição de novas restrições sexuais era usada para reforçar uma identidade religiosa ou uma ideologia dominante.

Na Antiguidade, a sexualidade era tratada e vivida de uma forma mais livre, sem grandes tabus. A civilização babilônica, considerada o nosso ancestral mais antigo, as práticas sexuais eram tidas como atividade natural, retomada culturalmente com preces eróticas aos deuses; reinava-se certa liberdade sexual em que eram proibidos o incesto, a violência sexual, o desrespeito aos dias de jejum sexual previstos e a prática sexual com as sacerdotisas reservadas aos deuses (Guedes, 2010).

Sabe-se por registros históricos e pela literatura que, com o advento do cristianismo, algumas civilizações passaram a se interessar mais pelos ensinamentos que defendiam a abominação de práticas pagãs e exacerbação de práticas sexuais. Segundo Guedes (2010), a castidade e a noção do pecado passariam a reger o pensamento ocidental, propagando o ideal ascético e o amor carnal condenado. Àquelas mulheres que mantivessem práticas sexuais além da finalidade de procriação, deveriam ser perseguidas e mortas na fogueira.

Nesse contexto, o casamento passa a ser associado à noção ritualizada, onde a noiva deveria ser virgem e não poderia haver intercuro sexual prazeroso, sendo a perpetuação da espécie o fim maior. O coito deveria acontecer à noite e nunca se deveria orar ou comungar após sua consumação no mesmo dia, uma vez que o sexo tornara-se um ato pecaminoso e a castidade tornara-se um valor supremo. O medo de perder o controle sobre os impulsos “desenfreados” das mulheres é o principal motivo pelo qual a vida íntima era vasculhada, vigiada, denunciada e passível de condenação (Barreto, 2004).

No Brasil, a repressão sexual fundamentada sobre princípios éticos e religiosos também formatou a sexualidade feminina nos moldes moralistas e práticas perversas. Por influência jesuíta, no período colonial, a prática sexual era bastante marcada pela repressão social. A mulher das classes dominantes era confinada no interior da casa, sob as ordens de um marido ou a figura do pai autoritário, onde o seu papel principal era o de reprodutora. O marido tinha amplos poderes, inclusive o de explorar sexualmente as índias e as mulheres negras, tratadas como objetos ao dispor de seus senhores (Barreto, 2004).

Esse conservadorismo acerca da sexualidade da mulher se manteve constante por diversos períodos da história. Em épocas mais recentes, como final do século XX, ainda se via presente um discurso normativo e institucional em defesa do matrimônio e da família patriarcal tradicional.

É certo que muitas modificações já podem ser observadas no cenário atual com relação à mulher na sociedade, especialmente sobre a sua sexualidade. No século XX, uma série de transformações sociais e culturais modificou o palco e as condutas dos atores sociais ante suas ideias e vivências da sexualidade. Mudanças iniciadas com a Revolução Industrial e com o advento da primeira e segunda Guerras Mundiais, as mulheres assumiram atividades realizadas somente por homens em vários setores de produção, e com isso houve uma revolução no conceito e vivência do papel social e sexual feminino. Passaram a ser discutidas a emancipação social e econômica da mulher e as disparidades com relação aos homens.

As mulheres passaram a reivindicar direitos semelhantes aos homens no âmbito profissional. Passaram a exigir maior participação no mercado e, conseqüentemente, maior independência financeira. Todo este contexto desembocou em um processo de independência que as fizeram assumir outra dinâmica social perante a figura do homem. Os maridos diminuíram a posição exclusiva de provedor. Da mesma forma, a independência financeira das mulheres terminou por ser “aceita” socialmente, favorecendo maiores possibilidades de

ascensão social, além de romper, parcialmente, com a ideologia sexual dominante, mesmo que ainda se faça presente uma clara diferença entre homens e mulheres em variados campos da sociedade ainda nos dias atuais (Barreto, 2004; Giddens, 1993).

Tais eventos sociais foram ponto de partida para um conjunto de mudanças que atingem não só o âmbito sócio-político, mas também o contexto cultural das relações entre homens e mulheres em suas variadas dimensões. Entra em cena os ideais feministas, as constantes lutas das mulheres por igualdade de direitos e maiores possibilidades de inserção social e política, que tinha como foco a resistência e a opressão causada da lógica da masculinidade hegemônica enquanto estrutura ideológica de poder, tema que será discutido no tópico da seguir.

## **1.2 Os desdobramentos do Feminismo: mudanças na representação da Mulher e na sua participação sociopolítica**

O feminismo surgiu como um movimento político, cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos civis e políticos, e da libertação de padrões opressores patriarcais. Se expressa através de ideologias e políticas que questionam as relações de poder e propõe uma transformação sócio-ideológica, procurando demonstrar o empoderamento feminino de ir além da aceitação de permanecer desintegrada do mundo e da realidade (Nogueira, 2001).

Desde as primeiras manifestações dos ideais feministas até os dias atuais, o objetivo do movimento feminista e o foco das várias teorias sempre se deu de forma controversa, o que originou diferentes posturas ou “feminismos” que ainda coexistem e que inclusive, por não serem bem difundidas, confundem a população acerca do objetivo central. Para um melhor entendimento, o feminismo será discutido a partir da existência de três fases no movimento, conhecidas como “ondas do feminismo” (Nogueira, 2001). Essas diferentes fases ocorreram

em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social, e as possibilidades pré-discursivas de cada tempo (Scott, 1986).

A sua primeira expressão ou a primeira “onda do feminismo” ocorreu por volta de meados do século XX e configura-se o surgimento do movimento. Tem sua gênese nos ideais liberais de luta das mulheres pela igualdade de direitos, pela emancipação de um estatuto civil de dependente e subordinado e a reivindicação pela sua incorporação no estado moderno industrializado como cidadãs nos mesmos termos que os homens (Nogueira, 2001). Podem-se considerar como principais causas (históricas, políticas e sociais) desencadeadoras do feminismo, a revolução Industrial, num primeiro momento, e as duas grandes guerras num segundo contexto.

As feministas da era pós-Revolução Industrial tiveram grande importância na luta pelas conquistas do movimento nessa primeira fase, sobretudo, a favor da concessão às mulheres do direito ao voto, ficando conhecido como movimento “sufragista” (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha). As sufragistas questionavam o fato de as mulheres do final daquele século, serem consideradas capazes de assumir postos de importância na sociedade como, por exemplo, o corpo diretivo das escolas e o trabalho de educadoras em geral, mas serem vistas com desconfiança como possíveis eleitoras. Ainda circunscritas nessa primeira fase do feminismo foram as importantes guerras mundiais; esse período foi marcado pela saída dos homens aos campos de batalha, e como consequência disso, foi pedido às mulheres que desempenhassem muitas das funções antes atribuídas aos homens, constituindo um dos fatores importantes para a luta da sua emancipação (Nogueira, 2001).

Quando se fala da segunda fase do feminismo, esta se situou nas décadas de 1960 e se estendeu até os anos iniciais da década de 1980, em especial nos Estados Unidos e na França. Considerado um período de grande atividade do movimento, vários fatores apontam para a

eclosão dos ideais feministas neste segundo momento, como a euforia empresarial resultante da expansão econômica ocasionada pelo pós-guerra. As mulheres foram chamadas a desempenhar atividades no mercado de trabalho, sendo que este momento difere do convite feito durante a segunda guerra mundial, já que para aquela época era solicitado às mulheres apenas um trabalho circunstancial. Segundo Nogueira (2001), a grande crítica do feminismo dessa fase é sobre a ideologia prevalente da família nuclear como instituição imutável, natural e necessária, sugerindo que a glorificação da maternidade acarretava desigualdades de poder entre os membros de um casal. Como consequência disso, intensificaram questionamentos acerca do valor do casamento como uma instituição, a formalização do amor, assim como as questões parentais. Em muitos países, a legislação não acompanhou estes desafios e as reivindicações consequentes (divórcio, por exemplo), o que veio a dar origem a muitos conflitos.

Foi, portanto, no auge da segunda fase que aconteceram diversos protestos visando demonstrar a desvantagem do feminino, quer no trabalho, quer na família. Muitos dos ativismos políticos tiveram grande visibilidade pelos meios de comunicação da época, como por exemplo, a “queima dos sutiãs” em 1968 nos Estados Unidos; nome dado pela mídia para o protesto das ativistas contra a ditadura de beleza imposta às mulheres da época. As manifestantes se aproveitaram do concurso de beleza que era tido como uma visão arbitrária e opressiva em relação às mulheres e levaram alguns símbolos da feminilidade ou instrumentos de “tortura”: sapatos de salto alto, cílios postiços, maquiagens, espartilhos, cintas e, claro, os sutiãs (Nogueira, 2001). Esses objetos foram reunidos e colocados em uma lata de lixo para serem queimados, mas a prefeitura não autorizou o uso de fogo. O episódio tornou-se um marco da luta feminista, e após essas manifestações, houve súbitas explosões de raiva, discursos inflamados, expressões de solidariedade ao movimento, campanhas organizadas do movimento, assim como atos de desobediência civil a fim de reduzir a credibilidade de certas

leis, como foi com a lei do aborto. Esses acontecimentos foram importantes, não só pelo o que representaram o próprio movimento, mas também porque foi através deles que a opinião pública avaliou, sendo aprovado por algumas pessoas e em outros casos, condenado por outras.

Esse período foi marcado também pela produção literária como forma de protesto das feministas. Além da edição de jornais e folhetos que difundiam mensagens do movimento em diversas partes do mundo, ganhou grande destaque a publicação da escritora francesa e ativista política Simone de Beauvoir conhecida como “O segundo sexo”, de 1949, onde faz uma análise detalhada da opressão das mulheres. Em sua célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, a autora evidenciou pela primeira vez, que ser mulher não é algo naturalmente dado, mas uma construção social, histórica e cultural inscritos num dado sexo (homem ou mulher). Essa obra tornou-se uma referência fundamental para o estudo da história do feminismo contemporâneo.

É notável que a emergência do feminismo como força política fez emergir significativas redefinições dos alinhamentos políticos e de acordos institucionais tradicionais. Para Nogueira (2001), o feminismo pertenceu aos chamados “movimentos sociais do pós-guerra”, que assim como os demais movimentos, questionavam o valor das hierarquias de poder. Surge assim, o cenário propício para a terceira fase do movimento feminista nos anos 1980, que influenciado pelo pensamento pós-estruturalista na França, especialmente pelos teóricos Micheal Foucault e Jacques Derrida, centrou seu foco na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade (Narvaz & Koller, 2006).

Neste terceiro momento do feminismo, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e o meio acadêmico, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de feminismos e de gênero (Louro, 1995; Scott, 1986). O desafio posto para



essa fase é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina.

De modo geral, resistir às normas opressoras é tarefa comum aos três períodos do movimento feminista, no entanto, quer em seus aspectos políticos quer nos teórico-epistemológicos, essas fases não podem ser entendidas numa perspectiva linear histórica. As diferentes propostas, características de cada uma das fases do feminismo, sempre coexistiram e ainda hoje coexistem. No entanto, as questões introduzidas pela terceira geração do feminismo revisaram algumas categorias fixas e estáveis de gênero presentes nas gerações anteriores do feminismo, e mobilizou uma série de discussões que tiveram e ainda tem como foco a constituição social e política da categoria de gênero.

### **1.3 A Perspectiva de Gênero: uma breve leitura analítica das estruturas hierárquicas de poder**

Gênero é um termo polissêmico e isso se deve principalmente as suas diversas posições teóricas não homogêneas, e à coexistência de múltiplas perspectivas contrastantes e mesmo opostas face das questões analisadas. Alguns utilizam o termo “gênero” em oposição a “sexo” para distinguir o fato cultural do fator biológico; outros trocam um termo pelo outro, tornando “gênero” como variável empírica e não como categoria de análise. É frequente também o uso de “gênero” como substituto de “mulher”; ou, ainda, apenas para enfatizar a dimensão relacional de gênero, sem levar em conta a desigualdade de poder, fundamento central do conceito ainda bastante difundido na área, como propõe em Scott (1986).

Ainda que pouco difusa, sua utilidade conceitual pode ser empregada como uma perspectiva interdisciplinar que visa contemplar uma análise narrativa e cultural dos valores associados a masculinidade e feminilidade, mas também pode ser utilizada como uma categoria política para analisar a questão da influência de gênero, tanto na constituição da

ordem social quanto na produção de subjetividades do feminino e do masculino. É nessa abordagem analítica que será inserida o debate sobre gênero que se segue.

Enquanto categoria política de análise, a abordagem de gênero surgiu na segunda fase do feminismo como algo renovador nos estudos feministas e vem sendo identificada como uma poderosa ferramenta, a qual permite uma releitura da realidade que o determinismo biológico impôs. Além disso, alcança a ideia de construção social da identidade dos sujeitos nas relações sociais, nos mais variados campos de expressão de poder. Consiste numa perspectiva de interpretação e transformação da realidade social (Amâncio, 2010).

Nas primeiras articulações feministas, a noção de gênero como uma construção social teve como objetivo analisar a relação de mulheres e homens em termos de desigualdade e poder. A ideia foi que gênero aplicava-se a todos, que era um sistema de organização social, que não havia ninguém fora disso (Scott, 1990). Gênero era sobre mulheres e homens e sobre como os traços atribuídos para cada sexo justificavam os diferentes tratamentos que cada um recebia, como eles naturalizavam o que era fato social, econômico e desigualdades políticas. Era também como se condensavam variedades da feminilidade e masculinidade em um sistema binário, hierarquicamente arranjado.

Contudo, o foco de muitas produções acadêmicas e políticas, feitas sob a temática de gênero, foi durante muito tempo realizadas quase que exclusivamente sobre mulheres. Nesta perspectiva, assumia-se que homens ou o patriarcado era a fonte de maus-tratos das mulheres; no entanto a análise detalhada de como os sistemas de poder se operava ficava de lado na questão. Entre historiadores, gênero, referia-se a títulos de livros e artigos em que relatavam a situação social das mulheres e, similarmente, na linguagem de organizações internacionais tais como as Nações Unidas e várias ONG's (Organizações Não Governamentais), gênero se referia ao feminino (Osterne & Silveira, 2012).

A associação popular das palavras “gênero” e “mulher” foi por muito tempo, e ainda hoje se faz presente em alguma medida. Contudo, em termos teóricos mais atuais, falar de gênero não diz respeito apenas ao feminino, mas também ao masculino. A adoção dessas concepções sobre gênero deu margem ao abandono das teorias essencialistas do sujeito, que definem, entre outras, a categoria “mulher”. Não mais havendo sexo natural nem uma única forma de ser mulher (ou de ser homem), Scott (1990) pontua que o termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.

Com a mudança na concepção do termo “gênero” ocorreu também alterações nos elementos constitutivos de análise. Inicialmente voltado para determinadas prioridades e necessidades vinculadas à saúde reprodutiva da mulher e, posteriormente, ampliada para os direitos reprodutivos e a saúde sexual destas, os estudos sobre gênero passaram a incorporar também ao seu conceito outros fatores, como as masculinidades e as diferenças relacionais entre os gêneros e assimétricas de poder – elemento central no conceito proposto por Joan Scott (1986).

Em seu conceito clássico, Scott (1995, p. 86) afirma que o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: a primeira afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e a segunda repousa na questão de que o “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Para a Oliveira e Amâncio (2017), o gênero exerce uma grande importância na estruturação da vida social e dos sistemas simbólicos. As formas de representação do gênero na sociedade, os símbolos, conceitos e metáforas contribuem para a formação da personalidade do indivíduo. O ser humano, desde criança, assimila as normas, costumes e

regras sociais e incorpora a visão naturalizada do poder masculino em detrimento do poder feminino.

Desse modo, Osterne e Silveira (2012) parafraseando o conceito sobre gênero dado por Scott, sugere que a primeira parte da definição do conceito se fundamenta a partir de quatro elementos que não operam uns sem os outros. O primeiro diz respeito aos símbolos culturais do que é ser homem ou ser mulher, e suas representações muitas vezes contraditórias (forte/frágil/luz/escuridão); o segundo elemento fala sobre as normas que estabelecem o que é apropriado socialmente para homens e mulheres; no terceiro elemento, as instituições que exercem o papel de coerção social reproduzindo normas assimétricas de gênero; e por último, a identidade subjetiva, uma vez que homens e mulheres são educados para incorporar as identidades de gênero que lhes são atribuídas social e culturalmente.

Em relação ao gênero como forma primária de dar significado às relações de poder, Scott (1995) apropria-se das reflexões do filósofo francês Michel Foucault, o qual aborda em suas teorias a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle social por meio de instituições sociais. Para o filósofo, o poder não é considerado algo unitário e global, mas sim como uma prática social construída historicamente. Os poderes não estão localizados sem um ponto específico da estrutura social, uma vez que funcionam como uma rede de dispositivos que engloba a tudo e a todos. Resulta daí a idéia de que o poder não existe, o que existe são relações de poder nas quais todas as partes o exercem, porém, não de forma igualitária (Osterne & Silveira, 2012).

Influenciada por Foucault, Scott (1995) entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. E, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, gênero estaria imbricando as relações de poder, sendo, nas suas palavras, uma primeira forma de dar sentido a estas relações.

Cabe ressaltar a tendência atual de alguns pesquisadores em defender uma corrente teórica e epistemológica que busca delinear as relações de poder não apenas pela ótica do sexo, mas articulando-se a outros marcadores sociais, por exemplo a raça e classe. A essa ideia designou-se o termo “interseccionalidade” (Oliveira & Amâncio, 2017). Segundo Hirata (2014), é perceptível o interesse em alguns estudos realizados no Brasil (Guimarães, 2002; Guimarães e Britto, 2008) em buscar compreender as diferenças não apenas entre homens e mulheres, mas para os distintos aspectos que se configuram entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, por exemplo, na tentativa de abarcar a complexidade e fazer uma leitura dos elementos indissociáveis para uma luta unitária que envolve as desigualdades sociais e as relações hierárquicas estabelecidas.

Ao falar sobre sistemas de poder instituídos no seio das análises de gênero, convém destacar o patriarcalismo. Definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas, caracteriza-se por uma autoridade imposta institucionalmente do homem sobre as mulheres e filhos no ambiente familiar, estando presente em todos os espaços sociais e se funda enquanto uma relação civil e não privada (Saffioti, 2004). Para a autora, ao conceder direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, o patriarcado ganha uma base material e corporifica-se; e por ser uma estrutura de poder, tem por base a ideologia e a violência.

Essa ideologia teria sido constituída para alimentar a estrutura de poder que situa os homens hierarquicamente superiores que as mulheres, em todas as áreas, tanto no espaço privado do lar quanto no espaço público das relações civis, impregnando toda a sociedade e o Estado (Saffioti, 2004). Nesta lógica, os homens se apropriam da maior parcela de poder que lhes cabe nas relações sociais e para a manutenção dessa hierarquia, se apoiam em discursos com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas (Osterne & Silveira, 2012).

É possível acrescentar que, a despeito dos avanços femininos impulsionados pelo movimento feminista acerca da conquista de direitos, dos espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária e de inserção nos espaços sociais, a ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo e nas práticas sociais. Por isso, muitos homens têm dificuldade de assimilar funções no âmbito familiar que culturalmente são destinadas às mulheres, ao mesmo tempo, as mesmas encontram empecilhos na conquista de espaço no âmbito público. A liberdade das mulheres de “ir” e “vir” não foi acompanhada pelo imaginário coletivo que insiste em aprisioná-las em modelos fixos e reducionistas. A construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis enquanto figura passiva e submissa cria o espaço propício para o exercício da dominação simbólica enquanto uma máquina de opressão.

A sociedade permanece envolta por discriminações motivadas por desigualdades de gênero, e o feminino ainda encontra certas resistências em ocupar espaços considerados “essencialmente” masculinos, como por exemplo, os contextos que envolvem o abuso de drogas – tema que será abordado no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO. 2**

---

**A Mulher e as Drogas: a perspectiva do desvio e as interfaces com a saúde das usuárias**

---

## **CAPÍTULO 2. A Mulher e as Drogas: a perspectiva do desvio e as interfaces com a saúde das usuárias**

Ao longo deste capítulo teórico, busca-se contextualizar de forma breve como as drogas se associaram ao caráter de ilegalidade, bem como, a forma como esquemas classificatórios aferem significados de “desvio” ao envolvimento das mulheres com as drogas, a partir da ótica de transgressões às regras sociais. Em seguida, busca-se discutir como o contexto das drogas se relaciona com o exercício da feminilidade e dos papéis sociais da mulher na sociedade, causando um estranhamento social. Por fim, pretende-se abrir uma discussão sobre a interface da estigmatização de “desviante” na constituição da vulnerabilidade da saúde das mulheres usuárias de drogas.

### **2.1 A Mulher e o uso de drogas enquanto comportamento transgressor**

A construção social do “problema” da droga é relativamente novo no curso da humanidade, isto porque as substâncias nem sempre despertaram representações vinculadas a malefícios ou à ilegalidade, tanto para homens quanto para mulheres (Bucher, 1992; Nunes & Jólluskin, 2007; Toscano Jr., 2001). Considerando o caráter mutável das motivações e finalidades do uso de drogas e influenciado por fatores culturais e sociais, o consumo de substâncias passou de um contexto socialmente aceito com implicações ritualísticas, medicinais, recreativas e controlado através de regras informais, para assumir a configuração de uma “epidemia” que assola a vida em comunidade (Escohotado, 2004).

Tendo em mente o cenário atual de consumo de substâncias, a definição do que seja droga não é uma tarefa fácil, sendo explorada por diversas áreas do conhecimento, cada qual tendo uma visão distinta sobre o tema. Para a Organização Mundial de Saúde (2001), droga é qualquer substância capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em



mudanças fisiológicas ou de comportamento e, ancorado nisso, postula que o consumo de drogas é um sério agravante na vida das pessoas (Pratta & Santos, 2009). Sob essa lógica, consumir abusivamente drogas, tornou-se um fenômeno compreendido sob a insígnia de problema de saúde pública, ou seja, um fenômeno sobre o qual algo deve-se fazer para controlar tal “epidemia” (Barroso, 2013). Esta conceituação contribuiu para que recaísse sobre a questão das drogas, a conotação de doença “perigosa” ou mal indesejável pelas sociedades.

Outros conceitos que ultrapassaram o âmbito da saúde também foram empreendidos sobre a questão das drogas. O Estado, por meio do aparelho jurídico, o qual aciona aspectos políticos, econômicos e ideológicos envoltos à oferta, produção e comercialização das substâncias, assume a função de normatizar e legitimar a permissividade de algumas substâncias consideradas lícitas, em detrimento da proibição e criminalização de outras, recebendo o caráter de ilicitude, como reporta Trad (2009).

Cabe acrescentar que o Estado tem um importante papel na atribuição do que a sociedade julga como “certo” ou “errado” para cada realidade social e cultural. No contexto brasileiro, o entendimento acerca do uso de drogas se deve em grande medida pelas leis que regem a questão das drogas no país. Uma das primeiras legislações, conhecida como lei de entorpecentes, a Lei Federal nº 6.368/1976, considerava o usuário enquanto criminoso ou traficante. Atualmente, concebe-se uma diferença entre “usuário” e “traficante”, e esta diferenciação é regulamentada pela Lei Federal 11.343/2006 (Brasil, 2006), onde o usuário passa a ser considerado “doente” por causa da dependência desencadeada pela doença e/ou por problemas psíquicos; já o traficante, recebe a denominação de “criminoso”, que deve ser autuado por suas ações malevolentes relativas aos lucros obtidos com a venda ilegal da substâncias (Passos & Souza, 2011).

Portanto, ora por fatores de saúde ora por questões judiciais, para Mota (2008), o usuário de drogas é visto como um agente que produz contínua desagregação à ordem social

com significativas repercussões, especialmente, a nível familiar. Ainda segundo o autor, o uso de drogas afastaria os jovens do convívio escolar, da religião, do mercado de trabalho e é improdutivo segundo a lógica do capital; além disso, para o contexto feminino, a dependência de drogas é uma ameaça concreta aos valores do modelo de feminilidade maternal-familiar.

Essa perspectiva que encara o consumo de drogas enquanto rompimento com os obstáculos impostos pelo controle social foi inaugurada no campo da sociologia, sobretudo, pelos estudos desencadeados pela Escola de Chicago sobre a Teoria Interacionista do desvio e a questão do uso de drogas e seus usuários, proposta pelo sociólogo norte-americano Howard Becker. Em sua obra clássica *Outsiders*, publicada em 1960, o autor enfatizava a compreensão das dinâmicas de “coesão social” e da naturalização das regras para a produção social das mesmas e os processos de imposição de rótulos sobre os que são designados como desviantes. O autor também propôs deslocamentos da ideia essencializada de “crime” para o termo “desvio”, que supõe uma relação social; do foco no indivíduo para o foco nas relações, que são produtoras de regras e exigem seu cumprimento (Moura, 2009).

Segundo Becker (2008), regras, desvios e rótulos são sempre construídos em processos políticos, nos quais alguns grupos conseguem impor seus pontos de vista como mais legítimos que outros. O desvio, nesse sentido, é visto como “produto de uma transação que tem lugar entre algum grupo social e alguém que é visto por esse grupo como infrator de uma regra” (p. 22).

Considerando os padrões de comportamento desviante a partir da noção de que grupos sociais estabelecem o que é considerado infração às regras, Becker (2008), realizou seus estudos com usuários de maconha e músicos com ênfase no desenvolvimento de práticas, valores e identidades, voltando-se a sua atenção para os processos de imposição de regras e institucionalização dos *outsiders* ou grupos desviantes.

Outro notável teórico na área das Ciências Humanas e Sociais na década de 1960 e que contribuiu no avanço da discussão sobre grupos desviantes foi o sociólogo Erving Goffman, o qual desenvolveu importantes estudos de campo em instituições psiquiátricas, refletindo sobre a formação dos estigmas sociais e a identidade social dos internados. O autor faz uma reflexão simbólica do estigma enquanto “marca” ou atributo indesejável, constituído e imposto por uma sociedade que estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria.

Para Goffman (1993), o estigma, inicialmente se referia à marca de uma queimadura na pele ou ainda um corte no corpo e significava algo indesejável para o convívio social; podendo fazer referência à categoria de escravos ou criminosos, um rito de desonra. Tal marca era concebida enquanto uma advertência ou um sinal para se evitar contatos íntimos no contexto particular e, principalmente, nas relações institucionais de caráter público, comprometendo as relações nos espaços sociais. Na época do cristianismo, havia um significado metafórico para as marcas corporais, em que os sinais significavam “bênção divina” expressa através da pele; nessa época tais sinais podiam fazer referência à medicina, aludindo a alterações físicas nas pessoas. Já na atualidade, estas marcas ou sinais ganharam toda uma envoltura social em sua gênese, passando a referir-se “estigmas”, que representa algo ruim, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. O estigma é, portanto, um atributo que produz ampla desvalorização na vida do sujeito, sendo interpretado em situações extremas como “defeito”, “falha” ou desvantagem em relação ao outro.

Para os estigmatizados, acrescenta Goffman (1993), a sociedade atua enquanto um agente perverso, reduzindo as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impondo a perda da identidade social e por determinar uma imagem deteriorada, de acordo

com o modelo que convém à sociedade. O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão, levando à rejeição, levando também à perda da confiança em si e reforça o caráter simbólico da representação social segundo a qual os sujeitos estigmatizados são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia na comunidade. No campo da saúde e, notadamente, na área de dependência de drogas, esse estigma social fortalece o imaginário social da doença e do "irrecuperável", influenciando direta ou indiretamente no tratamento e na qualidade de vida das pessoas com tal condição de saúde (Ronzani & Furtado, 2010).

Outro salto teórico nas Ciências Sociais ocorre nos anos 1970 a partir de alguns antropólogos brasileiros, um deles é o estudioso Gilberto Velho, que reconheceu a influência de Becker e Goffman, da Escola de Chicago, e avançou nas discussões sobre a análise do cotidiano e das relações interpessoais a partir de pesquisas com ênfase interdisciplinar – indivíduo e sociedade.

Velho (2002) também apostou em uma crítica à patologia social através da discussão sobre o desvio na sociedade, enfatizando que o rótulo da “inadaptação” desconsidera padrões e regularidades existentes, de leituras particulares sobre a vida e simplifica o entendimento da realidade a partir da ideologia de um grupo de indivíduos – o grupo dominante. Para o autor, o desviante é um indivíduo que faz uma “leitura” divergente dentro da sua cultura, sendo considerado “anormal” em uma área de comportamento, mas podendo ser considerado “normal” em outras áreas. A contribuição da análise feita por Velho (2002) para as Ciências Sociais é de que através do “comportamento desviante” devem ser percebidos aspectos da lógica do sistema sociocultural. A ênfase de análise é do “desvio” como categoria moral.

Nesta perspectiva, entendendo o uso de drogas por mulheres enquanto um comportamento diferente do que é esperado para o feminino, desvio da norma social vigente, as mulheres usuárias de drogas seriam consideradas desviantes por efetivarem o uso de

substâncias psicoativas na contramão do que proclamam as regras sociais atuais - sendo considerado um sintoma de deficiência na saúde mental, uma vez que esta rotulação leva em consideração o fato de que tais substâncias têm potencial para interferir na estabilidade, e dessa forma, na funcionalidade da sociedade. Logo, essa concepção compreende que as usuárias de drogas ameaçam os pontos de estabilidade social, e por isso são consideradas *outsiders*, ou seja, aqueles que se desviam das regras estabelecidas pelos grupos.

Vargas (2011) acrescenta a essa discussão afirmando que, ao não permitir esses comportamentos “divergentes”, essa mesma norma social acaba gerando uma homogeneização ou “valas sociais”, destinando um lugar para a anormalidade existente no funcionamento da sociedade. Ao nomear as mulheres que usam drogas, ou enquadrá-las na categoria de “drogadas” ou “noiadas”, é dado um lugar para elas dentro dessa ordem, algo similar a um “depósito”, não apenas de muros ou celas, mas mais caracterizado pela segregação ancorada em concepções teóricas as quais não aceitam os divergentes.

Do ponto de vista social, essa vala comum, destinada às mulheres que fazem uso abusivo de drogas, gera um perverso efeito – o preconceito – nos termos que se foi legado pela lógica social e que está impregnado no pensamento da coletividade. Aliado a essa perspectiva, verifica-se na sociedade atual a cultura do medo oriunda da violência, a qual associa-se às drogas uma relação quase “simbiótica”, conduzindo a proliferação de sensações sociais de perigo, vinculadas, sobretudo, pela mídia. Essa situação conduz a disseminação de sentimento de distância social aos grupos minoritários (desviantes) os quais a sociedade associa como responsáveis por essa onda de violência. Insere-se neste contexto os usuários de drogas como verdadeiros bodes-expiatórios da atualidade.

Alguns estudiosos têm demonstrado que assim como outros grupos tidos como minoritários, como os portadores de sofrimento mental, por exemplo, os usuários de drogas também são alvos de representações distorcidas, crenças e estereótipos negativos e atos

discriminatórios que os excluem, especialmente, do direito ao cuidado e à saúde (Corrigan, Watson & Barr, 2006; Fortney, et al. 2005; Kulesza, Larimer & Rao, 2013). São comumente vistos como perigosos, violentos e culpabilizados moralmente pela sua condição (Ronzani, Noto & Silveira, 2014). Esta condenação social está relacionada, principalmente, a comportamentos indesejáveis e a ligação do uso de drogas ao aumento da violência e da criminalidade (Santos, Aciole Neto & Souza, 2012). Sob esta perspectiva, estariam as mulheres usuárias de drogas na categoria de “desviantes” ou desacreditáveis, ou seja, indivíduos que são sempre vistos com desconfiança, e por isso, evitados socialmente.

Considerando o impacto negativo na saúde que atitudes de inferiorização e desvalorização social podem ocasionar na vida dos indivíduos (Link & Phelan, 2006; Corrigan, 2005; Maciel et al, 2008), alguns autores tem enfatizado o estudo acerca do processo de estereotipagem do grupo de usuários de drogas. Schomerus et al. (2011) a partir de um estudo de revisão sistemática de literatura com artigos de pesquisas populacionais publicados até 2010, examinou aspectos relacionados ao estigma do alcoolismo e simultaneamente de outras condições mentais, médicas ou sociais na Europa, América do Norte, Nova Zelândia, Brasil e Etiópia. Os resultados apontaram que em comparação com as pessoas que sofrem de outros distúrbios mentais não relacionados com substâncias, as pessoas dependentes do álcool frequentemente são mais responsabilizadas por sua condição. Observou-se ainda que despertam mais rejeições sociais e emoções negativas; somente em relação a questão da periculosidade, os alcoolistas são percebidos da mesma forma, ou em menor grau do que as pessoas que sofrem de esquizofrenia.

Outro estudo realizado por Gomide et al. (2010) utilizando amostra de profissionais de saúde de nível superior e técnico no Brasil (N=183), relatou que os participantes apresentaram níveis altos significativos de estigmatização contra alcoolistas. Outro dado relevante desse

estudo é a diferença significativa em relação ao nível de escolaridade dos participantes, onde os profissionais de nível técnico apresentaram maior estigmatização com relação aos alcoolistas, do que os profissionais de nível de escolaridade superior. Outros teóricos também apontam a estigmatização dos usuários de drogas por parte dos profissionais da saúde, relatando também falta de preparo e dificuldade para lidar com o tema, assim como a percepção de culpa do usuário sobre sua condição (Laport et al., 2016; Oliveira & Ronzani, 2012; Ronzani, Higgins-Bidd, & Furtado, 2009).

Sobre a percepção de atribuição de responsabilidade imputada aos usuários de drogas, Martins et al., (2010) ao conduzir um estudo com universitários dos cursos de Enfermagem, Medicina, Psicologia e Serviço Social (N=138), observou que a dependência de maconha e cocaína foram vistas como de maior responsabilidade dos indivíduos e sob seu controle, do que outras condições de saúde como a SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), obtendo as médias de 94,04% e 39,5% respectivamente. Sobre esse aspecto, Corrigan et al., (2005) acrescenta que é mais provável que um grupo moralizado seja evitado em seu convívio social ou mesmo não receba ajuda quando necessário.

Considerando o cenário de pesquisas abordando a temática de gênero no contexto das drogas é notório tamanha escassez de dados publicados. O que se sabe, sobre as mulheres usuárias de drogas enquanto membros de um grupo socialmente desvalorizado, é visualizado em grande medida pela mídia, tendo em conta o papel de propagação de informações e ideias. Cabe destacar que tal protagonismo midiático está a serviço dos aparelhos normatizadores e ideológicos do Estado. Tem-se diariamente as discussões sobre as drogas em cenários que ora engendram do senso comum, ora em discursos científicos que situam as drogas como problemas de segurança pública na esfera da justiça ora no âmbito da saúde pública (Santos, Aciole Neto & Sousa, 2012). Em todos estes debates, percebe-se uma motivação ideológica

de situar a dependência química no plano individual, esquivando-se de debates que envolvam aspectos sociais relacionados ao tema, contribuindo para uma culpabilização da mulher usuária pela sua condição.

No campo da saúde mental, percorreu-se um longo caminho de reforma das práticas de tratamento dos transtornos mentais (Maciel, 2012; Maciel et al, 2009), área em que é inserida a abordagem de tratamento dos problemas decorrentes do abuso de substâncias. Contudo, apesar dos avanços observados a partir do lançamento da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (Brasil, 2004), historicamente, as práticas de cuidado à saúde, dirigidas a esta população, oscilaram entre os cuidados de caráter religioso ou de modelos hospitalocêntricos, não garantindo a efetividade e resolutividade no cuidado dessas pessoas, reforçando o modelo excludente e segregador na sociedade, como ressalta Alves (2009).

Há, portanto, uma variedade de motivos que levam à desvalorização de grupos sociais, e em especial, que favoreçam a representação depreciativa acerca dos membros do grupo de usuários de drogas, bem como a expressão do preconceito frente aos usuários, sejam estes homens ou mulheres, idosos ou até mesmo crianças e adolescentes. No entanto, ainda que a interpretação destes sujeitos tenha como pano de fundo a questão das drogas, as características primárias como o gênero, especialmente, emergem contextos específicos que moldam a interpretação que a sociedade atribui, dado o grupo de pertença.

Seguindo essa premissa, o presente trabalho pressupõe que o olhar social acerca da mulher que consome drogas compõe um duplo desvio - seja pelo comportamento abusivo em relação à substância, seja pelo descumprimento de padrões de comportamentos esperados para o feminino, cuja compreensão desse fenômeno pela sociedade é feita através da desconstrução da usuária enquanto 'mulher boa e virtuosa', abrindo espaço para a estereotipagem negativa, a



expressão de atitudes preconceituosas e ocasionando o processo de exclusão social deste grupo social.

## **2.2 A Mulher no estigma da desviância e as interfaces com a saúde pública**

O fato de mulheres estarem presentes nos contextos de usos de drogas, antes tido como majoritariamente masculino, abriga a complexidade do meio social e nos faz refletir mudanças nas relações intersubjetivas entre os gêneros e no papel da mulher na sociedade contemporânea.

Acreditava-se que os homens eram mais propícios ao abuso de drogas, principalmente devido a aspectos sociais e culturais que associam o sexo masculino com a virilidade, o desejo de sentir prazer com comportamentos de risco, violência e transgressão, e por isso, uma demonstração de masculinidade em algumas sociedades (Medeiros et. al, 2015). Tais suposições apareciam vinculadas a produções discursivas que reforçam o imaginário social das habilidades masculinas para práticas que garantiam maior acesso às drogas, e por outro lado, estimularam determinadas práticas para as mulheres, como exemplo, o espaço doméstico como prioridade e os cuidados do lar, do marido e a maternidade, e com isso, reforçando a imagem de fragilidade e docilidade acerca do feminino. Isso talvez explique o porquê das mulheres consumirem menos drogas do que os homens ou de começarem ou não a usar substâncias.

As aproximações dos papéis sociais de homens e mulheres têm sido apontadas pela literatura como um dos fatores do aumento de mulheres que consomem drogas (Zilberman, 2003). No entanto, atualmente, ainda que a visibilidade social do feminino nesse contexto seja notória, se comparado a outros períodos na história, a imagem de mulher “drogada” é vista com ressalvas pela sociedade.

Apesar de todas as conquistas das mulheres por direitos e espaços no meio social, tornando-se donas de seus corpos e gerentes de seus comportamentos, o fenômeno das drogas parece ser ainda um terreno minado por construções de gênero que deflagram hierarquias de poder (Brasiliano, 2001; Hocgraf & Andrade, 2006). A condenação social da mulher que usa drogas simbolizaria a submissão destas, sendo um modo de controle de seu corpo e seus comportamentos. Esse julgamento social rígido estaria relacionado com os efeitos indesejáveis socialmente que poderia resultar da intoxicação, como por exemplo, o apetite sexual aumentado ou diminuído e uma maior vulnerabilidade para o abuso sexual (Brasiliano & Bucarechi, 2006; Yamaguchi et al. 2008).

A mulher ao ser marcada pelos seus papéis sociais historicamente constituídos, como a imagem da mãe, dona de casa, esposa, e o estigma da docilidade e fragilidade, carrega consigo uma carga muito grande, caracterizada por cobranças e imposições sociais, mascarando a questão da dependência de drogas enquanto um problema de ordem moral e configurando-a enquanto um espaço de produção de discriminação de gênero e da vulnerabilização.

Sobre este aspecto, algumas pesquisas têm se dedicado a analisar o impacto dessa construção na representação da mulher usuária de drogas na sociedade. Cruz (2012) em seu estudo relata que as usuárias se vêem rotuladas pela sociedade enquanto mulher “sem valor”, “prostituta” e “irresponsável”, sofrendo com situações de preconceito e exclusão social. Medeiros et al. (2015) e Medeiros, Maciel e Sousa (2017) também evidenciaram que a figura da mulher usuária é vista como um problema de ordem moral, ocasionando uma representação depreciativa ligada sobretudo ao abandono ou afastamento das funções femininas. Esses dados também coincidem com a literatura internacional em estudo realizado por Bungay et al. (2010), onde ressaltam usuárias vivendo em precárias condições,

apresentando envolvimento com o trabalho sexual e menos apoiadas pela divulgação de serviços de saúde.

Esse processo de invisibilidade das mulheres nesse contexto força a adequação destas aos modelos tipicamente masculinos, de modo que o problema das drogas tem sido focado pelos homens e para os homens, gerando maior ocultação sobre as questões da mulher e da dependência química feminina. A proposta de construir políticas públicas dirigidas especificamente às mulheres usuárias de drogas como forma de possibilitar o processo de equidade nas relações de gênero é recente em diversos países (Luchese & Aguiar, 2002).

A ausência da mulher, na agenda política, principalmente das ações voltadas para as políticas sobre drogas destinadas ao gênero feminino, enseja preocupação, visto que a seletividade negativa contribui para uma sociedade punitiva que reproduz hierarquias sociais, ou seja, fazendo com que se endosse o preconceito frente à mulher usuária de drogas no cenário público, constituindo a interface negativa do processo de exclusão social.

O foco do gênero na questão das drogas constitui um fenômeno social que tem interfaces com a saúde pública, pois configura com uma contradição na vida das mulheres gerando tensão e resultando em processos destrutivos do seu processo saúde-doença. Assim, a luta pela ampliação dos espaços de liberdade e de produção social da vida das mulheres deve ter como eixo norteador uma ruptura com a tradição do modelo de assistência hegemônico, de modo que a superação dessa realidade implica em transformações e enfrentamento nos planos políticos, ideológicos, técnicos, culturais e sociais (Ferreira, 2013; Medeiros et al., 2015).

A contínua força do “ideal de feminilidade” permanece como tributo intocável, protegido por um discurso de uma suposta valorização da mulher através dos aspectos maternos e de cuidadora. Ao adentrar no contexto de uso de abusivo de drogas, a sociedade encara as mulheres como se estas tivessem fracassado no seu papel feminino. Essa mulher é vista então como um duplo desvio, seja pelo descumprimento das funções maternos-

familiares, seja pelo envolvimento com comportamentos considerados transgressores, como a questão do uso e do abuso de drogas.

Posto isso, neste estudo, pretende-se trabalhar com o conceito de “desvio”, visto que este se torna muito útil para se compreender como a sociedade, especialmente em países ocidentais, atribuiu valor negativo ao consumo de drogas e, notadamente, às mulheres usuárias. Faz-se útil também para entendermos o cenário de desigualdades enfrentadas pelas usuárias de drogas, problematizar os eixos constitutivos do preconceito e os fatores explicativos da exclusão social destas mulheres.

## **CAPÍTULO. 3**

---

**Estereótipos de Gênero, Preconceito e suas implicações no processo de Exclusão Social enfrentada pelas Usuárias de Drogas**

---

### **CAPÍTULO 3. Estereótipos de gênero, Preconceito e suas implicações no processo de Exclusão Social enfrentada pelas Usuárias de Drogas**

Desde que iniciamos as primeiras relações em sociedade, somos imersos num sistema de categorias ou grupos específicos, alguns mutuamente excludentes, como por exemplo, mulheres e homens, brancos e negros; já outras categorias, se diferenciam pelo valor social que lhes são atribuídos ao longo da vida. À medida que crescemos, essas etiquetas psicológicas vão se tornando uma forma mais cristalizada e funcionam como marcas sociais que orientam a construção da noção do que somos e qual lugar ocupamos no universo social.

Ao longo dos anos, nossa sociedade edificou em torno de si e arraigado no discurso do senso comum, crenças compartilhadas socialmente e que podem ser definidas como estereótipos. Estes quando relacionados ao gênero, e mais especificamente, ao caráter negativo do sexo feminino, pode ser compreendido enquanto o primeiro passo para a construção das bases constitutivas do preconceito e da discriminação frente à mulher na sociedade.

Este capítulo teórico é composto das seguintes subseções: Sobre os Estereótipos e Sobre o Preconceito, tendo ênfase na discussão destes construtos a constituição da Exclusão Social enfrentada pelas mulheres em contexto de abuso de drogas. Em sua primeira parte, os tópicos apresentarão as definições dos estereótipos, seus estudos, funções e o conteúdo de gênero. Em seguida será apresentado o conceito de preconceito, as atuais formas de manifestação e o sexismo, tendo como enfoque a problemática das drogas no universo feminino. Por fim, será contextualizada a perspectiva de Exclusão Social adotada no presente trabalho e as articulações dos pressupostos e hipóteses.

### 3. 1 Sobre os Estereótipos

À luz da teoria das relações intergrupais, parte-se da ideia de que os estereótipos respondem a um princípio sistemático de generalização. Etimologicamente, a palavra estereótipo vem do grego *stereos* que quer dizer sólido ou rígido, e *túpus*, significa traço. Portanto, o termo comporta em si uma referência ao que foi pré-determinado e encontra-se fixado, cristalizado. Porém, a origem da palavra está associada à criação da técnica de impressão do francês Firmin Didot, em 1794, que consiste em duplicar um molde padrão de uma imagem ou figura em uma única página (González-Castro & Ubillos, 2011). A psiquiatria do século XIX designava o termo *estereotipia* para se referir aos frequentes movimentos, gestos, posturas ou falas repetitivas de pacientes diagnosticados com demência precoce; e as ciências sociais usavam esporadicamente a palavra estereótipos para indicar algo difícil de mudar (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2002).

Para Camino (1996), da concepção etimológica que traduz rigidez de traços à extrapolação tipográfica que confere a ideia de repetição, o primeiro teórico a estruturar uma definição contemporânea dos estereótipos e suas funções psicossociais foi o jornalista Walter Lippman, na década de 1920. Este adaptou e passou a utilizar o termo estereótipo para referir-se aos “moldes cognitivos” que reproduziriam mecanicamente a imagem de pessoas e eventos, o que ele assinalava de “retratos da mente”, representações simplificadas da realidade que dão significado às condutas.

Lippmann investigou o poder dos rótulos e os seus efeitos na percepção das pessoas. Segundo ele, quando um sistema de estereótipos é bem fixado, nossa atenção é voltada para aqueles fatores que os apoiam e desviada daqueles fatores que os contradizem. Para Marques e Paéz (2013), as ideias de Lippmann eram inovadoras numa época em que os estereótipos eram vistos com uma forma inferior de pensamento, situada no campo do patológico. Deste modo, as concepções desenvolvidas por este teórico foram postas de lado pela maioria das

investigações feitas nas três décadas seguintes, sendo recuperadas e desenvolvidas posteriormente.

Retomando a perspectiva de Lippmann, Allport (1954), por exemplo, postulou que os estereótipos são um processo não apenas normal como também necessário para organizar o mundo em categorias mais fáceis de manejar. Para o autor, os estereótipos geralmente estão associados a características como raça, gênero, aparência física, origem geográfica ou social, assim como também se referem a outros marcadores sociais como religião e política (Marques & Paéz, 2000). De acordo com Fernandes et al. (2011), os estereótipos geralmente se referem às características dos grupos sociais. Foi também conceitualizado enquanto um fenômeno coletivo que, por mais que não represente o mundo tal qual ele é real, podem guiar nossos comportamentos e pensamentos (Gonzales-Catro & Ubillos, 2011). É entendido também enquanto estruturas cognitivas ou esquemas organizados em torno de crenças e expectativas acerca dos grupos humanos (Fiske & Taylor, 1984; Fiske, 1998).

É notável a referência dos estereótipos enquanto crenças sociais construídas e socialmente compartilhadas. De aparente organização estruturada, as crenças fazem menção aos conteúdos mentais de natureza simbólica, cuja influência na cognição é revelada através dos esquemas perceptivos e na interpretação que o percebido faz de sua experiência social (Kruger, 2004). O autor ainda completa que existem dois vieses por meio dos quais as crenças são conceituadas: o primeiro viés se refere que onde as crenças são pessoais e revelam um julgamento a respeito de alguém, e o segundo, onde são consideradas crenças compartilhadas, se encontram os estereótipos.

O estudo dos estereótipos, assim como outros conceitos dentro da psicologia social, pode ser contemplado em duas vertentes: a individual e a sociológica. A abordagem individual tem foco nos processos intrapsíquicos e recebe orientação da teoria da Cognição Social, a qual atribui ênfase ao conceito de mediadores cognitivos e a maneira pela qual esses



processos mentais intermediam o mundo dos estímulos sociais e os comportamentos (Pereira, 2011). Nessa linha de pensamento, os estereótipos são entendidos enquanto estruturas cognitivas de conhecimento (crenças) sobre a realidade. Podem se manifestar por meio de representações abstratas na mente das pessoas, e também pela visualização de exemplos concretos ou espécie de protótipos (Willis, Bailón & Moya, 2011).

Já para a perspectiva sociológica, o pano de fundo para a interpretação dos estereótipos é o cruzamento de fatores ligados à dinâmica social e as relações entre os grupos (Marques & Paéz, 2000). Assim, considerando a base de conhecimento armazenado sobre determinada realidade e adquirida na interação social, os estereótipos seriam as representações de elementos culturais socialmente compartilhados. São os estereótipos um tipo de informação pública construída e elaborada pela sociedade (Willis, Rodríguez-Bailón, & Moya, 2011). Ainda que tenham o foco voltado para determinada área, as duas perspectivas podem ser consideradas complementares, uma vez que ao tentar explicar este fenômeno a partir de uma única vertente, corre o risco de desembocar num reducionismo, como afirma Marques e Paéz (2006).

Já no que concernem os processos e funções dos estereótipos, não há como não recorrer à explicação dos processos de categorização, identidade social e comparação social (Tajfel, 1978). Para Marques e Paéz (2006), esses dois últimos processos se diferenciam do primeiro por adotarem uma perspectiva de variabilidade nos grupos, enquanto a categorização contém um viés puramente cognitivista.

Entendida enquanto um processo cognitivo oriundo da percepção social, a categorização é considerada um importante componente no processo de organização das informações do meio social (Aronson, Wilson & Akert, 2002). Tajfel (1983) afirma que ao categorizar qualquer objeto, seja ele físico, social ou abstrato, o indivíduo adota critérios classificatórios e descritivos os quais irão orientar a diferenciação dos grupos distintos por

meio de vários aspectos que se assemelham dentro de uma dada categoria. Esse processo ajuda na ordenação, simplificação da informação precedente do meio social. Com base nisso, os estereótipos se formam a partir do “encaixe” de indivíduos em determinadas categorias sociais, o que assume não só a função de tornar a realidade social mais acessível, como também facilitar a justificativa para a diferenciação entre os indivíduos e grupos, entre o “nós” e “eles” (Amâncio, 2006).

Neste sentido, além de ser um processo automático e inevitável da percepção, os estereótipos sociais permitem, por meio das funções política e social, estabelecer e garantir o distanciamento social perante indivíduos e grupos. Com isso, o fato de perceber um indivíduo como membro do grupo de usuários de drogas, por exemplo, como pertencente ao exogrupo ou ao endogrupo, tem profundas consequências que vão além da mera percepção.

No que concerne a identidade social esta ocupa um lugar de destaque nas discussões sobre a conceituação de grupo no campo da psicologia social (Brown, 2000). Foi por meio de trabalhos pioneiros como o paradigma do grupo mínimo, como a consciência da pertença e a importância associada a esta pertença (Tajfel & Turner, 1979; Tajfel, 1970; 1982), que a identidade social passou a ser justificativa explicativa para o comportamento social intergrupos. No processo de identidade social, os indivíduos pertencentes a uma determinada categoria tendem a priorizar o próprio grupo, em detrimento a outros grupos aos quais não pertencem em virtude da manutenção de um senso positivo, de uma alta estima grupal. Para Tajfel (1970) e Tajfel e Turner (1979), essa identidade é construída a partir do sentimento de pertença a um determinado grupo mais o valor desta pertença, o que leva os indivíduos a salientarem os aspectos positivos do grupo de pertença, ao passo que depreciam os aspectos negativos do grupo de comparação. A partir disso, é consenso entre diversos autores (Onorato & Turner, 2004; Reynolds et al., 2007; Turner, 1980, 1988; Turner, Brown, & Tajfel, 1979; Turner & Oakes, 1986), que a identidade social tem o papel primordial de dar realidade

psicológica ao termo “grupo” para seus membros, e é o que permite àqueles membros individuais serem unidos em suas percepções e comportamentos coletivos.

De acordo com Deaux (2000), a maioria das categorias de identidade não só existe como um grupo ou o rótulo com que o indivíduo possa se identificar, mas também como um reconhecimento social da categoria ou um estereótipo investido de significados compartilhados.

Ainda assim, os processos que permitem a categorização de indivíduos e os posicionamentos frente aos diversos grupos alcançados pela identidade social não operam num vácuo social, distantes das implicações sociais e dos sentimentos associados a outros grupos. O processo de comparação social nos auxilia a entender as consequências que a preferência sobre o próprio grupo aporta às relações sociais, como também na formação dos estereótipos.

A comparação social, por meio do seu princípio de diferenciação, tem suas primeiras descrições a partir das citações de Tajfel (1982) sobre os estudos de Sumner sobre a temática do etnocentrismo, apontando-o como precursor dos termos “endogrupo” e “exogrupo”. Para ele, a diferenciação grupal é considerada um processo dinâmico, só podendo ser entendido no contexto das relações entre grupos sociais e através das funções a que serviriam as comparações sociais. Tem a função, segundo Torres e Camino (2011), de aumentar a coesão intragrupal, possibilitando melhores condições de sobrevivência e, como consequência, haveria a intensificação das peculiaridades do endogrupo em detrimento da diferenciação com o exogrupo.

De acordo com o teórico Tajfel (1982), o processo de comparação social e a consequente preferência pelo seu grupo é um fenômeno frequente. Aliando a isso, a criação ou manutenção de diferenças entre os grupos seguiria o mesmo princípio para a manutenção de alta autoestima, preconizada nos estudos sobre a identidade social, a qual afirma que os

indivíduos procuram obter uma imagem positiva de si e esta imagem é obtida por meio da diferenciação positiva dos outros grupos durante o processo de comparação social. Contudo, percebeu-se que a comparação grupal não resultava necessariamente em uma avaliação negativa do outro grupo, mas sim em uma tendência a avaliar mais positivamente o próprio grupo.

Sendo assim, os três processos, categorização, identidade social e comparação social, em conjunto, possibilitam explicar como grupos distintos estabelecem relações de distanciamento social, justificando-as a partir das percepções de similitudes e diferenças em relação aos grupos sociais e, em função dessa percepção, emitirem preferências ao próprio grupo em virtude de sua pertença social. Não obstante, para se compreender os estereótipos, se faz necessário entender quais as funções que estas crenças socialmente compartilhadas exercem nas relações intergrupais.

Seguindo esse contexto, uma das perguntas mais frequentes entre estudiosos dessa temática diz respeito a sua funcionalidade: para que servem os estereótipos? Quais as suas funções? São vários os estudos que buscam dar resposta para esses questionamentos, e dentre eles pode-se destacar os realizados por Tajfel (1981). Considerado um dos primeiros teóricos a realizar análises sistemáticas sobre as funções dos estereótipos, Tajfel apontou que estes exerciam funções individuais e sociais; apesar de inserir profundas críticas ao viés individualista presente em muitos estudos da psicologia cognitiva (Techio, 2011).

Dentre as funções individuais dos estereótipos encontra-se o papel da economia cognitiva que serve para ordenar, categorizar e estruturar a percepção da realidade (categorização), acentuando as diferenças intergrupais e as semelhanças intragrupo (Techio, 2011). Outra função que os estereótipos desempenham seria a defesa dos valores individuais, funcionando como proteção do “eu”, uma vez que os estereótipos ajudam que a pessoa se sinta melhor acerca de si mesma e menos ameaçada (Tajfel, 1981). Assim, os estereótipos em

nível individual, além de tornarem a realidade mais acessível, ajudam na manutenção da autoimagem positiva.

Atuando enquanto funções sociais, a teoria das relações intergrupais (Tajfel, 1981) destaca três funções que desempenham os estereótipos, as quais são:

- *Explicação e busca de causalidade* – onde os estereótipos são usados para explicar os acontecimentos ou eventos sociais que se caracterizam pela sua complexidade e caráter negativo. Um exemplo disso é em situações de agravamento de crise econômica, atribui-se a sua existência e responsabilidade a alguma categoria social minoritária, e os estereótipos associados a elas.
- *Diferenciação social* – os estereótipos ajudam as pessoas a diferenciar positivamente o endogrupo e minimizar os traços negativos, quando comparados ao exogrupo. Pode-se associar, por exemplo, o fato de que os homens são ativos, agressivos e fortes, ao passo que as mulheres são suaves e afetuosas.
- *Justificação social* – a divisão social, que explica e justifica as ações dirigidas a determinados grupos é reforçada pelos estereótipos. Por exemplo, paga-se menos às mulheres porque estariam menos motivadas para o trabalho, e por acreditarem que estas exercem funções inferiores (cuidar da casa, das crianças, etc.).

Embora os estereótipos encorajem um conhecimento intuitivo do Outro, desempenhando papel central na organização do discurso do senso comum, nem sempre os estereótipos dos grupos dominantes são positivos e nem os do grupo dominado são negativos; porém independente da conotação, então sempre a serviço da manutenção do sistema e *status quo*. Nesse sentido, faz-se necessário analisar como se configuram os conteúdos atribuídos aos estereótipos dentro da dinâmica social.

### 3.1.1. O Conteúdo de gênero nos estereótipos e o controle normativo sobre o feminino

Os estereótipos comumente agrupam diversos tipos de características e não se limitam, portanto, a identificar categorias gerais de pessoas. Fazem alusão à aparência física, interesses, papéis sociais e profissionais, etc., mas também podem ir além de como são vistos e atuam nos grupos. Os estereótipos podem estar relacionados a julgamentos e pressupostos implícitos ou explícitos de como são os grupos sociais, sobre seu comportamento, que traços de personalidade compartilham seus membros e sua visão de mundo ou sua história. Para Techio (2011), os atributos que caracterizam um grupo podem ser positivos ou negativos, serem precisos ou incertos e muitas vezes exagerados na diferenciação dos grupos.

Ao longo do tempo, demonstrar a importância dos estereótipos para a compreensão da ênfase da justificação e das desigualdades sociais sempre foi interesse de boa parte dos pesquisadores da área, desde estudos clássicos na década de 1990 aos mais recentes sobre as diferentes categorias sociais, especialmente àquelas tidas enquanto minoritárias.

O estudo clássico sobre o conteúdo dos estereótipos foi realizado por Katz e Braly (1933) com estudantes da Universidade de Princeton. Neste, solicitou-se aos participantes que construíssem uma lista de adjetivos ou atributos típicos de algumas categorias sociais: Alemães, Judeus, Negros, Americanos, Irlandeses, Ingleses, Italianos, Chineses, Japoneses e Turcos. Em um segundo momento, de posse de uma lista de 84 adjetivos elaboradas a partir dos traços atribuídos anteriormente pelos estudantes, solicitou-se que outro grupo de estudantes apontassem os cinco traços que melhor caracterizassem cada grupo em questão. Após concluir esse estudo, os pesquisadores observaram que havia um grau elevado de concordância entre os estudantes no que se referia aos dez grupos-alvo, principalmente para o grupo de negros e dos judeus; observou-se um percentual de 75% do grau de concordância entre os participantes.

Contudo, esse estudo foi alvo de diversas críticas, apesar de sua notável importância. As críticas se centraram no método utilizado, havia um viés na lista de atributos que não contemplava certos adjetivos que normalmente caracterizam os grupos, e por ser uma amostra que fazia parte de um discurso de universitários, homens brancos e de classe social média, estaria enviesado.

A fim de ultrapassar essas críticas anteriormente mencionadas, e buscar alternativas para o estudo dos conteúdos dos estereótipos, Niemann et al. (1994), conduziram dois estudos utilizando o método da associação livre de palavras. Com esses estudos, percebeu-se que a associação livre é um método válido e por ser sensível ao momento, permite detectar a similaridade entre as características intracategoriais e as diferenças intercategoriais. Como exemplo disso, observou-se que a categoria “afro-americano” era descrita como sendo um grupo que fala alto, hostil, atlético e composto por pessoas de pele escura, ao passo que ao analisar as diferenciações entre homens e mulheres afro-americanos, aos homens atribuíram traços do tipo musculosos e criminosos, enquanto para as mulheres foram atribuídos traços do tipo amigável, agradável e sociável (Niemann et al., 1994).

Outras pesquisas têm indicado certa constância e estabilidade dos traços no decorrer do tempo (Cuddy, et al, 2009). Observa-se que algumas categorias sociais, como os idosos e os portadores de deficiência, por exemplo, são alvos de estereótipos de incapacidade e inutilidade, porém são concebidos como sociáveis e pouco ameaçantes; os europeus são vistos como capazes, competentes e frios, quando comparados com os latinos; as mulheres donas de casa recebem traços de dóceis, inofensivas e sociáveis. E apesar de haver certa estabilidade no conteúdo dos estereótipos, é possível observar algumas mudanças em alguns traços grupais. Isso se deve, em grande medida, a dinâmica sociocultural de inserção dos grupos e o modo como as relações sociais estão sendo estruturadas. Com o passar dos anos, observa-se mudanças sutis e periféricas nas atribuições de adjetivos para os grupos minoritários, no

entanto, parece demonstrar pouca alteração nos crivos que os separam do grupo majoritário, ou seja, no *status quo*.

Na perspectiva clássica do estudo do conteúdo dos estereótipos, os atributos que classificam o próprio grupo eram em sua maioria traços positivos, enquanto os traços atribuídos aos exogrupsos apresentavam aspectos negativos, que serviam de indicadores para os comportamentos intergrupais de preconceito e discriminação (Techio, 2011). O cenário atual tem revelado que o conteúdo negativo dos estereótipos atribuídos ao exogrupo tem diminuído, e tem-se observado também uma atribuição de traços positivos a estes; esse fato se deve, em grande medida, às pressões sociais e lutas pela igualdade e pelos direitos humanos (Smith & Mackie, 1997).

Essa ambivalência no conteúdo dos estereótipos já era estudada nos primeiros trabalhos de Allport (1954). Para este autor, alguns adjetivos positivos associados a determinadas categorias poderiam apresentar conotação contraditória. Por exemplo, os negros eram percebidos como incompetentes ainda que fossem vistos como sensuais e sociáveis, e já os judeus eram tidos enquanto competentes ainda que ambiciosos e orgulhosos. Apesar de ter uma aparente caracterização positiva, segundo Allport (1954), o conteúdo dos estereótipos pode ser desvirtuado e levar a atitudes preconceituosas.

Outro teórico que contribuiu com temática dos estereótipos afirmando a existência de traços positivos e negativos ao exogrupo foi Solomon Asch. Em seus experimentos sobre formação de impressão, Asch (1946) fez referência à importância de traços de sociabilidade e competência para as atitudes intergrupais. Por exemplo, ele observou que variando um dos adjetivos utilizados para descrever uma pessoa, sendo fria ou calorosa, era suficiente para alterar a formação de impressão. Posteriormente, observou-se que a descrição de uma pessoa como competente, no entanto fria, ou competente e sociável, sofria adaptação conforme a percepção das pessoas com ou sem poder.



É com base na orientação dos estudos conduzidos por Allport (1954) e Asch (1946), que se tem centrado o estudo do conteúdo dos estereótipos em duas dimensões: Competência e Sociabilidade. No que diz respeito a primeira dimensão, esta reúne aspectos como poder, *status* e instrumentalidade, ao passo que a segunda congrega aspectos como expressividade e afetividade. No entanto, esta dicotomização pode, dependendo do contexto, modificar a semântica dos estereótipos, o que aponta para o seu caráter ambivalente. Esta dicotomia foi melhor estrutura pelos estudos realizados por Fiske et al. (2002, 2007) ao proporem o Modelo do Conteúdo dos Estereótipos (SCM). Esta categorização dicotômica reflete o posicionamento ao apresentarem tal teoria sobre o conteúdo dos estereótipos.

De acordo com esta teoria, os grupos com baixo *status* são caracterizados com atributos de baixa competência e alta sociabilidade e incitam atitudes de compaixão e o tipo de preconceito paternalista; enquanto os grupos de alto *status* com atributos ligados à competência e baixa sociabilidade suscitaria o preconceito associado a atitudes de inveja (Techio, 2011). Fiske et al. (2007) apontam que os conteúdos dos estereótipos são produzidos através das relações socioestruturais, baseando-se nas relações grupais de competitividade ou cooperação. Esta teoria enfatiza que o *status* global prediz a competência, enquanto que a interdependência prediz a sociabilidade; no primeiro caso, as atitudes associadas seriam de admiração e aproximação, enquanto no segundo caso, atitudes de desprezo e evitação. Neste sentido, os grupos de alto *status* são cobiçados, mas não queridos, e os grupos de alta sociabilidade por terem baixo *status*, são queridos, mas não cobiçados, como é o caso das mulheres dona de casa, por exemplo. Techio (2011) destaca que para a ameaça percebida na relação entre os grupos os estereótipos, tem função de justificar e manter as diferenças.

A Figura 1 seguinte apresenta a predição dos estereótipos a partir das combinações entre a percepção do *status* e da interdependência.

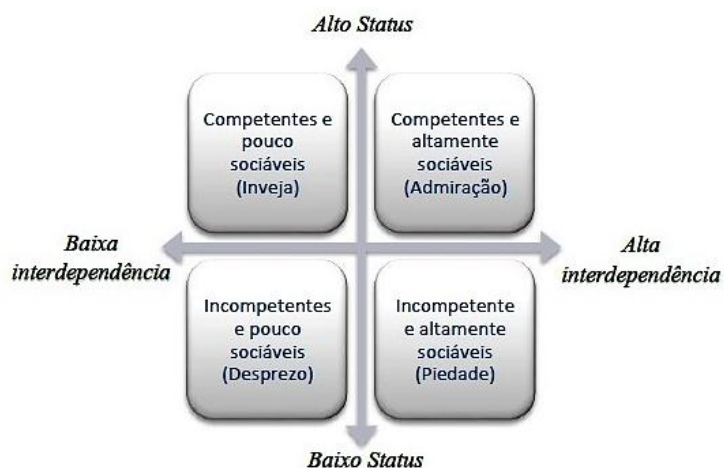


Figura 1. Predição dos estereótipos a partir das combinações entre *status* e interdependência

É importante ressaltar que a combinação resultante da alta competência e alta sociabilidade levaria a uma relação social de admiração e que tal combinação dificilmente seria encontrada nos grupos sociais; enquanto que a combinação de baixa competência e baixa sociabilidade despertaria o desprezo.

Essa teoria do preconceito a partir do *status* e da interdependência dos grupos na sociedade teve impacto potencial nos estudos sobre o sexismo em diversos países. Mais recentemente, Glick e Fiske (2011) realizaram revisões desse modelo.

A terminologia desse modelo pode ser utilizada para referir-se a características que diferenciam diversos categoriais grupais, como por exemplo, para investigar os estereótipos de gênero, que se referem aos traços atribuídos às mulheres na dinâmica sociocultural, bem como os estereótipos atribuídos ao grupo de mulheres tidas enquanto usuárias de drogas.

Historicamente, pode-se dizer que o modo de se pensar a classificação dos seres humanos em duas categorias distintas – homens e mulheres – foi assentado nas diferenças biológicas, o que determinou claramente uma normatização de como esses dois grupos deveriam se relacionar. Desta maneira, a existência das diferenças a respeito dos sexos aparece como justificativa para a construção de estereótipos e crenças acerca da natureza do masculino e do feminino.

Segundo D'Amorim (1997, p. 122), estereótipos de gênero podem ser entendidos como “conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam estas crenças individuais ou compartilhadas”.

Estudos acerca dos estereótipos de gênero tem sido por muito tempo o interesse de diversos pesquisadores nas mais distintas localidades geográficas. Tais pesquisas têm revelado certa estabilidade nos traços estereotípicos atribuídos aos gêneros, apesar de ser verificado que em alguns contextos essas crenças perderam intensidade ou mesmo tiveram pequenas alterações no conteúdo (Luque, 2000).

As pesquisas sobre os estereótipos de gênero mostram que os traços de instrumentabilidade, independência e dominância são associados ao masculino, além destes manterem uma implicação menor em atividades de cunho interpessoal. Já os traços de expressividade, dependência e submissão são associados ao feminino, além destas serem vinculadas mais em atividades interpessoais baseadas na harmonia (Amâncio, 1992; Cuddy et al., 2009).

Em estudo sobre estereótipos de gênero na década de 1950 nos Estados Unidos com universitários, Sherriffs e Mckee (1957) encontraram que os homens poderiam ser descritos como assertivos, racionais, vigorosos e eficientes. As mulheres eram vistas como competentes socialmente, graciosas, espiritualizadas, calorosas, emocionais e dispostas a prestar apoio. A afetuosidade, gentileza e sensibilidade também descreviam atributos femininos no inventário de Bem (Bem, 1974); enquanto a assertividade, dominância e agressividade eram descritores de papéis masculinos.

Alguns experimentos clássicos ilustram essa disparidade entre traços masculinos e femininos. Goldberg (1968) realizou um estudo onde solicitava a alunas universitárias que avaliassem artigos acadêmicos em termos de competência, estilo, profundidade, etc. Para uma parte da amostra foi fornecida a informação de que o autor dos artigos era um homem (John

T. McKay), ao passo que para a outra metade, se tratava de uma autora mulher (Joan T. McKay). Apesar de o artigo ser o mesmo para ambos os grupos, àquele assinado por uma mulher era invariavelmente menos elogiado que o supostamente escrito por um homem, demonstrando uma suposta superioridade masculina.

Sobre essa questão, alguns psicólogos sociais (Deaux, 1984; Deaux & Emsweiler, 1974) demonstraram que diante de uma situação em que visualizamos comportamentos de atores do sexo masculino e feminino, atribui-se explicações internas para o sucesso dos homens em situações de desempenho, ao passo que para as mulheres o mesmo sucesso é atribuído a causas externa e circunstâncias. Um exemplo disso seria, ao sermos apresentados a um caso bem sucedido de um médico ou à sua contrapartida do sexo feminino, tendemos a atribuir o sucesso da mulher a uma dose suplementar de motivação, ou ainda a “sorte”, nas palavras dos autores (Deaux & Emsweiler, 1974), para supostas deficiências internas. Esses fatores, segundo Rodrigues, Assmar & Jablonsky (2009), tem o poder de cristalizar os estereótipos de inferioridade, ao ponto que até o público alvo, como no caso as mulheres, também incorporam tais ideias e se comportam de forma a endossá-las nas relações sociais.

Sobre o conteúdo dos estereótipos relacionados aos homens e mulheres, Amâncio (1989; 1992) conduziu um conjunto de pesquisas no contexto português. Num primeiro estudo, de base exploratória, a pesquisadora solicitou a estudantes universitários, trabalhadores e não trabalhadores, de ambos os sexos, que descrevessem uma pessoa do mesmo sexo e uma pessoa de sexo oposto. Os resultados confirmaram a associação dos traços de instrumentabilidade e dominância aos estímulos masculinos e a associação dos traços de submissão e expressividade nos estímulos femininos.

Com base nesses dados, a autora conduziu outro estudo a partir do campo semântico obtido nesse primeiro estudo. Neste, selecionou-se 94 adjetivos em ordem alfabética que representavam a variedade das palavras ditas por homens e mulheres. A lista dos traços foi

apresentada aos participantes, também estudantes universitários, sendo que foi solicitada a metade da amostra que classificassem os traços em masculinos e em femininos, de acordo com o conhecimento que julgavam ser o da sociedade portuguesa acerca dos caracteres sexuais; a outra metade da amostra foi pedido que classificassem os traços em positivos ou negativos, baseando também na imagem de uma pessoa portuguesa (homem ou mulher). O que se concluiu nessa investigação é que houve menos características tipicamente femininas do que tipicamente masculinas, e a relação entre os traços positivos e negativos foi considerada desfavorável no estereótipo feminino do que no masculino. Ao observar os conteúdos, verificou-se que os estereótipos femininos incluem a própria designação da categoria a qual se refere “feminina” e inclui também um traço orientado para função social “maternal” – dado que não foi observado no estereótipo masculino. Ademais, os estereótipos femininos englobaram traços físicos e afetivos, que apontam para o papel das mulheres na família e que são considerados positivos; traços de dependência e submissão também surgiram e foram avaliados enquanto negativos, e por último, traços relacionados às emoções e expressão de sentimentos que não reuniram consenso quanto a sua avaliação.

Mais recentemente, no Brasil, Barros, Natividade e Hutz (2010), também com universitários, identificaram diferenças nas descrições de características de homens e mulheres. Os homens foram descritos como responsáveis pelo sustento, com disposição para exercer o comando e para trabalhos pesados e com gosto por veículos e por jogos; e as mulheres foram caracterizadas como responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, como afetuosas, caprichosas e vaidosas.

Pode-se argumentar que esses estereótipos ocorrem como parte de um discurso proveniente de práticas historicamente construídas na sociedade. Discurso este que guarda relações com as dinâmicas de poder exercido por um sexo em detrimento de outro. Nesse sentido, os homens seriam vistos como dominantes e as mulheres como subjugadas.

Por meio de diversos estudos realizados sobre os estereótipos de gênero ao longo dos anos, é possível distinguir uma estrutura bidimensional – competência e afetuosidade – que também serve como fonte de interpretação para descrever estereótipos sobre diversos grupos (Fiske, Cuddy, & Glick, 2007; Fiske, Xu, Cuddy, & Glick, 1999), que em geral o grupo com maior status é visto como mais competente e o de menor como mais afetuoso. Fiske et al. (2007) atribuem essa tendência encontrada em estudos sobre estereótipos a uma característica adaptativa humana de perceber traços que indiquem possibilidade de ajuda e facilidade para formar coalizões. No caso específico, as mulheres seriam menos instrumentais e mais afetivas e sociáveis, despertando atitudes intergrupais de proteção. Essas crenças socialmente compartilhadas servem para manter privilégios dos grupos dominantes (homens), enquanto que os grupos tidos como de alto status, classificados como competentes e pouco sociáveis, ajudariam a justificar o sistema social (Cuddy et al., 2009).

Para Freire Filho (2004), os estereótipos enquanto traços associados às categorias sociais são representações multifacetadas, utilizadas consoante ideologias, convicções, crenças, atitudes, ideias pré-concebidas, políticas ou até interesses escusos, que revelam o que se pensa e em que se acredita, e muitas vezes revelam tensões e conflitos sociais subjacentes – “a loira burra”, “o índio preguiçoso”, “o homossexual afeminado”, “o roqueiro drogado”, etc.

Tal qual atestam os exemplos supracitados, o estereótipo reduz toda a variedade de características de um povo, uma raça, um gênero, uma classe social ou um “grupo desviante” a alguns poucos atributos essenciais, tais como: traços de personalidade, as vestes, linguagem verbal e corporal, comprometimento com certos objetivos ou comportamentos, entre outros.

Como forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os *insiders* e os *outsiders*, Nós e Eles. Tonificam a autoestima e facilitam a união de todos “nós” que somos normais, em uma

“comunidade imaginária”, ao mesmo tempo em que excluem, expõem, remetem a um exílio simbólico tudo aquilo que não se encaixa, tudo aquilo que é diferente, desviante (Freire Filho, 2004).

Sob essa ótica do desvio se colocam o grupo de pessoas tidas como usuárias de drogas, uma vez que envolve um comportamento ou condição indesejável, fora da “normalidade” em relação a um padrão específico (Ronzani & Furtado, 2010). Em estudo realizado por Melo e Maciel (2016) com usuários de drogas lícitas e ilícitas internos em hospitais psiquiátricos e CAPSad, revelou que estes se veem rotulados por estereótipos de “drogado”, “viciado”, “não confiável”, “sem valor” e “doente”.

Especialmente quando se trata de mulheres usuárias de drogas, a visão da sociedade frente esse cenário é também bastante negativa. A mulher é considerada mais imoral, com comportamento inadequado devido à ligação do uso de drogas a prostituição e o abandono das funções materno-familiares (Medeiros et al., 2015; Oliveira et al., 2012). Alguns estudos qualitativos realizados com usuárias de drogas lícitas e ilícitas revelam conteúdos estereotípicos pejorativos, como a pesquisa realizada por Leal (2009), onde verificou que as usuárias se diziam vítimas de expressões depreciativas como “sem vergonha” e “cachaceira”. Noutro estudo conduzido por Cruz (2012), as mulheres relataram serem rotuladas pela sociedade como mulher “sem valor”, “prostituta” e “irresponsável”, sofrendo com situações de preconceito e exclusão social. Dados também verificados no estudo de Medeiros (2014), onde se observou descrições como “noiada”, “vadia” e “abandona filhos”.

Esses estudos revelam que a mulher usuária de drogas é vista como problema de ordem moral, alvo de estereótipos negativos e de conteúdos essencialistas acerca do descumprimento dos papéis sociais da mulher relacionados ao contexto materno e familiar. Para Medin (1989), a essencialização é tida enquanto processo psicológico, que de modo geral, seria a tendência a agir e pensar como se todas as coisas possuíssem algo intrínseco que

as tornam o que são, como, por exemplo, atribuir a maternidade como algo inerente a todas as mulheres. Assim, o grupo dos “outros” (mulheres usuárias de drogas) seria estereotipado de acordo com a essência que lhe fosse atribuída. É assim que os estereótipos se tornam um dos suportes cognitivos do preconceito (Tajfel, 1978) e da exclusão social, temas que serão abordados em subseções no presente trabalho.

### **3. 2 Sobre o Preconceito**

As primeiras explicações para a existência do preconceito enquanto um constructo científico só emergiu a partir da década de 1920, relacionado principalmente a questão racial. Segundo Duckitt (1992), antes desse período não se estudava o tema, partindo-se do princípio de que as diferenças entre os grupos eram vistas simplesmente como diferenças naturais entre raças e o pensamento científico da época aceitava a inferioridade racial, ou seja, que o preconceito seria um fenômeno irracional ou injustificável (Lins, Lima-Nunes & Camino, 2014). A partir de então, os estudos que trataram do comportamento aversivo contra alguns grupos passaram por diferentes influências.

Em épocas posteriores, como as décadas de 1920 e 1930, sobre forte influência do movimento negro nos Estados Unidos, o preconceito passou a ser interpretado enquanto um problema social; neste período, passou-se a se interpretar a categoria “raça” sem fundamento científico devido ao avanço da biologia e, com isso, o preconceito deixou de ser uma questão das disputas de raça e foi considerado como um processo inconsciente e irracional de mecanismo de defesa. Já na década de 1950, com influência da ideologia nazista e pelo holocausto, o preconceito passou a ser visto a partir das diferenças individuais, explicado por meio dos transtornos de personalidade. Já a partir da década de 1960 até o final da década de 1970, marcaram os estudos do preconceito o viés sociocultural, o qual passou a considerar a transmissão social do preconceito, assim como a sua dinâmica intergrupala. E após a década



de 1980, o estudo do preconceito acontece inserido no desenvolvimento das duas perspectivas da Psicologia Social, na sua vertente psicológica onde tem como foco as características psicológicas intra-individuais dos sujeitos, nos seus aspectos cognitivos conscientes ou automáticos do processo de categorização, e na sua vertente social, que tem o seu interesse pelos processos sociais de exclusão e inclusão social; a partir deste viés social, a discriminação é interpretada a partir de conflitos intergrupais e disputas ideológicas desenvolvidas nas dinâmicas sociais (Duckitt, 1992; Tajfel, 1982).

Portanto, seja a partir de construções psicológicas ou por influência dos processos sociais, ao longo do tempo coexistiram diversas teorias que tentam explicar a expressão do preconceito. Essas perspectivas teóricas podem ser entendidas e organizadas a partir dos níveis de análise das explicações dos fatos sociais propostos pelo psicólogo social Willem Doise (2002), que são: o nível intraindividual, interindividual, intergrupar e societal; é por meio destes níveis de análise que serão apresentadas as principais teorias desenvolvidas sobre o preconceito.

O nível de análise intraindividual incorpora as explicações do comportamento ou fenômeno social que se encontram no interior do sujeito. Com isso, o preconceito é compreendido a partir da maneira que os indivíduos organizam internamente suas experiências com o ambiente. Neste modelo, encontram-se a Teoria da Frustração-Agressão (Dollard et al., 1939), a Teoria da Personalidade Autoritária (Adorno et al., 1950) e a Teoria do Espírito Fechado (Rokeach, 1960).

Proposta por Dollard, Doob e Miller em 1939, a Teoria da Frustração-Agressão foi influenciada pelo behaviorismo e pela psicanálise, e compreende o preconceito como resultado da relação causal entre a frustração e a agressão (Álvaro & Garrido, 2006). O preconceito se originaria através de uma frustração em determinadas circunstâncias e se transformaria em raiva e hostilidade. Porém, diante da impossibilidade de se manifestar o

preconceito contra o alvo adequado, os indivíduos deslocariam a raiva em direção àqueles que estão na base da escala social, conhecidos como “bodes expiatórios” (Pereira, 2004). O resultado, então, desse deslocamento funcional seria o preconceito e a discriminação contra esses grupos.

Já para a teoria da personalidade autoritária (Adorno et al., 1950), o preconceito tem sua origem relacionada às estruturas e características patológicas de personalidade do sujeito. Segundo essa teoria, os aspectos relacionados à primeira infância, tais como repressões, pais autoritários, rigidez, disciplina hierárquica, etc., estariam na base do preconceito, e assim, este seria expresso por meio do redirecionamento da agressão a alvos alternativos, como as minorias sociais, por exemplo. A personalidade autoritária seria a origem do preconceito (Pereira, 2004).

Segundo Rokeach (1981), o preconceito pode também ser explicado através da sua teoria do espírito fechado, a qual afirma que as diferenças entre os valores culturais estariam subjacentes ao preconceito (Falcão et. al., 2004). Sendo assim, Rokeach (1981) centra-se na hipótese de que as diferenças nas crenças entre os indivíduos são mais determinantes de preconceito do que diferenças raciais e étnicas. Tem-se, por exemplo, que as pessoas tendem a valorizar uma determinada crença, subsistema ou sistema de crenças na proporção do grau de congruência com os seus próprios sistemas de crenças; além disso, as pessoas valorizam as outras na proporção do grau em que essas outras apresentam crenças, subsistemas ou sistemas de crenças congruentes com os seus (Rokeach & Rothman, 1965). Em função disso, o preconceito se expressa por meio da diferença em relação a crenças em questões importantes, a partir da dificuldade do indivíduo dogmático em conciliar pontos de vista diferentes do seu.

Cabe mencionar que a teoria do espírito fechado pode ser situada tanto no nível intrapessoal, como no nível de análise interpessoal, pois além de considerar aspectos

relacionados às estruturas psicológicas do sujeito, esta também faz menção a importância do sistema de crenças e valores sociais como fatores explicativos do preconceito (Duckitt, 1992).

No que diz respeito ao nível interindividual de análise, este descreve os processos interpessoais e situacionais, estabelecendo a interação como fator primordial para fatores princípios explicativos das dinâmicas sociais. Insere-se neste nível a teoria da categorização social de Allport (1954, 1962).

Allport (1954) foi um dos grandes teóricos da psicologia social a se dedicar aos estudos do preconceito a partir da sua influente obra *“The Nature of Prejudice”*. Neste trabalho, o autor define o preconceito como “uma atitude aversiva ou hostil dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua as qualidades desagradáveis desse grupo” (Allport, 1954, p.7). A construção dessa atitude se constituiria por meio de dois componentes: um cognitivo, a generalização categorial, e um disposicional, a hostilidade, que influenciaria comportamentos discriminatórios (Jones, 1972). Em linhas gerais, a categorização, ocupa o lugar central na expressão do preconceito, pois seria considerada a responsável natural pela generalização em categoriais sociais e, por conseguinte, segregação de membros considerados como minoritários. A categorização para Allport (1962) seria um processo natural que nos permite organizar as informações do dia a dia, e segundo o autor, esta se daria a partir de cinco importantes conceitos inerentes.

A primeira característica ao fato de que as classes e agrupamentos amplos serviriam de guias para realizar ajustes diários na classificação dos objetos sociais. Outro conceito é o processo de assimilação, ou seja, em situações de ambiguidade, a classificação se daria por aproximação a uma categoria preexistente. Já a terceira característica está relacionada à economia de energia cognitiva oferecida pela categorização, uma vez que este processo permite a identificação rápida de um objeto por meio de seus traços comuns previamente

classificados. Em relação ao quarto conceito, tem-se a saturação dos conteúdos em termos de iguais conotações ideacionais e emocionais, ou seja, possibilita uma classificação em termos conceituais e afetivos (gostar ou não gostar). E por último, a quinta característica concerne a possível racionalidade ou ao grau de verdade pelo qual se constitui as categoriais, embora Allport (1962) afirme que categorias “irracionais” podem se formar com a mesma facilidade.

Por possibilitar a classificação por meio da organização e interpretação dos fenômenos no ambiente, o processo de categorização forçaria um “desvio perceptivo” relativo à acentuação de características e traços entre membros de uma categoria social. Dessa forma, a partir dessa teoria, o preconceito se expressaria a partir da atribuição de valores a esses membros (Allport, 1962, Falcão, et. al., 2004). Essa conceituação construída por Allport ainda continua sendo uma das mais utilizadas, e que apesar de centrar seu foco de análise nos processos intrapessoais e interpessoais, também incorpora conceitos que apontam para o contato intergrupal na dinâmica entre os grupos sociais, influenciando outras perspectivas que intentam explicar o fenômeno do preconceito (Fleury & Torres, 2007; Lima & Vala, 2004).

O final da década de 1950 foi marcado por novos questionamentos acerca da explicação do preconceito, sobretudo com o acirramento de conflitos raciais como o do contexto norte americano e do sul da África. A tentativa de explicar o preconceito apenas por meio da dinâmica da personalidade do indivíduo não dava conta de explicar contextos onde boa parte da sociedade era considerada racista; essa perspectiva que considera diferenças individuais do racismo, como a personalidade autoritária, parecia negligenciar aspectos socioeconômicos, históricos e situacionais que influenciam, em grande parte, esse fenômeno (Lins, Lima-Nunes & Camino, 2014).

Esse cenário de novos questionamentos acerca da origem do preconceito, torna-se ambiente propício para outras teorias que buscavam explicar esse fenômeno a partir do viés de disputas grupais de relações de poder, ganhando ênfase o aspecto normativo do

preconceito. Inserem-se nesse contexto as teorias intergrupais e sociais sobre a explicação do preconceito.

O nível intergrupar reúne explicações para o preconceito a partir de uma orientação sociocultural, as quais são expressas nas diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais e por meio da forma com que esses desníveis influenciam a dinâmica social. As teorias que representam esse nível de análise são: a teoria do conflito real descrita por Sherif et al. (1961) e a teoria da identidade social, proposta por Tajfel (1970, 1981) e Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971).

A perspectiva teórica de Sherif et al. (1961) foi de grande importância para compreensão dos conflitos sociais. Em seus experimentos, os autores apresentaram uma crítica aos estudos experimentais de grupos que eram conduzidos em condições artificiais por psicólogos sociais da época, e conduziram um estudo no qual se observou as dinâmicas sociais e interações ocorridas no interior de um pequeno grupo em um ambiente social real em contextos de cooperação e conflito. O preconceito teria sua gênese em situações de acirramento de conflito de interesse e de rivalidade entre o endogrupo e o exogrupo (Álvaro & Garrido, 2006).

Sob orientação da cognição social, a teoria da identidade social proposta por Tajfel (1970, 1981) afirma que a simples consciência da pertença a grupos sociais, mesmo em situações em que a interação entre os membros é mínima, seria o suficiente para despertar sentimentos preconceituosos e comportamentos de discriminação a membros do exogrupo; essa premissa foi demonstrada num conjunto de estudos realizados por Tajfel e seus colaboradores, que ficou conhecido como *o paradigma do grupo mínimo*.

A partir dessa teoria, o comportamento intergrupar seria explicado pela mediação da identidade social e o processo de categorização social, uma vez que esta produz uma acentuação nas diferenças entre grupos, através da formação dos estereótipos, favorecendo o

endogrupo e desfavorecendo o exogrupo (Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971). Assim, a expressão de atitudes preconceituosas e a discriminação seriam guiadas pelo favoritismo inerente ao endogrupo, através da necessidade de manter uma imagem positiva de si e do seu grupo, ou seja, a identidade social.

No entanto, ainda que imersa no nível de explicação intergrupar, a teoria da identidade social tem sido alvo de críticas por desembocar num reducionismo psicológico semelhante ao que ocorreu com as teorias da personalidade autoritária e na teoria da agressão-frustração (Pereira et al., 2003). Ao tentar explicar o preconceito como resultado da necessidade do indivíduo de obter e manter uma identidade positiva de si e do grupo, Tajfel (1982) desconsidera outros fatores inerentes às relações intergrupais, como os fatores históricos e políticos na dinâmica social. Por tal motivo, essa perspectiva de base cognitivista foi considerada insuficiente para a explicação das relações entre o endogrupo e exogrupo, e por isso não fornece explicações completas para o preconceito, como propõe Duckitt (1992).

Inserido no universo de elementos considerados suprassociais, a abordagem societal para análise do preconceito tem seu foco de análise nos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais como produtos ideológicos e culturais de uma sociedade que dão a base e o suporte para as atitudes individuais, como também para as diferenciações entre os grupos sociais (Falcão et. al., 2004).

Neste nível de análise as relações de poder entre os grupos explicam o favoritismo endogrupal, o qual é justificado por ideologias que asseguram as assimetrias sociais existentes (Lacerda, Pereira & Camino, 2002). Assim, a compreensão do preconceito para essa abordagem exige uma análise mais politizada da dinâmica social, como sendo produto do pensamento social, refletindo valores culturais, relações assimétricas de poder e ideologias dominantes.

Com base nisso, tem sido proposta uma teoria do preconceito que situa as noções psicológicas da discriminação nos conflitos de exclusão/inclusão social frente a membros de grupos sociais. Neste sentido, considera-se que o preconceito constitui-se na vertente subjetiva dos conflitos reais de poder entre grupos e evolui, principalmente, no interior dos grupos majoritários, podendo ser definido como “forma de relação intergrupar onde, no quadro específico de relações assimétricas de poder, se desenvolvem no seio dos grupos dominantes, atitudes depreciativas e, comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de grupos minoritários por serem membros desses grupos” (Camino & Pereira, 2000, p.52).

Segundo essa teoria, o preconceito não seria uma tendência psicológica universal, mas uma forma de consciência social que se desenvolve em situações históricas de dominância no interior das relações intergrupais. Exercem influência na formação de atitudes negativas e comportamentos discriminatórios contra grupos minoritários, os discursos ideológicos ou as representações sociais que são expressas por meio dos estereótipos e das crenças essencialistas sobre a natureza dos grupos sociais, os quais são ancorados em ideologias dos grupos dominantes e nas normas sociais.

A ideologia pode ser interpretada como uma forma específica do imaginário social moderno que busca legitimar as ações concretas de relações de poder, promovendo desigualdades intergrupais nos planos econômico, social e político (Camino et al., 2001). Segundo Chauí (1995), a ideologia dominante é um instrumento de dominação que se manifesta em um conjunto de regras práticas numa sociedade, e se objetiva por meio de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, morais e culturais para exercer e manter a dominação. Além disso, também segue o conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos, como os processos de categorização e o de construção de estereótipos (Camino et al., 2001; Lacerda et al., 2002). A ideologia enquanto construção

mental pode promover o ocultamento ou a dissimulação do real, observado especialmente no preconceito decorrente da condição de gênero, que será detalhado mais adiante no presente trabalho.

Quanto às normas sociais, estas, segundo Lima e Vala (2004), têm o papel de designar o funcionamento da sociedade em cada contexto por meio das crenças acerca dos grupos sociais. É por meio da cultura que determinadas crenças são introjetadas na sociedade, fornecendo uma versão social para os processos automáticos e intrapsíquicos e, assim, podem agir como facilitadores ou inibidores de atitudes preconceituosas frente aos grupos alvos.

Portanto, pode-se afirmar que as ideologias e as normas sociais têm um importante papel na definição do conteúdo do preconceito, bem como na forma como este se expressa numa sociedade. Especialmente em relação às normas, segundo Lima et al. (2006), cabe a função de instituir regras explícitas ou implícitas que descrevem e prescrevem comportamento, seja valorizando a alguns comportamentos em detrimento da desvalorização social de outros. Como exemplo disso, com o término da Segunda Guerra Mundial e como os movimentos pela igualdade dos civis nas décadas posteriores, houve uma suposta diminuição do preconceito devido ao estabelecimento de normas antidiscriminatórias. No entanto, alguns autores apontam que, desde aquele período, ocorreram mudanças nas formas de expressão do preconceito do que a sua diminuição propriamente dita (Gaertner & Dovidio, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995).

Com base no exposto, a presente tese de doutorado se insere numa perspectiva societal para a compreensão do preconceito frente às mulheres usuárias de drogas, a qual concebe o preconceito como uma forma de relação intergrupar organizada em volta das relações de poder entre os grupos minoritários (grupo de mulheres usuárias de drogas) e o grupo dominante (pessoas tidas como não usuárias de drogas). Nessa abordagem, a relação assimétrica produz representações ideológicas expressas por meio de crenças e estereótipos,



que assumem a função de justificar a manifestação de atitudes depreciativas e negativas direcionados aos integrantes de grupos minoritários.

Essa relação de poder é fundamentada tanto nas questões de gênero, que se traduz numa relação de dominação na qual as mulheres são desfavorecidas, como também é viabilizada e naturalizada por ideologias que incorpora os indivíduos usuários de drogas numa perspectiva patológica, de insanos, e por isso, oferece perigo para o funcionamento da sociedade. Com isso, as mulheres usuárias ao fazerem parte desse grupo social minoritário, constituem uma ameaça ao modelo “ideal de feminilidade”, o qual preconiza posições reducionistas e cristalizadas acerca de seus papéis e estereótipos essencialistas – mãe, esposa, dona do lar, dócil, frágil e afetuosa. Este imaginário social, é, portanto, impregnado por um conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e oprimem as mulheres, tomadas como indivíduos de menor prestígio social, tornando-se cenário propício para a expressão do sexismo na sua forma mais aberta e hostilizante.

### **3.2.1 O Sexismo no Contexto do Uso de Drogas: hipóteses e articulações teóricas**

Na atualidade, preconceitos relacionados ao gênero estão ligados à prática da dominação e discriminação ao sexo considerado mais frágil dentro de uma situação de subjugação real ou imaginária (Mesquista Filho, Eufrásio & Batista, 2011). O sexismo seria então um conjunto de estereótipos sobre as avaliações cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade em relação às pessoas de outro sexo, notadamente do outro gênero social, legitimando a violência contra aqueles que são reconhecidos como tendo uma posição inferior na dinâmica social. Entretanto, com base na situação diferenciada vivenciada por homens e mulheres na maioria das sociedades, com um claro privilégio dos homens em relação às mulheres, o sexismo é mais comumente direcionado à explicação de percepções

negativas em relação à mulher (Amâncio, 1994; Expósito, Moya & Glick, 1998; Glick & Fiske, 1996; Lips, 1993; Myers, 1999; Safiotti, 2004).

Em uma abordagem mais societal e também a visão adotada para a presente análise, o sexismo é entendido como um resquício da cultura patriarcal, isto é, como um aparelho ideológico utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero que se legitima através das atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas pelo poder estrutural como grupo dominante e mantidas por um pensamento essencialista que atribui qualidades e defeitos que seriam inerentes e específicos de cada sexo (Ferreira, 2004).

Cabe ressaltar que ao tratar da temática do preconceito frente às mulheres, é importante situar diversos acontecimentos socioculturais que fomentaram as discussões sobre as diferenças entre os gêneros e a luta das mulheres pela igualdade de direitos. Tendo como recorte histórico, o século XIX foi palco de diversas mudanças ocorridas na economia e na política que favoreceram o reconhecimento das desigualdades sofridas pelas mulheres e da superioridade imposta pelos homens. No século posterior, surgem movimentos organizados que defendem a igualdade dos direitos civis e políticos da mulher, como o feminismo (Giddens, 1993), o qual proporcionou certa abertura das mulheres a diversos espaços sociais. Outro marco histórico de mudança na sociedade civil brasileira consiste na alteração na Constituição Brasileira de 1988, especificamente no que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, figura no artigo 5º do parágrafo 1º que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (Formiga, Gouveia & Santos, 2002). Esse fato simboliza um marco constitucional na igualdade entre os sexos, enfatizando uma punição perante atitudes e comportamentos notórios de discriminação contra as mulheres.

No entanto, apesar das mudanças quanto à igualdade entre homens e mulheres, tomando-a como princípio geral, é possível perceber um avanço sim, mas não uma superação

dessa desigualdade. Da lei às teorias do senso comum, reconhecidas na sociedade, não se pode deixar de crer que elas também estão impregnadas de ideologias capazes de guiarem e justificarem os comportamentos do indivíduo tornando-os “comuns”, fazendo com que sirvam de base para que homens e mulheres adotem esquemas psicológicos e ideologias que reflitam condutas a respeito da formação discriminatória de papéis sexuais (Páez, Torres & Echebarría, 1990).

Ressalta-se, neste domínio, que devido às mudanças sociais decorrentes da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, funcionando assim como normas “antipreconceitos”, as formas tradicionais de preconceito tendem a se modificar, dando lugar a expressões mais sutis. Frente a esse aspecto, um conjunto de teorias emergiu no contexto do racismo e da imigração, sobretudo, na tentativa de explicar as “novas” formas de preconceito empregadas em oposição ao preconceito tradicional ou flagrante, por exemplo: o racismo moderno na Austrália e nos EUA (Pedersen & Walker, 1997), o racismo simbólico nos EUA (Kinder & Sears, 1981), o racismo aversivo também nos EUA (Gaertner & Dovidio, 1986), o racismo ambivalente nos EUA (Katz & Hass, 1988), o racismo sutil na Europa (Pettigrew & Meertens, 1995) e o racismo cordial no Brasil (Turra & Venturi, 1995), conforme aponta Lima e Vala (2004). Para Camino et al., (2001), tais teorias trazem a ideia de que a discriminação aberta, aquela remetida às crenças quanto à inferioridade do grupo minoritário e o distanciamento social para com os membros do grupo excluído, estão sendo substituídas por formas mais sutis no tratamento discriminatório.

Em relação às novas formas de sexismo, este construto foi proposto por Glick e Fiske (1996) e vem enfatizar a existência de expressões de sexismo consideradas ambivalentes, justamente por estas não serem tão diretas quando se considera sua prática e expressão discriminatória tradicional, a qual está baseada na inferioridade ou diferença das mulheres como um grupo minoritário. Não contempla apenas a definição tradicional de preconceito

como antipatia ou hostilidade em direção a membros de certos grupos sociais, refletido na obra de Allport (1954), a qual impede apreender a verdadeira essência desse construto (Mladinic et al., 1998), mas busca diferenciar de outras formas de intolerância social (por exemplo, racial, religiosa, econômica), o preconceito em relação à mulher não é uniformemente negativo, confundindo-se mesmo com estilos generosos e galanteadores de uma suposta proteção em relação às mulheres (Glick; Diebold; & Bailey-Werner, 1997). Segundo Glick e Fiske (1996), essas duas formas de preconceito se fundem no que se conhece por *Sexismo Ambivalente*.

Desta maneira, o sexismo ambivalente apresenta duas formas principais: hostil e benévola. A primeira forma consiste na expressão flagrante do preconceito, caracterizada por rejeição ou antipatia, e evidencia crenças e práticas que consideram as mulheres inferiores aos homens, aproximando-se da definição clássica deste atributo psicossocial apresentado por Allport (1994). Neste sentido, segundo Formiga et al (2002, p. 241), o sexismo hostil “prima por uma orientação vertical, com obediência aos padrões morais tradicionais que situam a mulher no lar”, sendo mais claro e abertamente o comportamento discriminatório. Quanto à segunda forma, a benévola, é caracterizada por sentimentos “positivos” que se expressam através de atitudes de admiração e proteção e, na maioria das vezes, não são consideradas como uma forma de discriminação contra a mulher por produzirem de forma subjetiva a desqualificação do gênero feminino. O tipo benévolo de sexismo evidencia o sentido paternalista que descreve a mulher como “pessoa frágil, que necessita de atenção, mas que também pode completar o homem” (Formiga et al., 2004, p. 241).

Glick e Fiske (1996) propõe que essas duas formas principais, hostil e benévola, estão interligadas por três subcomponente, os quais são:

- *Paternalismo*: Refere-se ao relacionamento que se estabelece com a mulher no mesmo sentido em que um pai se relaciona com o seu filho, podendo ter um matiz tanto de domínio

(paternalismo dominante) como de afeto e proteção (paternalismo protetor). O primeiro tipo corresponde ao sexismo hostil, caracterizando a mulher como uma pessoa geralmente incapaz, que por isso necessita de uma figura masculina superior; o segundo cobre a expressão do sexismo benévolo, assumindo que a mulher é um ser débil que necessita ser protegido e mantido pelo homem.

- *Diferenciação de gênero*: no sexismo hostil esta diferenciação se apresenta como competitiva, percebendo-se o homem como exclusivo possuidor de traços e habilidades que são necessários para dirigir as instituições sociais mais importantes. No caso do sexismo benévolo, tem lugar uma diferenciação complementar, onde são identificados atributos positivos na mulher, mas que são complementares aos que possuem os homens.

- *Heterossexualidade*: destaca-se por um lado que a mulher usa seu atrativo e poder sexual para dominar o homem, e a motivação sexual deste está associada a um desejo de intimidade com a mulher (sexismo hostil); por outro lado, reconhece-se que tanto o homem como a mulher não podem ser completamente felizes em suas vidas se carecem um do outro. A crença, neste caso, válida principalmente para a mulher, é que sem um companheiro a pessoa deve ser digna de compaixão e ajuda (sexismo benévolo).

De acordo com Belo et al. (2005), as formas de sexismo, tanto o sexismo hostil quanto o benevolente, fortalecem a desqualificação do gênero feminino, assim sendo, o sexismo independentemente de ser hostil ou benevolente contribui para o fortalecimento do sentimento de aceitação da diferença entre os sexos, no que diz respeito a poder.

Apesar de coexistirem as duas formas de sexismo, em sociedades que primam pelo igualitarismo em direitos e deveres entre os gêneros, o preconceito considerado benévolo constitui atualmente a forma mais apropriada de justificar concessões e tratamentos diferenciados entre homens e mulheres. Porém, levanta-se a hipótese de que a presença da mulher em contextos tidos até pouco tempo como tipicamente masculinos, e, sobretudo,

caracterizado por comportamentos considerados “transgressores, ou seja, prejudiciais para o equilíbrio social, como por exemplo, o uso abusivo de drogas, pode gerar atitudes declaradas de condenação e de distanciamento social, semelhantes à expressão do sexismo na sua forma mais hostil, expressas por meio da rejeição ao contato social, pela percepção de ameaça e também pela culpabilização dos comportamentos. Assim, acredita-se que tais fatores relacionados ao preconceito, somado aos estereótipos negativos de gênero, possam ser variáveis explicativas da exclusão social de mulheres usuárias de drogas.

No que concerne ao conteúdo dos estereótipos de gênero, assume-se como pressupostos, que embora as usuárias de drogas não sejam um grupo social formalmente excluído de direitos, suas diferenças não são aceitas, e, por vezes, não toleradas. Confundem-se assim, com os grupos de estigma, e ou desvio, sendo atribuídas características de um grupo baixo *status* e poder, com traços de baixa competência e baixa sociabilidade, o qual despertaria sentimentos negativos de desprezo e produz atitudes sexistas hostilizantes.

Neste sentido, a seção subsequente, irá delinear os estudos empíricos que subsidiarão a discussão dos elementos trabalhados no aporte teórico e, nesta oportunidade, decidiu-se pela realização de um conjunto de estudos de cunho qualitativo e quantitativo.

## SEÇÃO II

### *PARTE EMPÍRICA*

## **CAPÍTULO. 4**

### **Apresentação dos Objetivos e dos Estudos Empíricos**



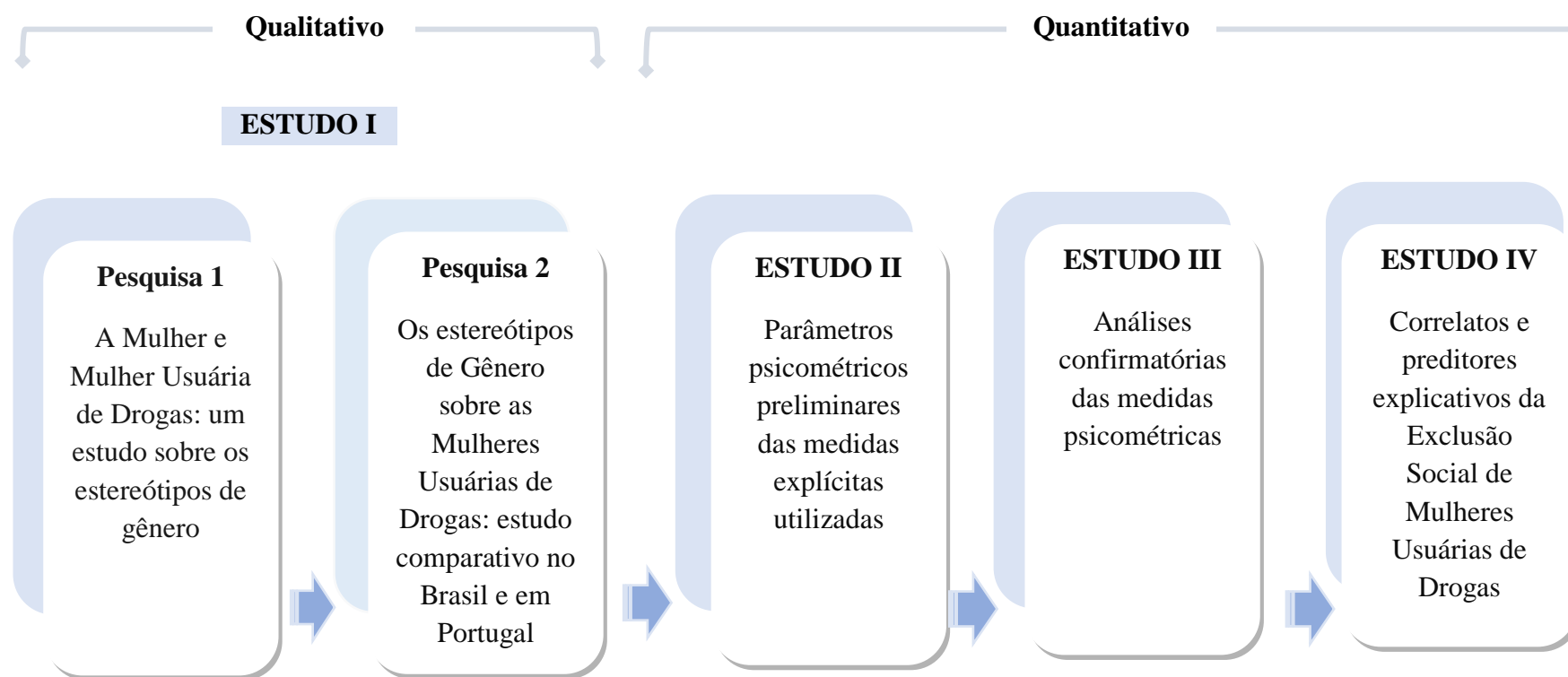
## CAPÍTULO 4. Apresentação dos Objetivos e dos Estudos Empíricos

Ao longo dos capítulos anteriores, procurou-se construir o enquadramento e clarificação dos pilares teóricos que serviram de base à delineação, articulação e operacionalização dos estudos empíricos. Nesse seguimento, o presente capítulo integra um conjunto de estudos baseados na triangulação intermétodos entre as abordagens qualitativa e quantitativa. Parte-se do pressuposto de que, devido à complexidade do fenómeno investigado, justifica-se a complementariedade de multimétodos que se aproximam e convergem, na tentativa de facilitar a integração das análises dos resultados e o entendimento dos construtos alvos de investigação (Günther, Elali & Pinheiro, 2004).

Para alcançar o objetivo geral, o qual propõe criar um modelo explicativo da exclusão social de usuárias de drogas com base no preconceito e nos estereótipos de gênero, assume-se o quantitativo de quatro estudos empíricos, tendo cada um, os objetivos específicos que serão detalhados a seguir:

- **Etapa 1:** (a) Comparar os estereótipos de gênero sobre a Mulher e sobre a Mulher Usuária de Drogas; (b) Comparar os conteúdos estereotípicos sobre a Mulher e sobre a Mulher Usuária de Drogas no Brasil e em Portugal.
- **Etapa 2:** Descrever os parâmetros psicométricos preliminares das medidas explícitas utilizadas;
- **Etapa 3:** Testar as medidas psicométricas por meio de análises confirmatórias;
- **Etapa 4:** Correlacionar e testar os preditores do modelo explicativo da exclusão social de mulheres usuárias de drogas;

O desenho metodológico deste conjunto de estudos empíricos está ilustrado na Figura 2.



**Figura 2.** Desenho metodológico da Pesquisa. João Pessoa, 2018.

Portanto, além de expor o percurso metodológico referente as investigações empíricas, este capítulo cumpre ainda função de apresentar os resultados e as discussões parciais dos dados, os quais fornecerão subsídios para responder a problemática levantada.

## **ESTUDO 1**

## ***ESTUDO 1***

Este primeiro estudo foi composto por duas pesquisas de caráter exploratório. A primeira foi realizada no contexto brasileiro, a fim de conhecer os estereótipos acerca da Mulher e da Mulher Usuária de Drogas. Já a segunda pesquisa, de base comparativa e transcultural envolvendo os dados do Brasil e os de Portugal acerca dos estereótipos sobre a Mulher e a Mulher Usuária de Drogas/Mulher Toxicodependente nos dois países.

### **4.1.1 Pesquisa 1 – A Mulher e Mulher Usuária de Drogas: um estudo sobre os estereótipos de gênero**

Os dados apresentados neste primeiro estudo debruçam-se sobre os conteúdos estereotípicos de gênero compartilhados por estudantes universitários sobre a Mulher e também sobre a Mulher visualizada enquanto consumidora de drogas. Partindo do pressuposto de que há particularidades no conteúdo dos estereótipos, referentes à desviância feminina devido ao envolvimento com as drogas, buscou-se conhecer e comparar os conteúdos estereotípicos atribuídos à Mulher e também à Mulher Usuária de Drogas.

## **Método**

### ***Tipo de Estudo***

Para este estudo, optou-se por utilizar o delineamento de pesquisa segundo o plano qualitativo, o qual favorece o aprofundar-se na complexidade envolta nos fenômenos, nos fatos coletivos e nos processos particulares e específicos de grupos sociais (Minayo, 2012). Além disso, consistiu ainda numa pesquisa de imersão em campo e de natureza exploratória, descritiva e transversal.

### *Participantes e local*

A seleção dos participantes foi possibilitada por meio da amostragem do tipo não probabilística e por conveniência, o que resultou em 100 estudantes universitários. A maioria dos participantes eram mulheres (67%), com idades entre 18 e 33 anos ( $M = 22,21$ ;  $DP = 3,06$ ) e provenientes dos cursos alocados nos seguintes centros: Ciências Humanas (42), Ciências da Saúde (17) e Ciências Exatas (41) de uma Universidade pública na cidade de João Pessoa- PB.

### *Instrumentos*

Para obtenção dos dados utilizou-se como instrumentos: (a) Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP); e (b) questionário sociodemográfico com perguntas referentes ao sexo, idade e curso para fins de caracterização da amostra.

No que concerne a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), esta tem sua gênese nos trabalhos desenvolvidos por Jung em 1905 e, posteriormente, adaptado por Di Giacomo (1981) para a área da psicologia social (Coutinho, 2017). Tem sua validação conceitual consolidada, especialmente nos estudos que levam o aporte da Teoria das Representações Sociais (TRS), por ser considerado um instrumento projetivo que favorece os indivíduos a revelarem projeções mentais da memória em relação a um determinado objeto, baseado numa produção verbal espontânea. Além disso, na medida em que se apoia em um repertório conceitual, essa técnica permite a unificação dos universos semânticos e a saliência de universos de palavras comuns, que podem convergir em adjetivos característicos ou traços estereotípicos face ao objeto social alvo de investigação.

Nesse sentido, o uso da TALP ancorada na Teoria do Conteúdo dos Estereótipos (Fiske & Glick, 2002), pode favorecer a apreensão de conteúdos estereotipados que poderiam ser mascarados pela desejabilidade social, e assim permitirem, por meio das evocações, que

os participantes da pesquisa emitam ideias ou pensamentos frente ao estímulo indutor, de forma simples, rápida, porém significativa. Para a investigação em questão, utilizou-se os seguintes estímulos indutores: “Mulher” e “Mulher Usuária de Drogas”.

### *Procedimentos de coleta e análise dos dados*

A coleta de dados foi operacionalizada nos próprios ambientes institucionais da referida universidade, de forma coletiva e em horários previamente acordados com os professores, conforme a disponibilidade e preferência dos mesmos.

Para a aplicação da TALP, foram feitos alguns esclarecimentos que permitissem a melhor compreensão do solicitado. Antes de começar, forneciam-se (pela pesquisadora) exemplos de estímulos indutores neutros, como por exemplo, “quais são as primeiras ideias ou pensamentos que vem a sua mente quando você ouve a expressão “sala de aula”? A pesquisadora então exemplificava alguns termos relacionados ao estímulo dito, como por exemplo, as palavras “quadro”, “alunos” e “carteiras”. Feito isso, deu-se início a apresentação dos dois estímulos indutores utilizados no presente estudo, os quais foram: “Mulher” e, posteriormente, “Mulher Usuária de Drogas” (respectivamente), e assim, solicitando-se cinco palavras as quais viessem à mente ao ser proferido cada estímulo. O tempo máximo para a evocação das palavras associadas a cada estímulo indutor foi estipulado em um minuto, perfazendo um total de aproximadamente de três a cinco minutos para cada participante finalizar sua participação.

O tratamento dos dados obtidos pela TALP foi realizado por meio do *software* para análises qualitativas de textos – IRAMUTEQ<sup>2</sup> e interpretados por meio da Nuvem de Palavras, a qual permite a visualização das palavras mais frequentemente evocadas, e também

---

<sup>2</sup> O IRAMUTEQ 0.7 Alpha 2 (*Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) consiste num software gratuito e de fonte aberta desenvolvido por Pierre Ratinaud. (Ratinaud & Marchand, 2012).

pela Análise de Similitude. Essa última técnica de análise, a Análise de Similitude, é baseada na teoria dos grafos de Ramsey, na qual onde é possível identificar as coocorrências existentes entre as palavras, indicando suas conexidades, onde o tamanho das palavras é proporcional à sua frequência e as arestas indicam a força da coocorrência (ligação entre dois elementos específicos) (Camargo & Justo, 2013).

### *Considerações éticas*

Tendo como orientação a Resolução 466/201273 do Conselho Nacional de Saúde, este estudo procurou seguir com rigor os cuidados éticos de pesquisa envolvendo seres humanos, obtendo, portanto, a aprovação no comitê de Ética em Pesquisa, localizado no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/ CCS-UFPB), sob o protocolo de nº 0232/14 (Anexo 1). Logo após ser estabelecido o *rapport*, como também ser clarificado o propósito de tal investigação, solicitou-se aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver Apêndices), assegurando-lhes a sua participação voluntária e salientando a confidencialidade e anonimato das respostas fornecidas.

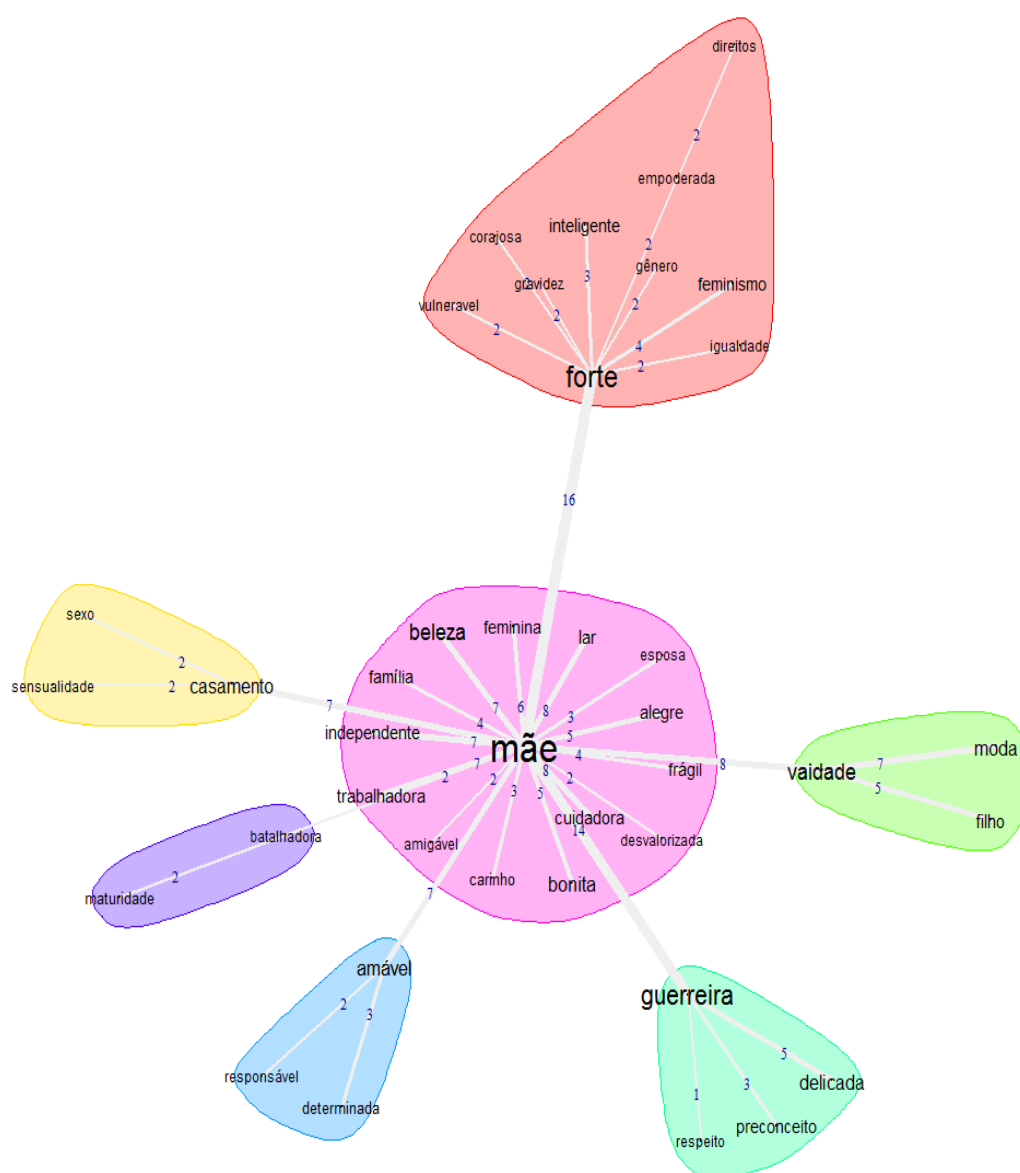
### **Resultados e Discussão Parcial**

Para compor a seguinte análise, selecionaram-se os termos de maior saliência, ou seja, aqueles que obtiveram uma evocação mais frequente, visando diminuir a dispersão dos termos e possibilitar a convergência das palavras, levando a composição dos elementos mais presentes nos discursos dos universitários. Com o propósito de expor os resultados registrados pelo programa IRAMUTEQ face aos dois estímulos “Mulher” e “Mulher Usuária de Drogas”, será apresentada inicialmente uma leitura visual acerca das palavras mais fortemente evocadas





Nesta análise é possível ter acesso de forma visual a centralidade dos elementos em função de sua frequência. Posteriormente, as evocações foram agrupadas pelo *software* em categorias de acordo com proximidades semânticas, o que tornou possível a identificação dos indicativos de conexão e coocorrência entre os termos. Estas evocações podem ser visualizadas por meio de um diagrama de similitude ou também chamada de árvore de coocorrência, como mostra a Figura 4.



**Figura 4.** Árvore de Similitude referente às evocações dos universitários sobre o estímulo "Mulher"

Conforme a representação gráfica de similitude das evocações sobre o estímulo “mulher” (Figura 4), pode-se observar a ocorrência de um diagrama contendo sete ilhas no seu total, sendo que a ilha localizada ao centro da figura revelou-se enquanto eixo organizador dos conteúdos semânticos e das conexões entre as demais ilhas do diagrama.

As primeiras grandes visualizações de conexões se deu entre os pares de evocações: **mãe-forte, mãe-guerreira, mãe- vaidade, mãe-amável, mãe-casamento e mãe-trabalhadora**. Esses léxicos foram os mais frequentes nas evocações e também estão associados aos contextos tipicamente ligados ao feminino, os quais estão interligados aos conteúdos estereotípicos relacionados à mulher.

Merece destaque a palavra – **mãe** – uma vez que esta obteve a maior frequência e também se apresenta como elemento central e organizador de todas as coocorrências do diagrama. Junto a este termo e ainda presente na ilha central do diagrama, percebe-se o predomínio dos elementos ligados aos papéis sociais femininos mais representativos, como as palavras ligadas ao contexto familiar/maternal: “lar”, “família”, “esposa”, “cuidadora”; e também as palavras associadas ao traço de sociabilidade: “feminina”, “beleza”, “bonita”, “alegre”, “carinho” e “amigável”. Houve ainda léxicos antagônicos os quais estão associados tanto ao contexto de interdependência, simbolizado pelas palavras “trabalhadora” e “independente”, quanto ao contexto de aviltamento por meio das evocações “frágil” e “desvalorizada”. O conteúdo desses termos traz à tona aspectos importantes observados na constituição dos papéis sociais e dos espaços ocupados pela mulher na sociedade.

Sobre este aspecto, a narrativa histórica tem mostrado que ao longo do tempo e da evolução humana, a maternidade foi e ainda é considerada, do ponto de vista biológico e social, um lugar feminino por excelência. A forte evocação da palavra “mãe” demonstra haver ainda uma primazia de um conjunto de ideias e crenças essencialistas e naturalizadoras sobre a mulher e sua função reprodutora. Na direção destes achados, pesquisa conduzida por Barros,

Natividade e Hutz (2010), também com amostra de universitários, identificou descrições femininas que perpassam o cuidado com os filhos, ressaltando o papel doméstico e reforçando a identidade de mulher-mãe; posteriormente, esse resultado também foi encontrado em outra amostra de pessoas de baixa escolaridade (N=224), demonstrando haver certa estabilidade nestes conteúdos estereotípicos vinculados à mulher (Natividade et al., 2014).

Outra ramificação que apareceu fortemente associada ao conteúdo maternal foi a ilha que tem como termo organizador a palavra – **forte**. Nesta, observou-se conteúdos estereotípicos referentes ao campo de conflitos e interesses entre classes, especialmente por decorrência da condição de gênero, visualizados pelas seguintes evocações: “feminismo”, “gênero”, “emponderada”, “igualdade”, “direitos”. Sobre estas evocações, ficam evidentes conteúdos que retomam os ideais dos movimentos políticos e militantes em prol dos direitos femininos, como também as relações entre os dois gêneros enquanto categoria de análise política sobre a resistência à ideologia patricarcal. Ressalta-se ainda, conteúdos que revelam transformações sociais nas desigualdades políticas, econômicas, sexuais entre homens e mulheres, reivindicadas, sobretudo, por ações de movimentos organizados em defesa das minorias sociais, em especial, o movimento feminista; este movimento representou um salto na condição feminina no mundo moderno, provocando grandes transformações e fazendo emergir novos contextos definidores do “ser mulher”, enquanto sujeito de direitos e participante nas esferas públicas e privadas (Silva, 2010). Estão presentes também nesta ilha, palavras que associam a mulher ao conteúdo de vulnerabilidade e de reprodução (“vulnerável” e “gravidez”, respectivamente), o que traz visibilizade às questões vinculadas às dificuldades em atingir esse cenário de plena igualdade de gênero.

Ainda associado ao contexto de resistência e de luta por igualdade de gênero, encontra-se outra ilha do diagrama que tem enquanto termo organizador o léxico – **guerreira**. O conteúdo expresso nesta ramificação revela a vivência de desigualdades enfrentadas pelas

mulheres, sejam estas políticas, econômicas ou sexuais, simbolizadas pelas palavras “preconceito” e “respeito”, as quais podem ser entendidas enquanto resultantes dos desdobramentos e consequências do enfrentamento às leis imperativas de inferioridade impostas ao feminino ao longo da história. Segundo Silva (2010), a esse processo de desvalorização do outro ou da concepção de que esse outro, por algum motivo, é alguém inferior, de menos valia, e, portanto, possui menos direitos, é justificado pela cristalização de diversos conceitos; no caso das mulheres, a ideia de que o direito deveria estar a serviço dos homens, denominado os mais fortes e mais aptos para exercer cargos de dominância, serviu para construir falsas ideias e moldar muitos preconceitos contra o sexo feminino presentes até os dias atuais. Mais recentemente, diversos estudos têm reportado que essa ideia de inferioridade do gênero feminino tem dado espaço também, para outra forma de discriminar numa perspectiva mais sutil, baseado numa suposta necessidade de “proteção” às mulheres por serem mais frágeis. Esse aspecto é evidente na evocação “delicada”, a qual revela conteúdos que expressam uma “natureza” feminina de docilidade, características comumente associadas às mulheres (Schmitt et al., 2008).

O termo – **vaidade** – também se apresenta como elemento intimamente associado à imagem da mulher, sendo também um componente organizador de uma ilha do diagrama, conectando-se aos termos “moda” e “filho”. A vaidade do ponto de vista social, engloba aspectos relacionados à preocupação com a imagem a ser transmitida ao outro (aparência), como também, incorpora a preocupação com a realização e o alcance de objetivos e conquistas na vida das mulheres (Durvasula, Lysonski & Watson, 2001; Strehlau, Claro & Laban Neto, 2015). Ligado a essas questões, os léxicos “beleza” e “bonita”, que também apareceram na ilha central vinculados ao papel materno, trazem à tona conteúdos que revelam as raízes históricas do papel social da mulher vinculado às expectativas de padrões de beleza aceitos socialmente (Souza, Oliveira, nascimento & Carvalho, 2013). Para Iannelli e Novaes

(2016) “ser bela” é indicativo de estar em consonância com o perfil estético vigente na sociedade, vindo a ser fonte de inclusão ou exclusão, à medida que aponta para uma desvalorização ou desconforto com relação a autoimagem, despertando sensações de inadequação, gerando, portanto, uma sobrecarga para as mulheres.

Vale ressaltar que os desdobramentos do binômio “**vaidade-beleza**” é um componente-chave do estereótipo de papel feminino na atualidade. Segundo Corbett, Campana e Tavares (2013), estes termos revelam conteúdos tidos como indissociáveis da expressão de feminilidade. Nas sociedades contemporâneas, e em especial a brasileira, alguns autores tem apontado a beleza enquanto um capital erótico baseado na interação social e na atratividade sexual, objetivada, principalmente, no corpo e na sexualidade da mulher, tornando-se assim, expressões qualificantes da feminilidade (Hakim, 2010; Strehlau, Claro & Laban Neto, 2015).

Seguindo ainda o contexto de expressividade afetiva, localiza-se outra ilha do diagrama com o termo “**amável**”, a qual liga-se às palavras “determinada” e “responsável”. As aproximações desses termos refletem conteúdos estereotípicos relacionados as habilidades social e emocional, fatores estes reforçados por produções discursivas que afirmam ser as mulheres dotadas de atributos mais afetivos e mais propensas à interações interpessoais, sobretudo, quando designado para o cuidado do outro da esfera doméstica (Araújo, 2005; Natividade et al., 2014).

O espaço doméstico, considerado indissociável do conteúdo de maternagem, foi também representado por meio do termo – **casamento**, o qual se associa aos elementos “sexo” e “sensualidade”. A evocação desse termo identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do espaço privado. A inclusão da mulher no âmbito do lar e na figura de “mulher-esposa” evidencia alguns traços ainda presentes na estrutura social e cultural brasileira, como a dimensão formal da instituição “família” e a definição feminina a partir de sua relação com

o homem, assumindo a figura de esposa. Sobre esse aspecto, cabe destacar que, apesar de se considerar os processos de constante transformação nos modos de vida pessoal, social e familiar nos últimos anos, o casamento reflete um componente de socialização que tem papéis bem definidos destinados à mulher, sendo destinada a esta o lugar legítimo e normativo para a sua atividade sexual e para a procriação (Scavone, 2001).

Outra ramificação da árvore pode ser observada por meio do termo – **trabalhadora**. Nesta, é possível encontrar conteúdos que revelam mudanças na dinâmica social, especialmente em relação a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição das barreiras sociais, sendo representada pelo léxico “batalhadora”; destaca-se ainda a ligação com a palavra “maturidade”, a qual reforça o conteúdo de que as mulheres seriam hábeis e competentes para exercer funções instrumentais, antes vinculadas com ênfase aos homens.

No que se refere à vinculação da mulher também a uma orientação para a instrumentalidade, ainda que de maneira mais periférica nas evocações, é possível afirmar que este resultado difere de outros estudos sobre estereótipos de gênero (Fiske et al., 2002; 2007; Natividade et al., 2014), uma vez que de acordo com o quadro das grandes dimensões de diferenciações de traços estereotípicos dos sexos, as mulheres sempre foram mais associadas às orientações ligadas à expressividade e às funções normativas ancoradas na adequação de modelo de “feminilidade”.

Em termos gerais, observou-se uma similaridade dos traços estereotípicos encontrados no presente estudo com os estereótipos de gênero já estudados na literatura. Diversos estudos, internacionais e nacionais, têm apontado a orientação à sociabilidade e afetividade enquanto indicadores de conteúdo estereotípico feminino (Amâncio, 2010; Natividade et al, 2014; Prentice & Carranza, 2014). No que concerne a acentuação do papel social materno e doméstico observado neste estudo, refletem a internalização dos padrões e normas culturais relacionados à feminilidade, sendo justificado socialmente por crenças que mantêm uma

orientação ideológica tradicional dos papéis de gênero e uma visão essencialista referente à esfera da “natureza” feminina.

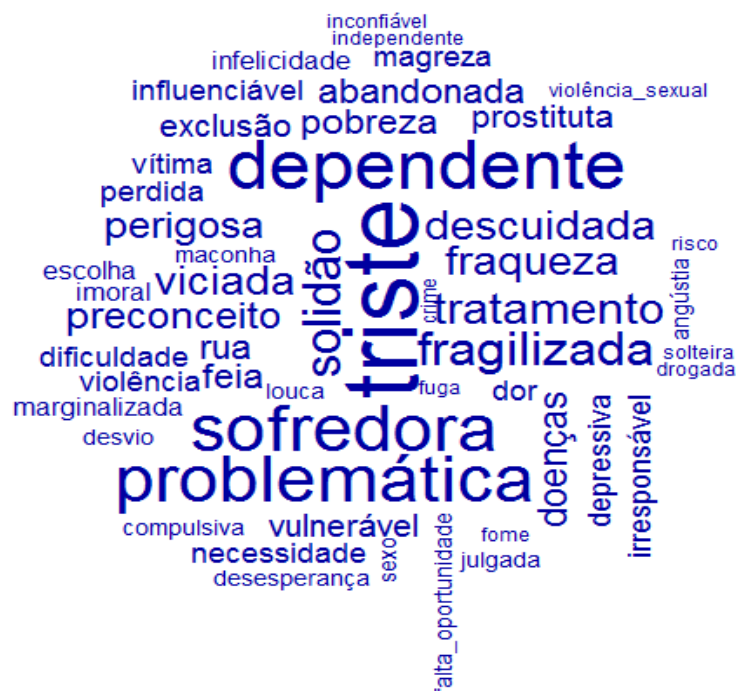
Seguindo a classificação do modelo do conteúdo dos estereótipos (Fiske et al., 2002, 2007), o qual propõe uma estrutura que descreve e tenta prever como os grupos são ordenados em uma dada sociedade tendo por base as duas dimensões: sociabilidade e competência, na tentativa de conferir significado a categoria “mulher”, as evocações atribuídas a este grupo alvo revelaram uma avaliação aparentemente positiva e que recai sobre um critério baseado na sociabilidade do grupo. Para a orientação de competência, observou-se traços estereotípicos também positivos, porém em menor quantidade, como o exemplo das evocações “trabalhadora” e “independente”, podendo estar associados à estratégia de mobilidade desse grupo de ultrapassar uma imagem social cristalizada em torno dos seus membros.

#### ***4.1.1.2 Os conteúdos estereotípicos sobre a Mulher Usuária de Drogas***

A partir do estímulo indutor “Mulher Usuária de Drogas”, obteve-se 159 evocações consideradas distintas, sendo que se considerou aquelas que tiveram uma frequência igual ou maior que três, o que resultou em 52 palavras analisadas.

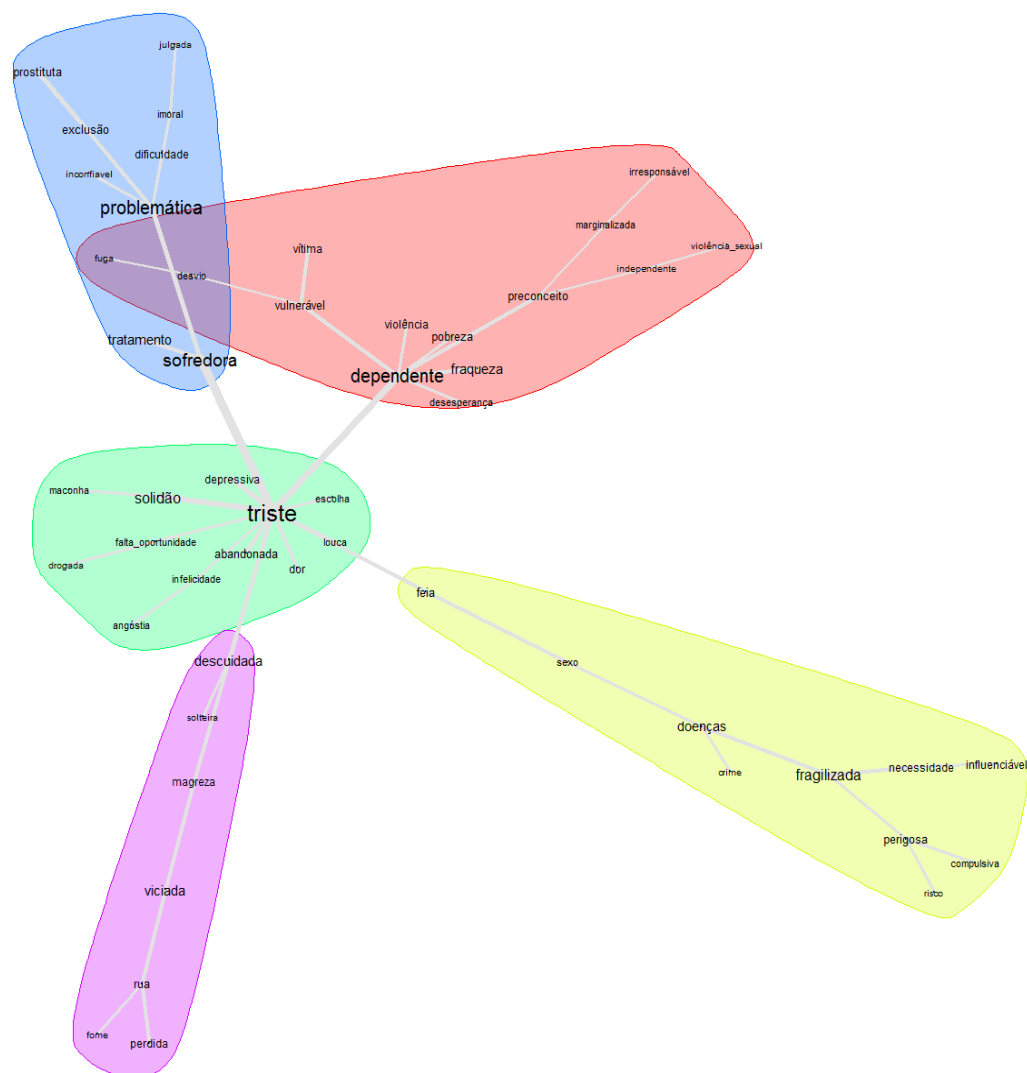
A primeira visualização dos temas mais frequentemente evocados pelos universitários pode ser observada na nuvem de palavras, que segue apresentada na Figura 5.





**Figura 5.** Nuvem de Palavras referente às evocações dos universitários sobre o estímulo indutor “Mulher Usuária de Drogas”

Esta análise possibilitou o conhecimento prévio na forma como os termos estão organizados em função de sua maior frequência. Dando continuidade às análises, o *software* permitiu o agrupamento das palavras em categorias de acordo com a proximidade semântica e da conexão e coocorrência com que foram evocados os termos, resultando num diagrama de similitude exposto a seguir (Figura 6).



**Figura 6.** Árvore de Similitude referente às evocações dos universitários sobre o estímulo “Mulher Usuária de Drogas”

A Figura 6 mostra o diagrama de similitude referente às evocações do estímulo indutor “Mulher Usuária de Drogas”. A partir da visualização da representação gráfica, é possível identificar cinco ilhas organizadas ao redor da ilha central, demonstrando haver um conteúdo mais forte e agregador ao centro e a existência de conexões entre as demais ilhas nas extremidades.

Observa-se que emergiu da árvore de coocorrências os primeiros pares de associação com maior conexidade, os quais foram entre os termos **triste – sofredora**, **triste – problemática**, **triste – dependente**, **triste – fragilizada** e **triste - descuidada**. O léxico – **triste** – aparece com maior centralidade e ainda apresenta relações importantes com elementos que o complementam e lhe dão sustentação, imbricando na formação de várias teias de desdobramentos interconectados com a questão da dependência química e do vivenciar o sofrimento em decorrência do consumo abusivo de drogas. Considerada a palavra mais frequente nas evocações e também o léxico mais agregador e organizador da árvore de coocorrências, o termo **triste** liga-se as palavras “solidão”, “depressiva”, “dor”, “infelicidade” e “abandonada”, indicando traços estereotípicos sobre a mulher usuária de drogas com conteúdos mais subjetivos e afetivos, associados ao sentimento de desamparo e isolamento. Indo ao encontro destes dados, Silva, Pereira e Penna (2018), ao realizarem um estudo comparativo com profissionais de saúde (N = 17) sobre os atributos distintivos para usuários e usuárias, concluíram que as mulheres foram caracterizadas como mais sensíveis, carentes, inseguras e dependentes afetivamente dos homens, colocando-as numa posição de vítima de sua própria condição feminina.

Ainda neste contexto subjetivo, encontra-se a conexão como o elemento – **sofredora** – que aparece como um dos eixos do desta ilha e apresenta uma perspectiva negativa e se relaciona com experiências aversivas ligadas a situações que causam dor e sofrimento; neste caso, destaca-se o consumo de drogas como a causa desse padecimento. Ainda nesta ilha do diagrama, emergiu o elemento – **problemática**, o qual agrupa um conjunto de palavras que caracterizam a mulher usuária de drogas enquanto agente causador de transtornos, e por isso, encarada como um problema para a sociedade. Ao serem associadas às evocações “inconfiável”, “imoral”, “prostituta” e “exclusão”, as usuárias de drogas são responsabilizadas pela sua condição, devido a uma falha moral ou fraqueza de caráter, ao mesmo tempo em que

são visualizadas enquanto causadoras de desestabilização social. Ainda neste eixo, há a presença do termo “desvio”, onde é possível identificar conteúdos que remetem a quebra de padrões normativos esperados para a mulher. A partir disso, percebe-se que a concepção das usuárias está associada ao potencial para interferir na estabilidade, e dessa forma, na funcionalidade da sociedade, assim como propõe o estudo realizado por Medeiros et al. (2017). Essa concepção compreende que a dependência de drogas é uma ameaça concreta aos “valores sociais”, e por isso, visto como um “desvio”, ou seja, agente que produz contínua desagregação à ordem social, com significativas repercussões, especialmente, a nível familiar.

A segunda ilha apresenta elementos que trazem à tona importantes aspectos da dependência química feminina, sendo representada pelo termo – **dependente**. Imersa na perspectiva social da questão das drogas, uma vez que se conecta aos termos “pobreza”, “violência”, “vulnerável”, “fraqueza” e “marginalizada”, este elemento revela um conjunto de opiniões coletivas que convergem com a associação das drogas à vulnerabilidade social. E ainda inserido nesta ramificação da árvore de similitude, destaca-se o termo “preconceito” enquanto um poderoso elemento que pode auxiliar no entendimento dos conteúdos esteotípicos associados à mulher usuária de drogas; sua similitude com os termos que o ligam a outra ilha do diagrama, como os léxicos organizadores “problemática” e “sofredora”, apresenta características rotuladoras e com enfoque negativo de um grupo de mulheres tidas como moralmente divergentes e que não apresentam conformidade com as normas sociais na sociedade atual. Alguns autores reportam que o uso abusivo de drogas está intimamente ligado a ideia de isolamento e falta de apoio, evidenciando uma questão de marginalidade e exclusão social (Aciole Neto & Santos, 2016; Maciel & Medeiros, 2017).

Ainda neste contexto de exclusão, situa-se uma importante conexão encontrada a partir da coocorrência entre os termos **triste** – **fragilizada**. Nesta ramificação denota-se uma situação desfavorável das usuárias que faz alusão a situação de marginalização sofrida por

estas. Nesta ilha encontram-se os termos “feia”, “sexo”, “doenças”, “crime”, “perigosa”, “risco” e “compulsiva”, e é possível identificar práticas ou comportamentos que se associam tanto ao contexto patológico quanto de ilegalidade; cabe mencionar ainda que a associação das usuárias ao conteúdo de criminalidade e, conseqüentemente, de periculosidade, traz à tona questões importantes sobre a forma como a sociedade encara a problemática das drogas no Brasil. Essa forma coletiva de pensar e representar as mulheres que consomem drogas no crivo da periculosidade, cria espaço propício para a desvalorização social desse grupo, e assim, cristalizar os conteúdos constitutivos do preconceito, assemelhando-se aos resultados do estudo desenvolvido por Medeiros et al. (2015) e Medeiros et al. (2017) sobre os conteúdos representacionais acerca da imagem das usuárias de drogas.

A última ramificação visualizada é a partir do termo – **descuidada** – na qual as palavras evocadas carregam conteúdos que expressam a saliência de uma realidade retratada, especialmente pela mídia, sobre as mulheres que consomem drogas, vinculando-as a contextos de autonegligência e ausência de cuidados pessoais básicos. A presença dos termos “solteira”, “magreza”, “viciada”, “fome” e “perdida”, demarcam traços estereotípicos que reportam uma imagem de mulher destoante com as propostas estéticas e as expectativas dos papéis de gênero propagadas enquanto socialmente desejáveis. É importante destacar que tais conteúdos reforçam a noção de culpabilização das usuárias pela sua condição, cristalizando a ideia de incurabilidade da dependência química, ao mesmo tempo em que perpetua a desresponsabilização do aparato estatal nas intervenções junto a problemática das drogas. Sobre o processo de culpabilização das usuárias por parte da população, e em especial por parte dos profissionais de saúde, como tem revelado vários estudos (Martins et al., 2010; Silva, Pereira & Penna, 2018), podem criar barreiras na qualidade do cuidado em saúde dificultando o acesso, prejudicando o tratamento e restringindo as chances de inserção social desta população.

A partir do consenso acerca dos conteúdos estereotípicos sobre a mulher usuária de drogas, revelou-se uma acentuação nos significados associados a mulher imersa no contexto específico das drogas, traduzidos por meio de orientações de traços negativos sobre a expressividade, além da rejeição de uma identidade feminina. Esse achado aponta para a ausência de sociabilidade do grupo e também para uma baixa competência, segundo o modelo proposto por Fiske et al (2002, 2007), justificando o posicionamento de culpabilização e distanciamento frente ao grupo de mulheres usuárias de drogas.

Observou-se, de modo geral, que os participantes do presente estudo, não atribuem significados sociais distintivos as mulheres e as mulheres usuárias drogas meramente perceptivo, mas exprime uma hierarquização, tanto a nível dos sexos, quanto a nível de grupo visualizado a partir de orientações comportamentais socialmente indesejáveis, como o grupo de usuários de drogas. É nesse quadro que se compreende a construção da distintividade entre os grupos enquanto “normais” *versus* “desviantes”, somado ao fato das mulheres possuírem uma identidade de grupo socialmente estigmatizado, e por isso, considerado a partir do viés de dominação dentro do quadro do universo simbólico de poder entre os grupos sociais. O peso dos significados associados a mulher usuária de drogas, neste estudo, encontra, portanto, suporte na realidade brasileira, a qual faz alusão indiscriminadamente a questão das drogas enquanto fenômeno desolador e desumano, recaindo em explicações de cunho moral e patológico, interditando assim, a possibilidade de entender a real posição deste fenômeno diante da totalidade social a qual ele emerge.

A discussão articulada dos resultados dos dois estímulos indutores, mulher e mulher usuária de drogas, permite mostrar que a construção social dos modos de “ser mulher” e “ser usuária de drogas”, é atravessada pela perspectiva de gênero e assenta numa relação de desigualdade, seja ela pela dominação em que coloca homens e mulheres em posições diferentes, ou seja pelo fato de que para ambos os sexos não há relação de aproximação ou

admiração frente ao grupo socialmente indesejável (Amâncio, 2010; Oliveira & Amâncio, 2017). A tentativa de descaracterização por meio de distintividade negativa atribuída às mulheres usuárias de drogas, é visualizada enquanto uma estratégia consensual pelos participantes do presente estudo, especialmente por se tratar de 67% universitárias, de se construir uma imagem positiva de si e um distanciamento por “qualquer uma” que carregue esses predicados.

### **Considerações parciais**

Este estudo teve como princípio fundamental debruçar-se sobre a complexidade da temática do consumo de drogas por mulheres, buscando conhecer quais os conteúdos estereotípicos atribuídos a este grupo social, elencando assim, futuras hipóteses e desdobramentos que serão melhor explorados no decorrer deste trabalho de tese.

Por meio dos achados ora apresentados, pode-se concluir que as imagens eleitas para representar as categorias *Mulher* e *Mulher Usuária de Drogas*, foram, e ainda são escolhidas de acordo com necessidades políticas e ideológicas, que ganham legitimação através da repetição desses discursos estereotipados relacionado ao sexo feminino, sendo considerado o primeiro passo para a construção das bases do preconceito e da exclusão social.

A luz das relações socioestruturantes e considerando o estereótipo como lugar privilegiado de observação, no seu papel de produtor de sentidos que circulam no imaginário de uma sociedade, os estereótipos de gênero segundo Fiske e Stevens (1993), em comparação com outros tipos de estereótipos, se fundamenta em um caráter prescritivo sobre os modos como homens e mulheres devem ser e se comportarem. Nesta linha de pensamento, Prentice e Carranza (2002) defendem que os estereótipos de gênero não são apenas prescritivos, mas também proscritivos; isto é, fazem referência às características adequadas segundo o sexo,

mas também às não adequadas ou proibidas; a como “devem ser” e como “não devem ser” homens e mulheres.

O sentido que os estudantes universitários atribuíram às mulheres usuárias de drogas não está unicamente restrita ao consumo de substância *per si*, seja esta lícita ou ilícita, mas à forma como as relações sociais entre homens-mulheres e normal-desviante se colocam na teia de relações sociais entre os grupos, expressando determinados valores como norma e difundindo-as através da cultura. É por meio dessas relações de classificação social que se organizam e definem a distribuição de prestígio, legitimidade e poder entre os grupos sociais.

Neste sentido, é interessante pensar que o estudo sobre a forma como são estereotipadas as minorias, neste caso as mulheres usuárias de drogas, não deve restringir-se ao mero levantamento estático de representações e crenças estereotipadas, sem maior embasamento histórico e teórico; faz necessário, sobretudo, se interrogar sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, e o porquê que elas perduram e são produzidas, e, por fim, como estas vem se articulando com a expressão do preconceito e a consequente exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas.

#### **4.1.2 Pesquisa 2 – A Mulher e Mulher Toxicodependente: um estudo comparativo dos estereótipos de gênero no Brasil e em Portugal**

Considerando as particularidades luso-brasileiras, bem como a escassez de estudos transculturais sobre a temática das drogas, esta pesquisa buscou conhecer os conteúdos estereotípicos compartilhados acerca da mulher e da mulher toxicodependente a partir de contextos culturais diferentes, os quais podem apresentar, respectivamente, aproximações e divergências culturais com a problemática investigada.



## Método

### *Tipo de estudo*

O delineamento metodológico que fundamenta este estudo é de caráter qualitativo. Além disso, consiste numa pesquisa de imersão em campo e de natureza transcultural, o que segundo Carvalho e Borges (2012), facilitam a comparação dos significados compartilhados acerca das normas, crenças, valores e representações que caracterizam uma determinada sociedade em seu conjunto e também sobre objetos específicos de análise. Os autores acrescentam que é inegável que a inserção na cultural se expressa no comportamento humano e na orientação social, tanto que determinados padrões de comportamento são aceitos e praticados entre membros de uma dada cultura, ao passo que em outra sociedade pode haver questionamentos sobre tais práticas.

### *Local e participantes*

A seleção dos participantes deste estudo se deu por meio da amostragem do tipo não probabilística (intencional) (Cozby, 2006), resultando em 200 estudantes universitários selecionados por conveniência. A metade amostral é oriunda de uma universidade pública brasileira localizada na cidade de João Pessoa – PB, e os outros 100 participantes estavam vinculados a duas universidades portuguesas, uma pública e outra privada, na região de Lisboa, Portugal. A faixa etária dos brasileiros compreendeu entre 18 e 33 anos ( $M = 22,21$ ;  $DP = 3,06$ ), provenientes dos centros: Ciências Humanas (42%), Ciências Exatas (41%) e Ciências da Saúde (17%), e a maioria eram mulheres (67%). Quanto aos universitários portugueses, 59% eram do sexo masculino, variando entre 18 a 59 anos de idades ( $M = 22,46$ ;  $DP = 5,55$ ), distribuídos entre as áreas: Ciências Humanas (40%), Ciências da Saúde (32%) e Ciências Exatas (28%). A inclusão dos participantes foi feita por conveniência e não houve controle de gênero; no entanto, as aplicações foram distribuídas entre as grandes áreas de

conhecimentos (Ciências humanas; Ciências Exatas; e Ciências da Saúde), com alunos com idades iguais ou superiores a 18 anos. No Brasil a coleta ocorreu com aqueles que estavam em salas de aula no momento da abordagem, e em Portugal foi disponibilizado um instrumento online para o acesso dos discentes e também por meio da coleta presencial (lápiz e papel).

### *Instrumentos*

Para obtenção dos dados, utilizou-se como instrumentos: (a) Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP); e (b) Questionário sociodemográfico com perguntas referentes ao sexo, idade, curso e localidade dos participantes para fins de caracterização da amostra.

A Técnica de Associação Livre de Palavras tem sua origem nos trabalhos desenvolvidos por Jung em 1905, e posteriormente foi adaptado por Di Giacomo (1981) para a área da psicologia social (Nobrega & Coutinho, 2011). É considerado um instrumento projetivo que favorece os indivíduos a revelarem projeções mentais da memória em relação a um determinado objeto, baseado numa produção verbal espontânea. Além disso, na medida em que se apoia em um repertório conceitual, essa técnica permite a unificação dos universos semânticos e a saliência de um conjunto de palavras comuns, que pode convergir em crenças e/ou traços estereotípicos face ao objeto social em investigação (Rodrigues & Cruz, 2008).

Por meio da configuração dos elementos que constituem a rede associativa dos conteúdos evocados em relação a estímulos indutores, para este estudo a utilização da TALP será ancorada no Modelo do Conteúdo dos Estereótipos proposto por Fiske et al. (2002), que pode ser de grande relevância para o estudo das crenças e dos conteúdos estereotípicos, pois pode favorecer a apreensão de conceitos que poderiam ser mascarados pela desejabilidade social e, por meio das evocações, permite-se ter acesso a ideias ou pensamentos frente ao estímulo indutor, de forma rápida e simples, porém significativa.

Nesta investigação utilizaram-se dois estímulos indutores, em que se perguntou a ambos os participantes: O que lhe vem à mente quando ouve a expressão “Mulher” (*estímulo 1*) e, posteriormente, “Mulher usuária de Drogas” (*estímulo 2*). Para o contexto português, a fim de realizar a equivalência cultural dos termos, foram consultados documentos oficiais sobre a temática, como também, sites e blogs que divulgam matérias jornalísticas sobre consumo de drogas no país, o que resultou na escolha de permanecer o primeiro estímulo (Mulher) e na adaptação do segundo termo para “Mulher toxicodependente”. Além disso, perguntou-se aos entrevistados o sexo, a idade, o curso e a localidade.

#### *Procedimentos de coleta e análise dos dados*

Operacionalmente, os dados foram coletados em dois contextos internacionais. Inicialmente, realizou-se em ambos os países um estudo piloto com 10 participantes, com vistas a avaliar a compreensão dos termos indutores.

No Brasil, a aplicação foi possível de forma presencial e coletiva entre os meses de agosto a dezembro de 2016 nas salas de aula da referida universidade, com aqueles que concordaram participar. Desta forma, foram instruídos a responder o instrumento seguindo a ordem original de apresentação das folhas, estímulo 1 e estímulo 2, respectivamente. Já em Portugal, a recolha de dados ocorreu de forma individual e virtual nos meses de maio a outubro de 2017, possibilitada pelo *Qualtrics Research Suite*<sup>3</sup>, o qual consiste num questionário online de baixo custo, rapidez e que permite o monitoramento dos dados recebidos e do público alvo de interesse.

Para análise dos dados, procedeu-se a junção do material coletado oriundo dos dois países, e com o auxílio do *software* gratuito IRAMUTEQ (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), foi realizada a Análise de Similitude.

---

<sup>3</sup> O Qualtrics é uma ferramenta online e gratuita da Web 2.0 e está disponível em <http://www.qualtrics.com/>

Esta análise permite identificar as coocorrências e conexidades entre as palavras evocadas, indiciando a força com que os elementos se ligam aos outros. Além disso, baseia-se na teoria dos grafos e auxilia a identificação da estrutura da representação social do objeto em análise. Com os dados sociodemográficos, utilizou-se análises de estatística descritiva. O tempo médio de cada aplicação correspondeu a 5 minutos em ambas as recolhas de dados.

### *Considerações éticas*

Respeitaram-se todos os cuidados éticos com pesquisa que envolve seres humanos, segundo a Resolução 466/2012/73 do Conselho Nacional de Saúde, tendo obtido a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/ CCS-UFPB), sob o protocolo de nº 0349/14. Depois de estabelecido o *rapport* e o propósito da pesquisa, solicitou-se aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando-lhes a sua participação voluntária e a confidencialidade e anonimato das respostas, bem como a possibilidade de desistência a qualquer momento.

### **Resultados e Discussão Parcial**

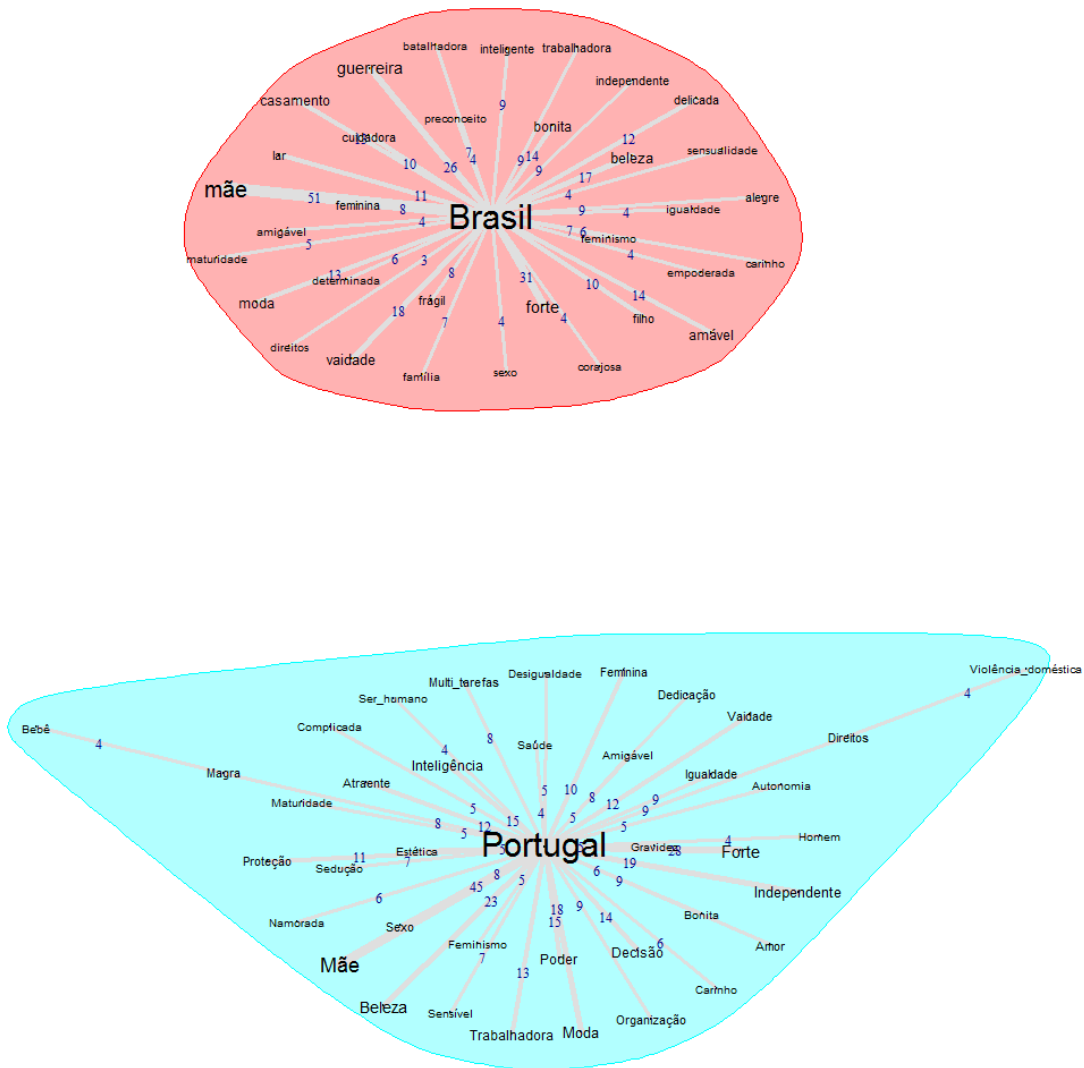
No presente estudo, foram analisadas as evocações referentes aos universitários brasileiros e portugueses. Inicialmente, com o objetivo de caracterizar a amostra, a seguir é apresentada a Tabela 1 com a distribuição dos participantes segundo os dados sociodemográficos.

**Tabela 1.** Distribuição dos universitários brasileiros e portugueses segundo os dados sociodemográficos

Variáveis	Brasil	Portugal	Total
<b>Sexo</b>			
Masculino	33	59	92
Feminino	67	41	108
<b>Idade</b>			
Média (M)	22,21	22,46	
Desvio padrão (DP)	3,06	5,55	
<b>Cursos (grandes áreas)</b>			
Humanas	42	40	82
Exatas	41	28	69
Saúde	17	32	49

Com base nos dados supracitados, observou-se que no contexto brasileiro predominaram as participantes do sexo feminino (67%), enquanto que no cenário português, os homens sobressaíram, assumindo o quantitativo de 59% da amostra. No tocante à idade, foi possível visualizar uma homogeneização dos universitários provenientes das duas localidades. Sobre a procedência dos cursos, a área de humanas obteve maior expressividade entre os luso-brasileiros. Nesse sentido, pode-se concluir que o grupo estudado, considerado na sua totalidade, é composto por universitários jovens, de ambos os sexos e oriundos de cursos de conhecimento em que permite aproximação teórica e prática com a temática das drogas.

Sobre as evocações apreendidas pela TALP acerca dos dois países (Brasil-Portugal) sobre a palavra-estímulo “*Mulher*”, estas serão expressas por meio de um diagrama de similitude, considerando de forma comparativa a frequência das evocações provenientes das duas localidades. Para o contexto brasileiro, sobre o estímulo *Mulher*, foram consideradas 115 palavras distintas, tal como mencionado na Pesquisa 1 deste Estudo. No entanto, a fim de tornarem ainda mais homogêneos os conteúdos expressos, considerou-se para este estudo a frequência mínima de quatro, resultando em 34 palavras analisadas. Já em Portugal, permanecendo a frequência mínima de quatro repetições dos termos, o banco foi composto



**Figura 7.** Árvore de Similitude sobre o estímulo “Mulher” referente aos universitários brasileiros e portugueses

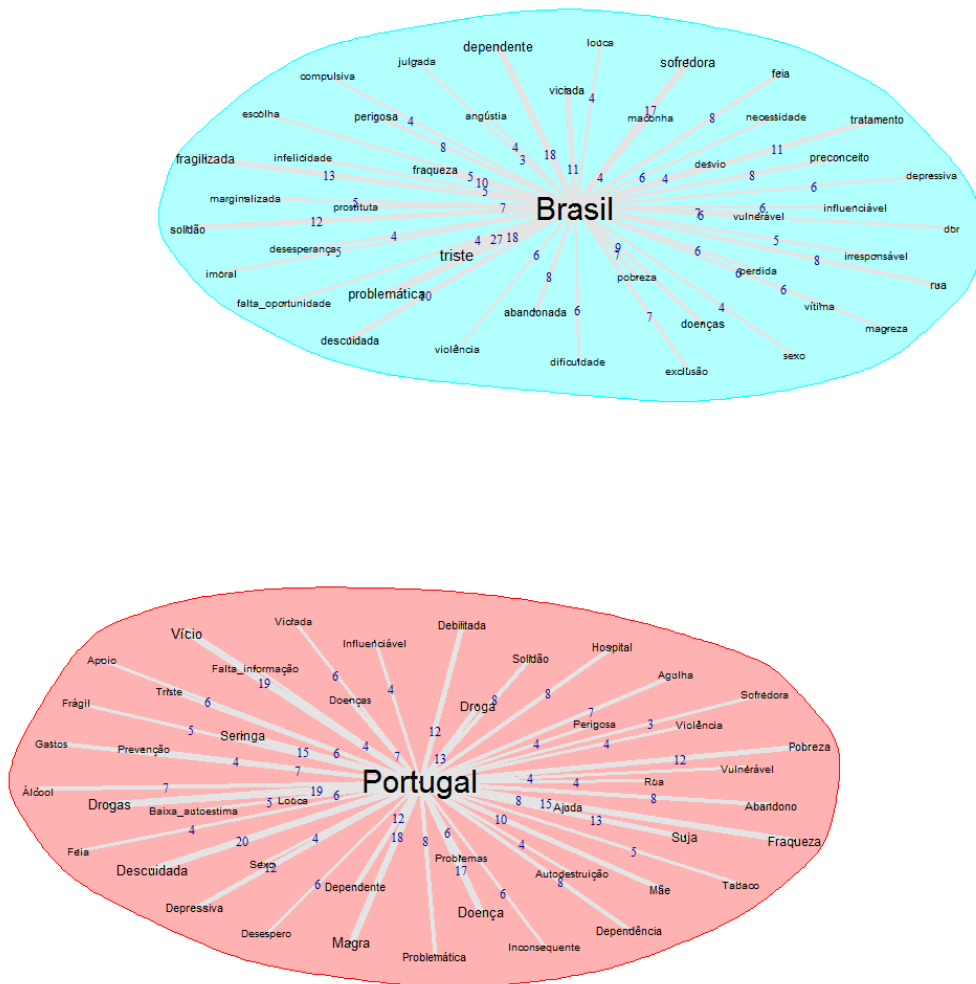
De acordo com o diagrama acima, é possível observar de forma comparativa os termos mais evocados entre os universitários luso-brasileiros. Inicialmente, sobre os dados brasileiros, as palavras mais fortemente evocadas foram: mãe (51); forte (32); guerreira (26); vaidade (18); beleza (17); bonita (14); amável (14); casamento (10); e trabalhadora (9). No que concerne aos resultados referentes aos universitários portugueses, observou-se enquanto

palavras mais frequentemente evocadas os seguintes termos: mãe (45); forte (28); beleza (23); independente (19); moda (18); poder (15); inteligência (15); decisão (14); trabalhadora (13); e vaidade (12).

Referente ao campo semântico mais fortemente associado ao primeiro estímulo, percebeu-se uma conformidade intercultural entre brasileiros e portugueses. Existe uma percentagem significativa de traços que foram consensualmente considerados como estereótipos sobre a mulher, como por exemplo, os temos: *mãe, forte, vaidade, beleza e trabalhadora*. Assim, sobre o conteúdo das palavras evocadas, sugere-se uma imagem do sexo feminino a partir dos traços de expressividade, recaindo, portanto, na dimensão de sociabilidade sobre o grupo feminino (Amâncio, 2010; Fiske et al., 1999; Fiske & Glick, 2002, 2007). Os resultados apontaram a persistência de visões estereotipadas contra as mulheres, tanto através da saliência do contexto materno quanto da expressividade da feminilidade em ambos os países.

No entanto, salienta-se os traços que remeteram à instrumentabilidade mais fortemente entre os universitários portugueses. Exemplos disso são os temos: *independente, inteligência, poder, decisão e trabalhadora*. Cabe acrescentar que estes termos, os quais expressam habilidades instrumentais, são comumente associados aos homens. Esse dado difere de outros resultados encontrados em pesquisas envolvendo o cenário português, no que concerne aos traços destinados aos homens e mulheres na presente nacionalidade. Em estudo conduzido por Amâncio (2010) com estudantes e trabalhadores portugueses, revelou que os universos semânticos associados às mulheres são caracterizados pela submissão e pela expressividade.

Algumas diferenciações são elencadas no que diz respeito às discussões de igualdade de gênero no Brasil e em Portugal, apesar de apresentarem alguns elementos semelhantes entre os dois contextos. Destacam-se ações governamentais no cenário português em que torna obrigatória a execução de políticas públicas ligadas aos direitos humanos e à igualdade





De acordo com a Figura 8 é possível observar crenças e adjetivações que dizem respeito a forma como os universitários caracterizam o objeto social em questão. Com relação aos **brasileiros**, foram relatados um total de 489 termos, e destes, 222 foram classificados como distintos. Para esta análise, selecionou-se as palavras com frequência igual ou superior a quatro, o que resultou um total de 42 termos analisados, destacando as seguintes: Triste (27); Dependente (18); problemática (18); sofredora (17); fragilizada (13); descuidada (10). Já no contexto português, 128 palavras foram consideradas distintas, de um total de 498 evocações. Na ocasião, selecionou-se as palavras com frequência igual ou superior a quatro, resultando em 45 termos. Nesta análise emergiram os seguintes vocábulos: Descuidada (20); Drogas (19); vício (19); magra (18); doença (17); seringa (15); fraqueza (15); e ajuda (13).

Esse resultado revela que, na atribuição de atributos estereotípicos à mulher usuária de drogas, se construiu uma concepção parcialmente consensual, onde emergiu apenas o termo “descuidada” compartilhado de forma mútua para ambos os grupos.

Quanto às evocações específicas dos universitários brasileiros, emergiu um campo semântico relativos à imagem de expressividade emocional negativa, de submissão e composta por traços de passividade. De modo particular, tendo com mente a saliência da categoria de gênero e também pelo envolvimento feminino com comportamentos considerado “transgressor”, percebe-se que os universitários brasileiros associam atributos mais negativos vinculados à “pessoa usuária”, estando esta pessoa associada à agentes causadores de instabilidade social, como propõe os estudos realizados por Medeiros et al. (2017) e Bungay et al. (2010).

Quanto às evocações referentes aos portugueses, estas podem ser visualizadas tendo em mente o cenário atual de enfrentamento à toxicod dependência em Portugal, o qual se insere no paradigma psicossocial de saúde, incorporando além das dimensões orgânicas, as esferas contextuais e ambientais (Ventura & Benetti, 2014). No entanto, observou-se entre os

universitários portugueses, discursos que dão destaque ao poder farmacológico das substâncias, sugerindo a visualização do modelo unifatorial, onde a substância é o principal elemento de explicação da dependência. Observa-se também o termo “*seringa*”, e associa-se a visualização dos consumidores de heroína intravenosa – alvo de grande preocupação e intervenção da sociedade portuguesa na década de 1990. Para este grupo de universitários lusitanos, a estereotipagem da mulher toxicodependente aparece associada ao paradigma da doença, sendo a usuária estereotipada enquanto um “sujeito-doença”. Apesar disso, cabe mencionar a evocação do termo “*ajuda*” enquanto reflexo do avanço das políticas públicas de enfrentamento às toxicodependências, onde a mulher toxicodependente também é visualizada a partir da ótica do cuidado e da proteção à saúde.

Por meio de classificações orientadas pela categoria primitiva “sexo” e também por meio de uma categoria ligada à artefatos humanos, como o uso de drogas, foi possível apreender imagens estereotípicas relacionadas às duas categorias em análise. Estas imagens dizem respeito a forma como cada grupo, brasileiros e portugueses, simplificam o pensamento social acerca da mulher e sua relação com o “mundo do desvio”. Este processo implica num processo de generalização, que não raras vezes, pode incorrer em certo nível de distorção informativa, uma vez que opera através de filtragens, exacerbações e coisificações (Techio, 2011). O estereótipo negativo é, portanto, um grande motivador para o preconceito e discriminação, uma vez que está diretamente associado a um “juízo preconcebido”.

Esse dado, sugere que o paradigma da segurança pública está associado ao contexto produtor de estigmatização e exclusão social das usuárias, uma vez que esse contexto acentua o caráter de “desviância”. Nesse sentido, a experiência de Portugal, ainda que longe de ser a ideal, pois desconsidera em partes os fatores sociais envolvidos a questão das toxicodependências, direcionando à patologização e unicausalidade, pode trazer elementos

interessantes para a construção de um modelo brasileiro menos marginalizante e excludente frente às mulheres dependentes químicas.

### **Considerações Parciais**

Este estudo buscou conhecer e comparar o conteúdo estereotípico sobre a Mulher e a Mulher Toxicodependente no Brasil e em Portugal, a partir de amostras de universitários de diversas áreas localizados nos dois países.

Julga-se que os resultados obtidos contribuíram para aumentar o conhecimento relativo a esta temática e fornecer material para ser utilizado em investigações subsequentes. Em primeiro lugar, permitem a discriminação dos atributos estereotípicos associados à mulher e também com a saliência do consumo de drogas. Em segundo lugar, contemplam uma análise comparativa das questões de gênero e como vem sendo estruturado o pensamento social acerca das drogas no Brasil e em Portugal.

Sobre a análise transcultural, ainda que de caráter complementar ao objetivo geral da presente tese, forneceu importantes reflexões na interpretação da problemática das drogas, pois ficou evidente que o contexto sócio-cultural presente nas sociedades brasileira e portuguesa, exerceram influências no conteúdo dos estereótipos frente às mulheres usuárias de drogas. Os tratamentos dispensados ao usuário ou dependente no Brasil e em Portugal possuem algumas semelhanças, no entanto, juridicamente, no Brasil, o uso de drogas continua sendo um crime, ao passo que Portugal, a pessoa detida consumindo drogas é levada para uma comissão formada por pessoas habilitadas tecnicamente para identificar os problemas dos usuários e submetê-los a tratamento.

Apesar das modificações legais e da introdução de diferentes políticas públicas relacionadas às drogas no país, o Brasil ainda focaliza o uso de drogas com base no paradigma da segurança pública, não priorizando ações mais efetivas de saúde pública que atendam o

usuário e o dependente de drogas com base em uma perspectiva multidimensional e que contempla os diversos grupos de usuários, notadamente, a mulheres usuárias de drogas.

## **ESTUDO 2**

## ***ESTUDO 2***

### **4.2 Parâmetros psicométricos preliminares das medidas explícitas utilizadas**

Como apontado pelo levantamento literário descrito anteriormente, o estudo sistemático dos estereótipos e do preconceito associados ao contexto de exclusão social de mulheres usuárias de drogas, tem sido pouco explorado em estudos nacionais e também no contexto internacional. Em face disso, localiza-se a necessidade de ampliar o conhecimento acerca dos instrumentos psicométricos que permitam mensurar tais contrutos supracitados.

Deste modo, faz necessário dispor de medidas que reúnam evidências de validade e precisão – condições imprescindíveis para a utilização de instrumentos em estudos empíricos (Dancey & Reidy, 2013; Pasquali, 2003). A fim de estabelecer tais medidas padronizadas que forneçam uma mensuração objetiva no contexto feminino de uso de drogas, o objetivo do presente estudo consiste em construir, validar e explicitar os parâmetros psicométricos preliminares das medidas para o contexto universitário, com o propósito de avaliar a estrutura fatorial e a consistência interna de seus itens.

Para atingir a finalidade mencionada, este estudo objetivou, especificamente, a elaboração e validação da Escala de Estereótipos Femininos frente à Mulher Usuárias de Drogas (EEFMUD), considerando que na literatura nacional e internacional, não haviam instrumentos que permitissem a mensuração dos estereótipos para o contexto foco do presente trabalho. Ademais, buscou-se adaptar e validar para o contexto feminino de uso de drogas os seguintes instrumentos já utilizados em contexto nacional: Escala de Percepção de Ameaça frente aos Usuários de Drogas (EPAUD); a Escala de Moralização sobre o Uso de Drogas (EMUD); a Escala de Exclusão Social para contexto da Saúde Mental (EESSM); e adaptar para o contexto brasileiro de interesse, a Escala de Intenção de Contato Social (EICS).

#### 4.2.1 Método

##### *Tipo de estudo*

Trata-se de um estudo de cunho quantitativo e de natureza correlacional. A ênfase consistiu na testagem psicométrica das medidas utilizadas em questão, visando reunir evidências preliminares acerca da validade e fidedignidade para o contexto universitário.

##### *Participantes e local*

Foram selecionados de forma não-probabilística e por conveniência, 208 estudantes universitários provenientes de instituições públicas e privadas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande no Estado da Paraíba. As idades variaram de 18 a 45 anos ( $M= 23,32$ ;  $DP= 4,76$ ), a maioria mulheres (68%) e provenientes das áreas de Humanas (39%), de Saúde (20%) e de Exatas (41%). Do total da amostra, 15% afirmou ser usuário/usuária de drogas e entre as drogas relatadas foram: álcool (11%) e maconha (2%). Outro dado relevante foi quanto a convivência com usuários e/ou usuárias de drogas, o que revelou que 28% dos participantes afirmou conviver com usuário/usuária de drogas, destes, 50% relataram ser os amigos, seguido pelo pai/padrastro (30%) e por último os irmãos (10%).

##### *Instrumentos*

Os participantes responderam um questionário com perguntas sociodemográficas (sexo, idade e curso) e foi perguntado se consideravam usuário/usuária de drogas, e em caso afirmativo, qual substância de maior consumo; também foram perguntados se conviviam com usuário/usuária de drogas e, conseqüentemente, qual o grau de aproximação. Além disso, foram utilizadas as seguintes medidas:

a) *Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD)* – Este instrumento foi desenvolvido pelas autoras do presente estudo, e avalia os

estereótipos frente à mulher no contexto de uso de drogas, composta por 14 itens por meio da técnica de diferencial semântico.

b) *Escala de Percepção de Ameaça frente aos Usuários de Drogas (EPAUD)* - Esta escala foi elaborada por Maciel et al. (2016, *no prelo*) e avalia a percepção de ameaça frente aos usuários de drogas por meio do fator de periculosidade. Composto por 12 itens, o instrumento possui escala de resposta do tipo likert variando de (1) “Discordo totalmente” a (5) “Concordo totalmente”.

c) *Escala de Moralização ao Uso de Drogas (EMUD)* – A presente escala é derivada da Escala Marcus, desenvolvida para avaliar crenças e estereótipos sobre usuários de álcool (Babor et al., 1986). Foi adaptada para o contexto brasileiro por Ronzani, Furtado e Higgins (Biddle, 2009) e apresenta pontuação de 5 a 35, contendo variação de respostas do tipo Likert, que vai de (1) “Discordo totalmente” a (5) “Concordo Totalmente”.

d) *Escala de Intenção de Contato Social (EICS)* – Este instrumento foi elaborado por Martínez e Vera (1994) no contexto espanhol para avaliar a intenção em manter contato social superficial ou relações íntimas com imigrantes. Possui escala de resposta do tipo Likert que variam de (1) “Discordo totalmente” a (5) “Concordo Totalmente”.

e) *Escala de Exclusão Social frente à Doença Mental* – Essa escala foi desenvolvida por Maciel et al., (2016, *no prelo*) para avaliar a exclusão social no contexto de tratamento da doença mental. A escala de resposta é do tipo likert, variando de (1) “Discordo totalmente” a (5) “Concordo Totalmente”.

#### *Procedimento de elaboração do instrumento*

A escala construída para o presente estudo (*Escala de Estereótipos Femininos para o contexto de Uso de Drogas*), teve seus itens elaborados a partir do primeiro estudo (Estudo 1) envolvendo a evocação livre de conteúdo estereotípicos acerca das mulheres usuárias de



drogas. Além disso, buscou-se dados na literatura que tratam sobre a temática dos estereótipos de gênero e do uso de drogas na sociedade brasileira.

Inicialmente, foi criada uma lista de adjetivos os quais caracterizam mais fortemente o construto a ser avaliado (com base na maior frequência e coocorrência nas evocações livres do Estudo 1). A escala foi composta por 14 itens que traduziam adjetivos opostos do tipo diferencial semântico, onde é colocado um adjetivo positivo de um lado e o outro polar oposto um negativo, por meio dos quais os sujeitos avaliam o conceito colocando uma marca na posição que mais se aproxima de sua percepção em relação às mulheres usuárias de drogas. A etapa seguinte consistiu numa análise teórica da escala por três profissionais pós-graduandos na área da saúde mental e da dependência química, os quais se propuseram a avaliar a coerência entre a definição do traço latente (dimensão) e os comportamentos (itens) que os representariam empiricamente. Nesse processo foram feitas algumas modificações e, em seguida, a escala foi apresentada a uma amostra de conveniência composta por dez graduandos do primeiro período de psicologia, que de modo individual opinaram sobre o entendimento e a clareza dos itens. Nessa fase, foram feitas modificações de algumas palavras por seus sinônimos, visando uma melhor compreensão e um melhor entendimento do instrumento.

#### *Considerações éticas e procedimento de coleta de dados*

O presente estudo está ancorado nas determinações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que orienta as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS, obtendo a aprovação sob o Protocolo nº. 0232/14. O certificado encontra-se em anexo.

A fase da coleta de dados ocorreu nos próprios ambientes institucionais, sendo administrados de forma coletiva e nas salas de aula, mediante o acordo com as datas e horários definidos pelos professores contatados de antemão. Para a administração dos questionários, foram treinados previamente alunos de iniciação científica para tal procedimento. De início, eram fornecidas informações sobre o propósito da pesquisa, a inexistência de respostas erradas ou corretas, assim como o direito assegurado de desistir a qualquer momento de sua participação na pesquisa e a garantia de sigilo e anonimato das informações fornecidas. Mediante tais esclarecimentos, solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O tempo médio para conclusão da participação no estudo foi de 20 minutos.

#### *Análise dos dados*

Para a análise dos instrumentos, utilizou-se o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS-PASW) para Windows na sua versão 21. Inicialmente, foram realizadas análises descritivas com o intuito de caracterizar o perfil da amostra estudada. Com o intuito de conhecer a adequação de utilizar análises fatoriais, levou-se em consideração os critérios de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o Teste de Esfericidade de Bartlett (Pasquali, 2010). Em seguida, foram realizadas análises fatoriais exploratórias por meio do método dos eixos principais, sendo esta técnica considerada mais criteriosa e a rotação do tipo oblíqua (*direct oblimin*) a qual permite que seja verificada a correlação entre os fatores (Field, 2009). Utilizou-se ainda o coeficiente Alfa de Cronbach na verificação da consistência interna.

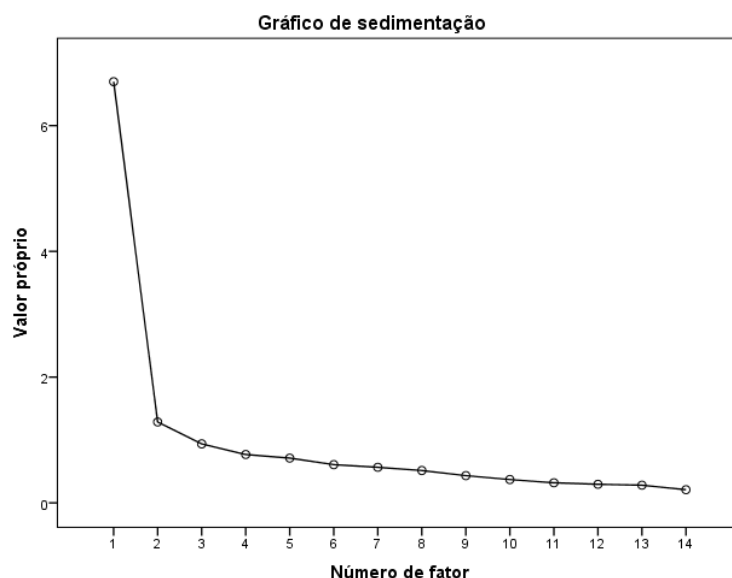
#### **4.2.2 Resultados**

Os resultados das medidas seguirão expostos separadamente, tendo como ordem a seguinte apresentação: a) *Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de*

*Drogas (EEFMUD); b) Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD); c) Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD); d) Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD); e e) Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD).*

*a) Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD)*

Inicialmente, optou-se por conhecer a adequação em realizar uma análise fatorial, tendo sido observados os seguintes índices adequados: KMO = 0,91 e o Teste de Esfericidade de Bartlett,  $\chi^2_{(91)} = 1465,39$ ;  $p < 0,001$ . Deste modo, a fim de conhecer o número de fatores da presente medida, seguiu-se a análise sem fixar de antemão o número de componentes a extrair, bem como o tipo de rotação. Os resultados apontaram a presença de dois fatores com valores superiores a 1 (*Critério de Kaiser*), explicando 50% da variância, com os seguintes valores: 6,699 e 1,286. No entanto, outro indicador de dimensionalidade, o *Critério de Cattell* (distribuição gráfica dos valores próprios, desprezando aqueles a partir da configuração do “cotovelo”) sugeriu a existência de apenas um fator na estrutura da escala, sendo possível constatar na Figura 9.



**Figura 9.** Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas

Com base nos indicadores relatados acima, entre o *Critério de Kaiser* e o *Critério de Cattell*, é possível observar uma aparente contradição quanto a natureza dimensional do presente instrumento. Visando estabelecer a decisão mais confiável e parcimoniosa acerca da extração dos fatores, foi realizada a Análise de Horn (preponderância dos valores próprios observados em relação aos simulados; comumente conhecida por Análise Paralela). Esta análise assumiu os mesmos parâmetros do banco de dados original, isto é, os 208 participantes e quatorze variáveis (Ver Tabela 2).

**Tabela 2.** Distribuição dos fatores de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela sobre a Escala de Estereótipos Femininos frente à Mulher Usuária de Drogas

<i>Critério de Kaiser</i>	<i>Análise Paralela</i>
<b>6,699</b>	1,458
1,286	1,352

Como é possível constatar na Tabela 2, o critério de Kaiser apresentou valor superior ao valor simulado, o qual nos sugere que há apenas um componente na estrutura fatorial da presente escala. Realizou-se novamente uma análise exploratória com o método dos eixos principais, fixando-se desta vez um fator a extrair. Utilizou-se o ponto de saturação 0,40 para que o item pudesse compor o fator. Estes valores estão explicitados na Tabela 3.

**Tabela 3.** Estrutura Fatorial da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (N= 208)

Itens	Fator único	$h^2$
1. Bonita/Feia	0,60	0,36
2. Forte/ Frágil	0,48	0,23
3. Afetuosa/ Fria	0,73	0,53
4. Alegre/Triste	0,51	0,26
5. Confiável/ Não confiável	0,79	0,63
6. Impulsiva/ Não impulsiva	0,60	0,37
7. Competente/ Incompetente	0,76	0,58
8. Responsável/ Irresponsável	0,79	0,63
9. Dócil/ Agressiva	0,79	0,62
10. Feminina/Não Feminina	0,55	0,31
11. Recatada/ Promíscua	0,63	0,40
12. Maternal/ Não maternal	0,67	0,45
13. Independente/ Submissa	0,52	0,27
14. Familiar/ Não familiar	0,69	0,48
<b>Número de itens</b>		<b>14</b>
<b>Valor próprio</b>		<b>6,181</b>
<b>Variância explicada (%)</b>		<b>44</b>
<b>Alfa de Cronbach (<math>\alpha</math>)</b>		<b>0,91</b>

De acordo com a Tabela 3, o fator único visualizado explica 44% da variância total e foi interpretado de acordo com as cargas fatoriais dos itens, os quais apresentaram valores superiores a 0,40. Por meio do coeficiente de consistência interna (Alfa de Cronbach) pode-se afirmar que o valor obtido é considerado aceitável, assumindo valor superior ao preconizado pela literatura (0,70).

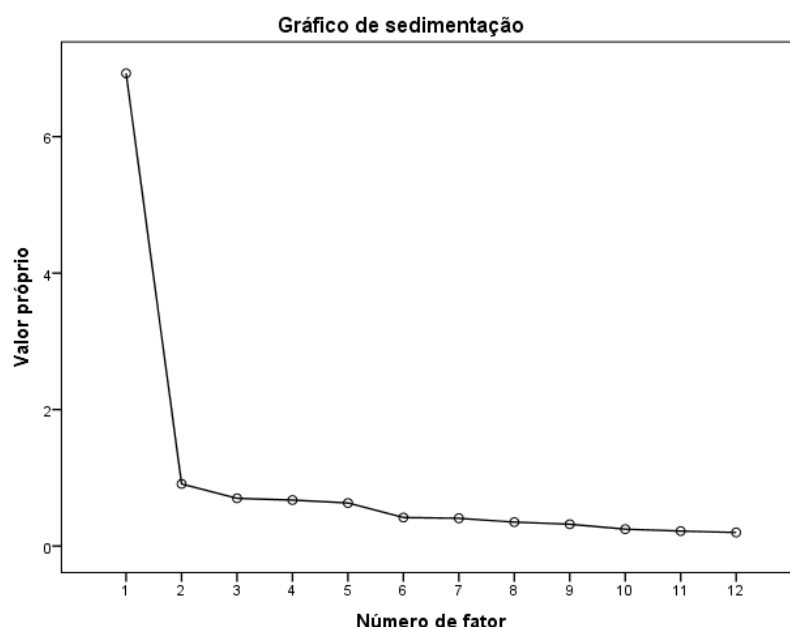
Esta análise exploratória mostrou-se satisfatória e reúne argumentos estatísticos que embasam a escolha em manter a unidimensionalidade da natureza do presente instrumento, agrupando todos os quatorze itens num componente geral (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 12, 13, e 14). O fator geral da escala avalia os estereótipos relacionados à mulher no contexto de uso de drogas, onde maiores pontuações na escala indicam a atribuição de estereótipos considerados negativos.

Com o objetivo de melhorar a interpretabilidade da medida, parece justificável a replicabilidade da estrutura fatorial aqui proposta, a fim de testar em uma outra amostra similar a adequação unifatorial ora apresentada. Esta validação será descrita no estudo subsequente (Estudo 3).

#### *b) Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD)*

Em relação à primeira fase de análise, verificou-se a adequação da amostra à análise fatorial pelos testes indicativos de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o de Esfericidade de Barlett. O primeiro trabalha com as correlações parciais das variáveis, devendo ter índices iguais ou superiores a 0,6, demonstrando a viabilidade dos dados ao procedimento da análise fatorial. O segundo comprova a hipótese de que a matriz de covariâncias é de identidade. Na amostra do presente estudo, o KMO obteve o valor de 0,92 e o Teste de Esfericidade de Bartlett,  $\chi^2_{(66)} = 1590,752$ ;  $p < 0,001$ , mostrando-se adequados a utilização de análises fatoriais.

Seguiu-se com a análise fatorial com o método dos eixos principais, sem estabelecer, *a priori*, o número de extração de componentes ou o tipo de rotação. Foi identificado um componente com valor próprio igual ou superior a 1 (*Critério de Kaiser*), assumindo o valor de 6,928 e explicando 53% da variância total. A estrutura unifatorial também foi sugerida pela distribuição gráfica dos valores próprios (*scree plot*) observada na Figura 10:



**Figura 10.** Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Percepção de ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas

A partir da distribuição gráfica, se visualiza claramente a solução unifatorial da referida medida. Em seguida, utilizou-se como ponto de saturação para o item fazer parte do fator o valor de 0,40. A estrutura encontra-se resumida na Tabela 4 a seguir:

**Tabela 4.** Estrutura fatorial da Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas

Itens	Cargas Fatoriais	$h^2$
1. As mulheres usuárias de drogas oferecem perigo à sociedade.	0,71	0,60
2. Prefiro manter distância de uma mulher usuária de drogas.	0,71	0,59
3. A mulher usuária de drogas é uma marginal.	0,75	0,60
4. Tenho medo das mulheres usuárias de drogas.	0,76	0,61
5. A mulher usuária de drogas é capaz de cometer qualquer ato para manter o vício.	0,63	0,43
6. Quando uma mulher usuária de drogas se aproxima tenho vontade de fugir.	0,73	0,58
7. As mulheres usuárias de drogas são pessoas perigosas.	0,82	0,67
8. As mulheres usuárias de drogas não merecem confiança	0,76	0,62
9. As mulheres usuárias de drogas oferecem risco para a sociedade.	0,79	0,70
10. É perigoso conviver com mulheres usuárias de drogas.	0,77	0,62
11. As mulheres usuárias de drogas podem agir agressivamente a	0,65	0,52

qualquer momento.

12. As mulheres usuárias de drogas roubam para manter o vício. 0,67 0,57

<b>Número de itens</b>	<b>12</b>
<b>Valor próprio</b>	<b>6,928</b>
<b>Variância explicada (%)</b>	<b>53%</b>
<b>Alfa de Cronbach (<math>\alpha</math>)</b>	<b>0,93</b>

Com base nos resultados expostos na Tabela 4, observou-se a variância explicada de 53% da solução unifatorial da Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas, agrupando todos os itens num mesmo fator, os quais se referem a ideia de ameaça voltada para a periculosidade atribuída às mulheres que fazem uso de drogas. A presente análise mostrou-se similar a escala original proposta para o contexto de usuários de drogas sem especificação do gênero, proposta por Maciel et al. (2016, *no prelo*), a qual também apresenta uma solução unifatorial.

Portanto, fazendo uso dos indicadores da análise fatorial exploratória relatados acima, e no cálculo do Alfa de Cronbach para conhecer a consistência interna (precisão) da estrutura fatorial resultante, na qual espera-se que este indicador seja de ao menos 0,70 para que o instrumento possa ser considerado como psicometricamente adequado (Pasquali, 2003), é possível concluir que a presente escala de natureza unidimensional reúne resultados consistentes e bons índices psicométricos para o contexto universitário.

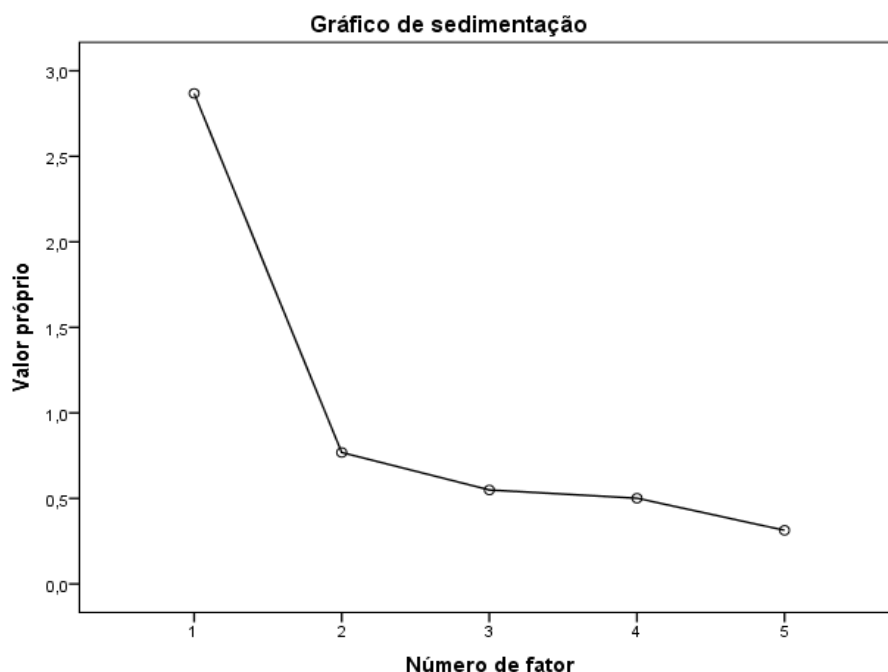
A despeito de possibilidades futuras e reconhecendo o caráter exploratório da medida empregada, pontua-se a importância de realizar procedimentos de modelagem por equações estruturais com o propósito de confirmar a estrutura unifatorial da EPAMUD. Em face disto, o estudo seguinte (Estudo 3) terá como foco a validação confirmatória deste instrumento em amostras similares no ambiente acadêmico.

### *c) Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD)*



Antes de efetuar a análise fatorial exploratória, procurou-se averiguar a fatora  o da matriz de correla  es entre os itens do instrumento em questão, por meio do KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e do Teste de Esfericidade de Bartlett. Corroborou-se a adequa  o de prosseguir a uma análise fatorial, observando os seguintes   ndices: KMO = 0,80 e Teste de Esfericidade, de Bartlett,  $\chi^2_{(10)} = 326,183$ ;  $p < 0,001$ .

Neste sentido, optou-se por efetuar uma análise com método dos eixos principais, sem fixar rota  o ou número de dimensões a extrair. Foi identificado um fator com valor próprio superior a 1 (*Cr  terio de Kaiser*), o qual equivale ao valor: 2,868, explicando 47% da variância total. O *Cr  terio de Cattell* também oferece indica  es acerca da dimensionalidade unifatorial deste instrumento, conforme pode ser observado na distribui  o gráfica (*scree plot*) da Figura 11.



**Figura 11.** Representa  o gráfica do valor próprio da Escala de Moraliza  o frente às Mulheres Usuárias de Drogas

Ao comparar os indicadores observados entre o cr  terio de *Kaiser* e o Cr  terio de *Cattell*,    possível haver uma concordância entre tais indicadores, não restando d  vidas quanto a interpreta  o de uma estrutura unifatorial da presente escala. Com base nisso,

realizou-se uma nova análise fatorial com método dos eixos principais, desta vez fixando-se um fator e elegendo o ponto de saturação de 0,40 para que o item faça parte do componente. Estes dados podem ser observados na Tabela 5.

**Tabela 5.** Estrutura fatorial da Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas

Itens	Cargas Fatoriais	$h^2$
1. O consumo de drogas é um sinal de fraqueza de caráter.	0,72	0,44
2. As mulheres usuárias de drogas não se preocupam com seus problemas;	0,68	0,38
3. As mulheres usuárias de drogas são pessoas moralmente fracas.	0,80	0,53
4. As mulheres usuárias de drogas são pessoas sem determinação.	0,72	0,45
5. As mulheres usuárias não querem parar de consumir drogas.	0,45	0,18
<b>Número de itens</b>		<b>5</b>
<b>Valor próprio</b>		<b>2,868</b>
<b>Variância explicada (%)</b>		<b>47</b>
<b>Alfa de Cronbach (<math>\alpha</math>)</b>		<b>0,81</b>

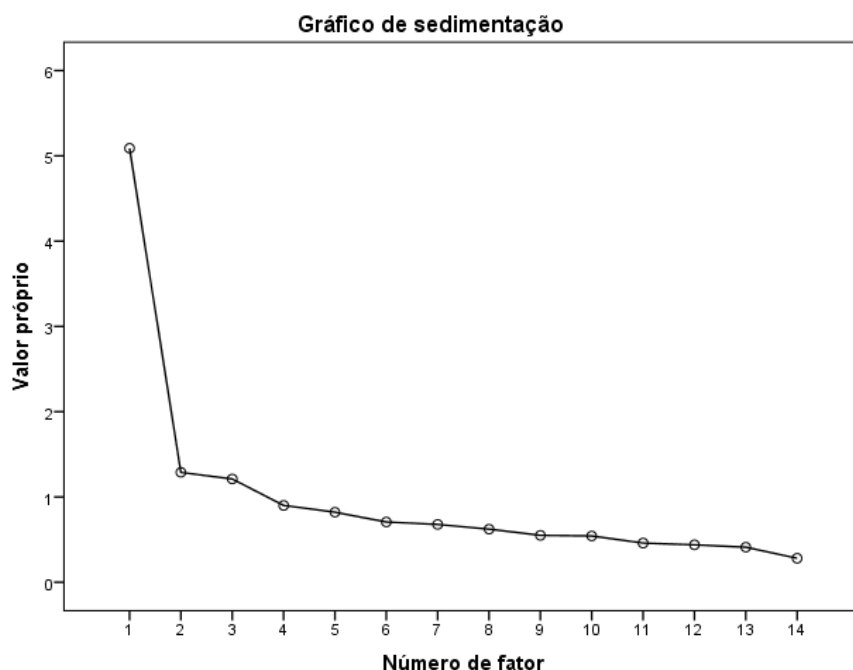
Portanto, pode-se afirmar, com base na análise fatorial exploratória e no cálculo do Alfa de Cronbach, que este instrumento apresenta evidências de validade fatorial e bons indicadores de consistência interna, com identificação de um fator principal com variância de 47% e altas pontuações de cargas fatoriais presentes nos cinco itens do componente geral, denominando de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas.

No entanto, ainda que sejam satisfatórios os parâmetros psicométricos ora apresentados, reconhece-se a importância de uma replicabilidade da estrutura fatorial proposta, por meio de uma nova análise com fins confirmatórios, que será exposta no Estudo 3.

d) *Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD)*

Primeiramente, procurou-se comprovar a fatorabilidade da matriz de correlações entre os itens da escala. Os resultados apoiaram a adequação de se utilizar uma análise fatorial exploratória, tendo sido observados os seguintes índices que se mostraram adequados: KMO = 0,88 e o Teste de Esfericidade de Bartlett,  $\chi^2_{(91)} = 848,872$ ;  $p < 0,001$ .

Realizou-se uma análise com o método dos eixos principais sem fixar, *a priori*, o número de componentes a extrair ou o tipo de rotação; dessa forma, foram identificados três componentes com valores próprios superiores a 1 (*Critério de Kaiser*), explicando 42% da variância total com os seguintes valores: 5,064, 1,449 e 1,237. Porém, considerando o *Critério de Cattell*, pode-se observar uma estrutura fatorial ambígua, conforme a distribuição gráfica (*scree plot*) observada na Figura 12.



**Figura 12.** Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Intenção de Contato Social.

Tendo em vista essa ambiguidade, realizou-se a análise paralela visando não deixar dúvidas quanto ao número de fatores a extrair; nesta análise, foram assumidos os mesmos parâmetros do banco de dados original, isto é, 208 participantes e quatorze variáveis (ver Tabela 6).

**Tabela 6.** Distribuição dos fatores de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela sobre a Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

<i>Critério de Kaiser</i>	<i>Análise Paralela</i>
<b>5,089</b>	<b>1,474</b>
1,288	1,359
1,237	1,268

Contrastando os valores entre o *critério de Kaiser* e a Análise paralela, observou-se que o critério de Kaiser apresentou valores superiores aos simulados, permitindo assim, a identificação de apenas um fator pertencente a medida. Desse modo, optou-se por realizar nova análise fatorial exploratória com o método dos eixos principais e dessa vez fixando-se um único fator, tendo como ponto de saturação 0,40 para o item fazer parte do fator. Os resultados são apresentados na Tabela 7.

**Tabela 7.** Estrutura fatorial da Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

<b>Itens</b>	<b>Cargas Fatoriais</b>	<b>h<sup>2</sup></b>
1. Penso que o desemprego não se agravaria pela presença das usuárias de drogas no Brasil.	0,39	0,25
2. Teria dificuldade em admitir como chefe de trabalho uma usuária de drogas.	<b>0,63</b>	0,41
3. De modo geral, eu gosto do jeito de ser das mulheres usuárias de drogas.	<b>0,67</b>	0,41
4. Ainda que não se fale, a presença de uma usuária de drogas produz medo.	<b>0,49</b>	0,26
5. Acredito que os mesmos direitos que nós temos, as usuárias de drogas também possuem	0,28	0,09
6. Por certas razões, não é aconselhado manter relacionamentos com usuárias de drogas.	<b>0,61</b>	0,38
7. Teria amiga usuária de drogas.	<b>0,63</b>	0,37
8. No meu negócio, não contrataria mulheres usuárias de drogas.	<b>0,74</b>	0,54
9. Eu não gostaria que alguém da minha família se casasse com	<b>0,76</b>	0,59

uma mulher usuária de drogas.

10. Acho desnecessário o gasto de dinheiro público com mulheres usuárias de drogas. 0,34 0,27

11. Não houve aumento da insegurança e do crime devido às mulheres usuárias de drogas. 0,37 0,16

12. Não gostaria de ter como vizinha uma mulher usuária de drogas. **0,70** 0,47

13. Não seria bem visto (a) por meus amigos se me vissem sair com uma mulher usuária de drogas **0,61** 0,40

14. Certamente temos coisas para aprender com as usuárias de drogas **0,40** 0,29

<b>Número de itens</b>	<b>13</b>
<b>Valor próprio</b>	<b>5,089</b>
<b>Variância explicada (%)</b>	<b>32%</b>
<b>Alfa de Cronbach (<math>\alpha</math>)</b>	<b>0,85</b>

A partir dessa solução unifatorial, percebe-se que o item 1 (*Penso que o desemprego não se agravaria pela presença das usuárias de drogas no Brasil*), o item 5 (*Acredito que os mesmos direitos que nós temos, as usuárias de drogas também possuem*), o item 10 (*Acho desnecessário o gasto de dinheiro público com mulheres usuárias de drogas*) e por último o item 11 (*Não houve aumento da insegurança e do crime devido às mulheres usuárias de drogas*), foram excluídos da escala por não atingir a carga fatorial de 0,40, indicando que há pouca correspondência com o fator geral da escala.

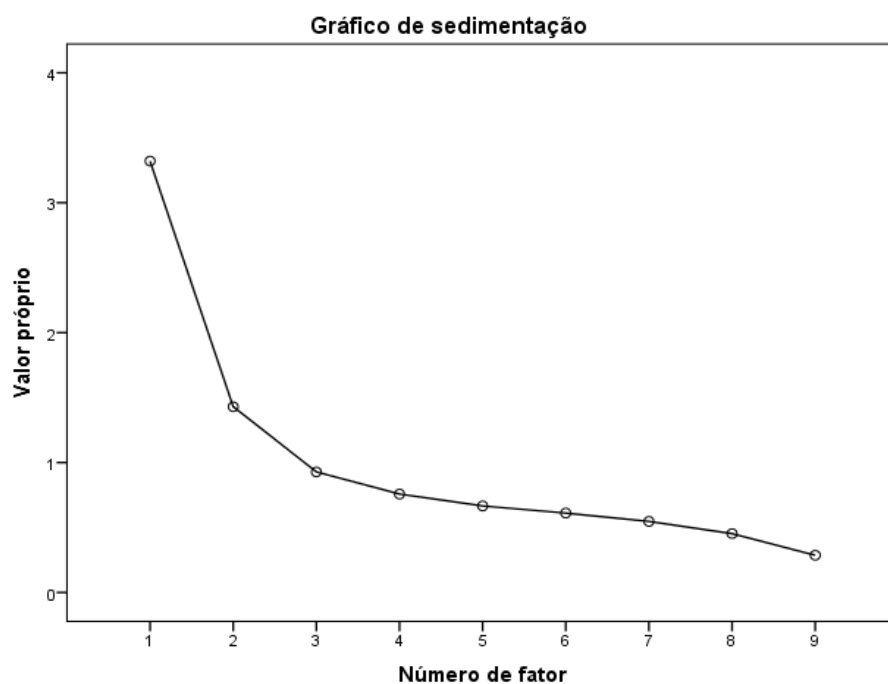
Portanto, constatou-se a identificação de um único componente contendo 10 itens (2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13 e 14) com saturações variando entre 0,40 a 0,76, sendo que os itens 3, 7 e 14 são invertidos. O presente fator geral foi denominado de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas, e com base na análise fatorial exploratória e no cálculo do Alfa de Cronbach, considerou-se os parâmetros satisfatórios e adequados para o contexto universitário.

Contudo, reconhece-se aqui o caráter essencialmente exploratório da técnica estatística empregada. Com isso, optou-se pela realização de uma nova análise de caráter confirmatório para fins de testagem da estrutura da medida que será descrita no Estudo 3.

e) *Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD)*

Procurou-se primeiramente comprovar a fatorabilidade da matriz de correlações entre os itens da escala. Os resultados apoiaram a adequação de se utilizar uma análise fatorial exploratória, tendo sido observados os seguintes índices que se mostraram adequados: KMO = 0,76 e o Teste de Esfericidade de Bartlett,  $\chi^2_{(36)} = 407,18$ ;  $p < 0,001$ .

Primeiramente, realizou-se uma análise com o método dos Eixos Principais sem fixar o número de componentes a extrair ou o tipo de rotação, identificando-se dois componentes com valor próprio superior a 1 (*Critério de Kaiser*), explicando 40% da variância total e com os seguintes valores próprios: 3,321 e 1,430. Em concordância com o *critério de Kaiser*, o *critério de Cattell* confirma a solução bifatorial, conforme a distribuição gráfica (*scree plot*) observada na Figura 13.



**Figura 13.** Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

Tendo em vista a comprovação da estrutura bifatorial da escala, realizou-se a análise paralela visando não deixar dúvidas quanto ao número de fatores a extrair; nesta análise foram assumidos os mesmos parâmetros do banco de dados original, isto é, 208 participantes e nove variáveis (ver Tabela 8).

**Tabela 8.** Distribuição dos fatores de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela sobre a Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

<i>Critério de Kaiser</i>	<i>Análise Paralela</i>
<b>3,321</b>	1,334
1,430	1,226

Ao se realizar um contraste entre o critério de Kaiser e a Análise paralela, observou-se que o critério de Kaiser apresentou valores superiores aos simulados, identificando-se apenas um fator pertencente a escala. Desse modo, optou-se pela realização de uma nova análise fatorial exploratória com o método dos eixos principais e dessa vez fixando-se um fator, tendo como ponto de saturação para o item fazer parte do fator 0,40. Os resultados são apresentados na Tabela 9.

**Tabela 9.** Estrutura fatorial da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

<b>Itens</b>	<b>Cargas Fatoriais</b>	<b>h<sup>2</sup></b>
1. A mulher usuária de drogas deve ser afastada da sociedade	<b>0,59</b>	0,35
2. As mulheres usuárias de drogas precisam ser tratadas em hospitais fechados	<b>0,72</b>	0,52
3. As mulheres usuárias de drogas devem conviver livremente na comunidade	<b>0,66</b>	0,38
4. As mulheres usuárias de drogas devem ser tratadas nos serviços de saúde da comunidade	<b>0,40</b>	0,25
5. A internação em hospitais fechados deve ser o tratamento priorizado para as usuárias de drogas.	<b>0,59</b>	0,35
6. Doentes mentais devem ser tratados em hospitais gerais.	<b>0,42</b>	0,17
7. As mulheres usuárias de drogas precisam viver com suas famílias, em casa.	<b>0,56</b>	0,33
8. As mulheres usuárias de drogas devem ser internadas	<b>0,60</b>	0,30

compulsoriamente.

9. Os serviços substitutivos de saúde na comunidade CAPSad- Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas são os mais adequados para tratar as mulheres usuárias de drogas. 0,09 0,07

<b>Número de itens</b>	<b>9</b>
<b>Valor próprio</b>	<b>3,338</b>
<b>Variância explicada (%)</b>	<b>37%</b>
<b>Alfa de Cronbach (<math>\alpha</math>)</b>	<b>0,76</b>

Nota: Elaborada pela pesquisadora.

Como pode ser observado na Tabela 8, o item 9 (*Os serviços substitutivos de saúde na comunidade CAPSad- Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e drogas, são os mais adequados para tratar as mulheres usuárias de drogas*) foi desconsiderado da escala, por não atingir o ponto de saturação mínima de 0,40. A solução unifatorial da medida agrupou oito itens com cargas fatoriais variando de 0,40 a 0,72, explicando 37% da variância total. Além disso, o fator geral apresentou consistência interna (alfa de Cronbach) de 0,76 e foi denominado de *Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas*.

Em função do caráter essencialmente exploratório da presente análise, reconhece-se a necessidade da realização de análises de validação confirmatória desta escala, a qual será descrita a seguir no próximo estudo (Estudo 3).

#### 4.2.3 Discussão Parcial

O estudo do preconceito e da discriminação frente à grupos considerados minoritários, caracterizou-se pela pluralidade e multiplicidade de abordagens teóricas nas mais diversas áreas, a exemplo da psicologia social, esta entendida enquanto referencial legítimo à análise dos graves problemas sociais que assola a vida em sociedade (Álvaro & Garrido, 2006; Ferreira, 2010). Imerso num contexto a nível macrossocial, vale destacar o consumo abusivo de drogas por mulheres enquanto um fenômeno que carrega em suas entranhas signos e



símbolos que denotam relações de poder e hierarquias sociais; no entanto, o estudo acerca deste tema de investigação, tem recebido pouca atenção de publicações nacionais e estrangeiras, não sendo encontrado nenhum instrumento direcionado a mensuração do preconceito e dos estereótipos de gênero frente a este grupo social. Neste sentido, este estudo buscou de modo preliminar, reunir evidências de validade e precisão das medidas ora empregadas, para que possam ser utilizadas no estudo subsequente e, assim, comprovar as estruturas fatoriais encontradas nesta análise.

As medidas utilizadas neste estudo foram as seguintes: a *Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD)*; a *Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD)*; a *Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD)*; a *Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD)*; e por último a *Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD)*.

No primeiro momento, foi realizada a construção da EEFMUD e as análises fatoriais revelaram uma dimensão unifatorial da medida, tendo esta obtido índices psicométricos superiores ao preconizado pela literatura, como por exemplo, o alfa de Cronbach superior a 0,70 e todas as cargas fatoriais superiores a 0,40 (Pasquali, 2003). Em face desses resultados, sugere-se que tal instrumento concentra critérios adequados de utilização, no que visa mensurar os estereótipos atribuídos às mulheres usuárias de drogas. No entanto, cabe acrescentar que, ainda que o presente instrumento não tenha sido desenvolvido levando-se em consideração uma teoria específica a respeito, os itens averiguados traduzem atributos próximos da realidade brasileira, considerando que o conteúdo destes itens pode variar entre culturas diferentes.

As análises subsequentes dizem respeito às adaptações das medidas ao contexto de mensuração. No que se refere a EPAMUD, os parâmetros psicométricos observados se comportaram de forma similar ou superior ao observado na versão original da medida (Maciel et al., 2016), corroborando a dimensão unifatorial e apresentando excelentes índices de consistência interna ( $\alpha = 0,93$ ).

Sobre as análises fatoriais referentes à EMMUD, estas sugeriram a unidimensionalidade da medida. A estrutura fatorial ora encontrada, explica quase metade da variância total das respostas aos itens e apresentou índices de consistência interna acima do ponto de corte preconizado pela literatura (Pasquali, 2010). Com relação a EICSMUD, a presente adaptação admitiu uma estrutura unifatorial, indicando haver apenas uma dimensão para mensurar a intenção em manter contato social frente às mulheres usuárias de drogas. Ademais, os índices observados na presente adaptação, considerando a versão proposta contendo 10 itens, mostram-se como aceitáveis para fins de pesquisa com universitários, com cargas superiores a 0,40, explicando quase um terço da variância total (33%) e valor de Alfa de Cronbach considerado razoável.

Por último, as análises referentes a EESMUD mostrou parâmetros considerados aceitáveis, como o cálculo da consistência interna ( $\alpha = 0,76$ ) atingindo pouco mais que o limite considerado adequado pela literatura. Além disso, verificou-se um único fator explicando 37% da variância, sendo a versão adaptada proposta composta por oito itens. Embora alguns desses coeficientes não possam ser tidos enquanto ideais, segundo Nunnally (1991), estes indicadores podem ser considerados adequados para fins de pesquisa, devido a natureza “ampla” do construto avaliado e também pelo reduzido número de itens utilizados para dimensioná-los (Clark & Watson, 1995).

É possível mencionar ainda que tais instrumentos apresentaram parâmetros de validade satisfatórias, onde observou-se altas correlações entre os escores das medidas

EEFMUD, EPAMUD, EMMUD, EICSMUD e a EESMUD, corroborando a hipótese de que estes construtos estariam associados ao contexto do preconceito e da exclusão social.

De modo geral e endossando os achados descritos, parece justificável afirmar que, ao menos para o contexto universitário paraibano, as medidas ora analisadas apresentam evidências de aceitabilidade dos parâmetros psicométricos. No entanto, estas análises prévias carecem de maiores investigações quanto a natureza confirmatória das estruturas fatoriais, tema este que será debatido no estudo subsequente.

## **ESTUDO 3**

### ESTUDO 3

#### 4.3 Análises confirmatórias das medidas psicométricas

Após a conclusão do Estudo 3, o qual apontou indícios prévios de validade e precisão das medidas empregas no presente trabalho, este estudo subsequente propõe comprovar tais estruturas fatoriais encontradas. Com isso, objetiva-se testar as versões propostas dos seguintes instrumentos: a *Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD)*; a *Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD)*; a *Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD)*; a *Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD)*; e a *Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD)*. Os achados referentes a testagem de tais medidas encontram-se descritos a seguir.

##### 4.3.1 Método

###### *Tipo de estudo*

A presente pesquisa é de cunho quantitativo, do tipo correlacional, enfatizando a abordagem psicométrica dos dados. Considerando a natureza exploratória do estudo anterior (Estudo 2), objetivou-se nesta pesquisa, reunir evidências mais robustas sobre os parâmetros psicométricos das medidas previamente utilizadas.

###### *Participantes e local*

A amostra foi selecionada por conveniência, do tipo não probabilística e intencional, totalizando 200 estudantes universitários de instituições públicas e privadas no Estado da Paraíba. A idade dos participantes variou entre 17 e 51 anos ( $M= 21,98$ ;  $DP= 4,76$ ), sendo a

maioria do sexo feminino (59%). Os graduandos eram provenientes dos cursos de Ciências Humanas (86%), Ciências Exatas (10,5%) e Ciências da Saúde (3,5%).

### *Instrumentos*

Este estudo contou com cinco instrumentos psicométricos os quais foram detalhados no estudo anterior:

a) *Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD);*

b) *Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD);*

c) *Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD);*

d) *Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD);*

e) *Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD);*

Além disso, solicitou-se os dados dos universitários acerca do sexo, idade, curso e se consideravam ou não usuários de algum tipo de droga (lícita ou ilícita), e ainda se conviviam com pessoas próximas usuárias de drogas. Tais perguntas foram somente para caracterizar a amostra do estudo.

### *Procedimento de coleta de dados e considerações éticas*

Este estudo possui os mesmos procedimentos de coleta de dados e cuidados éticos descritos no Estudo 2.

### *Análise dos dados*

As análises foram possibilitadas por meio dos programas estatísticos SPSS - PASW (*Pacote Estatístico para Ciências Sociais*) para Windows versão 21.0, para o cálculo de estatísticas descritivas para caracterização da amostra; e o programa AMOS versão 18.0, o qual foi empregado para realizar análises fatoriais confirmatórias, tendo em conta a matriz de covariância como entrada e adotando o estimador *Maximum Likelihood* (ML). Os casos omissos (*missing data*) foram substituídos pela média das respostas obtidas em cada item. Para verificar a qualidade e o ajuste do modelo proposto e compará-lo com modelos alternativos, tiveram-se em conta os seguintes indicadores (Pilati & Laros, 2007; Tabachnick & Fidell, 2013):

- $\chi^2$  (*qui-quadrado*) = Testa a probabilidade de o modelo teórico se ajustar aos dados; quanto maior este valor, pior o ajustamento. Este, por ser sensível ao tamanho da amostra (amostras grandes, isto é,  $n > 200$ , podem favorecer descartar um modelo adequado), deve ser interpretado com alguma reserva, valendo-se de sua razão em relação aos graus de liberdade ( $\chi^2/\text{gl}$ ). Este valor precisará ser preferencialmente entre 2 e 3, admitindo-se até 5.

- *Goodness-of-Fit Index* (*GFI*) = Este indicador, como sua versão ponderada (*Adjusted Goodness-of-Fit Index*, *AGFI*), funciona como a estatística  $R^2$  na análise de regressão, representando o quanto da matriz de variância-covariância dos dados pode ser explicada pelo modelo teórico testado. Seus valores oscilam entre 0 (zero; ajuste nulo) e 1 (um; ajuste perfeito), admitindo-se como aceitáveis aqueles próximos ou superiores a 0,90.

- *Comparative Fit Index* (*CFI*) = Compreende um indicador comparativo adicional de ajuste do modelo. Seus valores variam de 0 (zero; ajuste nulo) e 1 (um; ajuste perfeito), sendo admitidos os que são próximos ou superiores a 0,95 como indicativo de ajuste aceitável.

- *Root-Mean-Square Error of Approximation* (*RMSEA*) = Este tem em conta intervalo de confiança de 90% (IC90%), referindo-se aos residuais entre o modelo teórico estimado e os

dados empíricos obtidos. Valores altos são indicativos de um modelo não ajustado, recomendando-se valores próximos ou inferiores a 0,05; 0,08 é um valor comumente aceito, admitindo-se até 0,10 como referência de um modelo aceitável.

Na comparação dos modelos alternativos, além dos indicadores de ajuste apresentados acima, também foram considerados os indicadores: *CAIC* (*Consistent Akaike Information Criterion*) e *ECVI* (*Expected Cross Validation Index*); valores menores de *CAIC* e *ECVI* sugerem um modelo mais adequado conforme De Bem et al. (2011).

#### 4.3.2 Resultados

Para facilitar a compreensão dos leitores, os resultados referentes aos parâmetros psicométricos complementares das medidas são apresentados de forma sistemática, a fim de checar as evidências de adequação das estruturas fatoriais encontradas no estudo anterior. Estes dados dizem respeito aos achados obtidos a partir das Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC), além da testagem de diferentes modelos alternativos na intenção de propor versões das medidas psicometricamente adequadas no contexto para o qual se desenvolve a presente tese. Nesta seção, os dados seguem distribuídos na seguinte sequência: a Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD); a Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD); a Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD); a Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD); e a Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD). Além disso, será apresentada uma discussão parcial acerca destes resultados complementares para então dar seguimento ao Estudo 4, no qual serão conhecidas as relações entre as variáveis investigadas e a testagem do modelo.



a) *Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD)*

A estrutura unifatorial da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas foi submetida a uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) pelo método de estimação Maximum Likelihood (ML), procurando verificar sua qualidade de ajuste. Inicialmente testou-se o modelo unidimensional, o qual emergiu na Análise Fatorial Exploratória (AFE) do Estudo 2 (*Modelo 1*), sendo observado índices de ajustes considerados não aceitáveis, o que motivou a testagem com outro modelo alternativo, comparando-o ao modelo de referência. Tal modelo foi testado mantendo-se a estrutura unifatorial conhecida empiricamente no estudo anterior, no entanto recorreu-se a redução dos itens 2 (forte/frágil), 4 (alegre/triste), 12 (maternal/não maternal) e o item 14 (familiar/não familiar), denominado de *Modelo 2*, composto por 10 itens; o critério usado para exclusão dos itens foi a menor carga fatorial apresentada na análise fatorial exploratória (Tabachnick & Fidell, 2013). Essas análises comparativas entre os modelos podem ser visualizadas na Tabela 10.

**Tabela 10.** Índices de bondade de ajuste para os modelos testados da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas

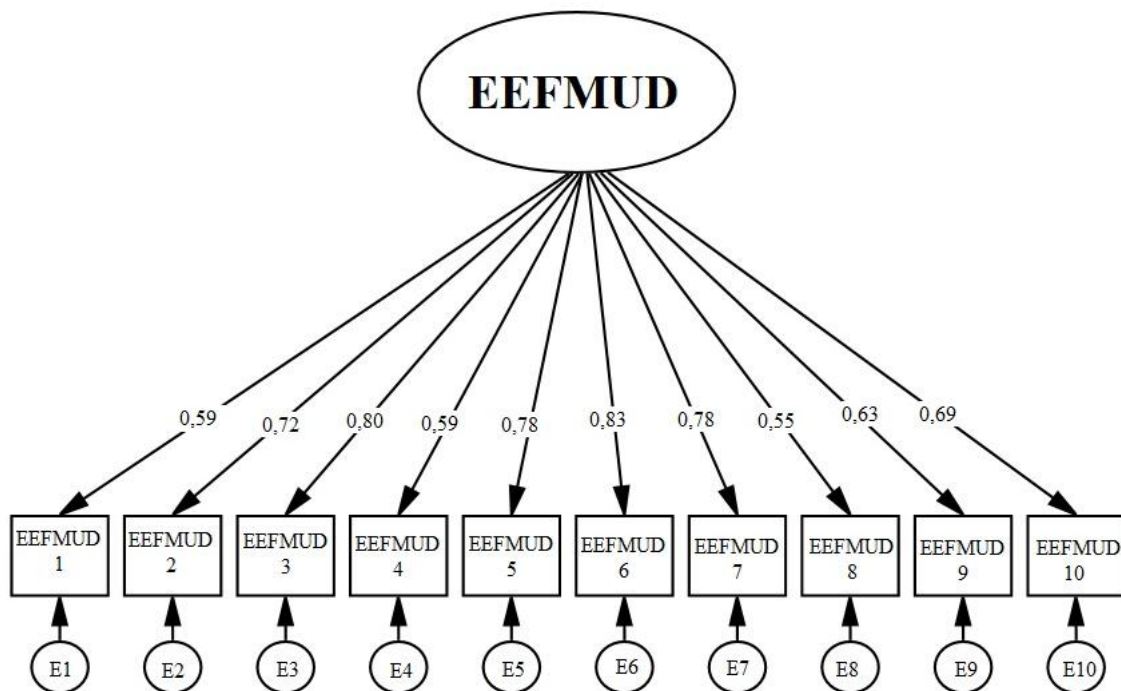
	$\chi^2$ (gl)	$\chi^2/gl$	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC -90%)	ECVI	CAIC
Modelo 1	262,15 (77)	3,40	0,84	0,78	0,86	0,10 (0,09-0,12)	1,53	439,60
Modelo 2	96,98 (35)	2,77	0,91	0,86	0,93	0,09 (0,07-0,11)	0,66	223,79

*Nota.* Modelo 1= Unifatorial; Modelo 2 = Sem os itens 2, 4, 12 e 13.

De acordo com os índices de ajuste apresentados na Tabela 9, tendo em mente a comparação com o modelo principal sugerido pela análise exploratória (Modelo 1), o *Modelo 2* apresentou melhores indicadores de ajuste que os demais [ $\chi^2/gl = 2,77$ ,  $GFI = 0,91$ ,  $AGFI = 0,86$ ,  $CFI = 0,93$  e  $RMSEA = 0,09$  (IC90% = 0,07 – 0,11)]. Cabe acrescentar que os índices complementares ECVI e CAIC, cuja literatura aponta que menores valores denotam melhor ajuste

do modelo aos dados (Tabachnick & Fidell, 2013), também foram considerados aceitáveis para fins de pesquisa.

A fim de verificar se há diferença significativa de qualidade do ajustamento dos modelos, optou-se por efetuar o teste da diferença de qui-quadrado ( $\Delta\chi^2$ ). Os resultados obtidos  $\Delta\chi^2 (1) = 115,17$ , ( $p < 0,01$ ) na comparação dos modelos 1 e 2 evidenciam uma superioridade estatisticamente significativa para o *Modelo 2*, assumindo o pressuposto de invariância do modelo (Damásio, 2013). Na Figura 14 é apresentada a estrutura fatorial deste modelo.



**Figura 14.** Estrutura unifatorial do modelo da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas

Observou-se que todas as saturações ( $\lambda$ , lambdas) foram estatisticamente diferentes de zero ( $\lambda \neq 0$ ;  $z > 1,96$ ,  $p < 0,05$ ), variando de 0,55 a 0,83, com uma saturação média de 0,69. Diante dos resultados apresentados, verificou-se a adequabilidade do modelo unidimensional

da Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas, a qual apresenta indicadores satisfatórios de validade de construto e consistência interna ( $\alpha = 0,91$ ).

Com vistas a corroborar a qualidade da medida no que concerne a precisão, empreendeu-se o cálculo da confiabilidade composta – CC (*Composite Reliability*), sendo este aceitável quando atinge pelo menos o ponto de corte de 0,70 ( $> 0,70$ ) (Hair et al., 2009). O valor CC obtido foi superior ao mínimo proposto o qual foi 0,90, indicando uma boa confiabilidade do construto.

*b) Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD)*

Levando-se em conta os achados da análise exploratória realizada no Estudo 2, procedeu-se uma análise fatorial confirmatória, com vistas a dirimir dúvidas quanto a estrutura dimensional da presente medida. Considerando a matriz de covariância e adotando-se o estimador *Maximum Likelihood*, testou-se a estrutura unifatorial da EPAMUD, isto é, com todos os doze itens saturando em um único fator.

Os indicadores de ajuste apresentados para o modelo de referência (*Modelo 1*), isto é, aquele obtido a partir da análise exploratória, contendo 12 itens, mostraram-se insatisfatórios no que se refere a aceitabilidade dos parâmetros psicométricos, o que motivou a comparação com outros modelos alternativos. Optou-se por comparar com um modelo contendo 10 itens (*Modelo 2*), excluindo-se dois itens de menor carga fatorial: o item 5 (*A mulher usuária de drogas é capaz de cometer qualquer ato para manter o vício*) e o item 12 (*As mulheres usuárias de drogas roubam para manter o vício*). Comparou-se ainda com o *Modelo 3*, seguindo a estrutura de 10 itens e considerando a alta covariação de erro de medida (Deltas,  $\delta$ ) entre os itens 4 (*Tenho medo das mulheres usuárias de drogas*) e 6 (*Quando uma mulher*

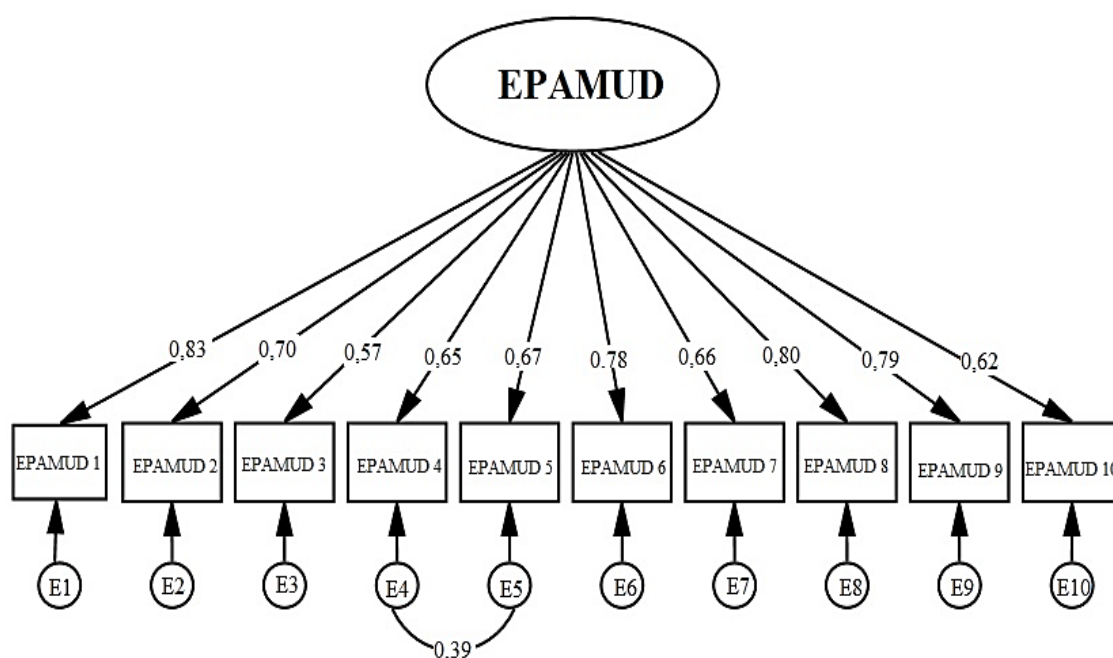
usuária de drogas se aproxima tenho vontade de fugir). Estas análises estão dispostas de modo comparativo na Tabela 11.

**Tabela 11.** Índices de Ajuste de Modelo da Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas

	$\chi^2$ (gl)	$\chi^2/gl$	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC - 90%)	ECVI	CAIC
Modelo 1	192,89 (24)	3,57	0,85	0,79	0,89	0,14 (0,09 - 0,13)	1,211	344,05
Modelo 2	131,09 (35)	3,74	0,88	0,81	0,90	0,11 (0,09 - 0,13)	0,860	257,063
<b>Modelo 3</b>	<b>101,71</b> <b>34</b>	<b>2,99</b>	<b>0,90</b>	<b>0,85</b>	<b>0,93</b>	<b>0,10</b> <b>(0,07 - 0,12)</b>	<b>0,722</b>	<b>233,97</b>

Nota. Modelo 1 = Unifatorial com 12 itens; Modelo 2 = Unifatorial sem os itens 5 e 12; Modelo 3 = Unifatorial com 10 itens e covariação entre os itens 4 e 5.

Tomando como base os índices visualizados na Tabela 11, o *Modelo 3* foi o que apresentou melhor adequação de ajuste de bondade para a presente medida:  $\chi^2 (34) = 101,7$   $p < 0,05$ ,  $\chi^2/gl = 2,99$ , GFI = 0,90, AGFI = 0,85; CFI = 0,93; RMSEA = 0,10 (IC90% = 0,07 - 0,12), ECVI = 0,722 e CAIC = 233,97. Na Figura 15 é apresentada a estrutura fatorial:

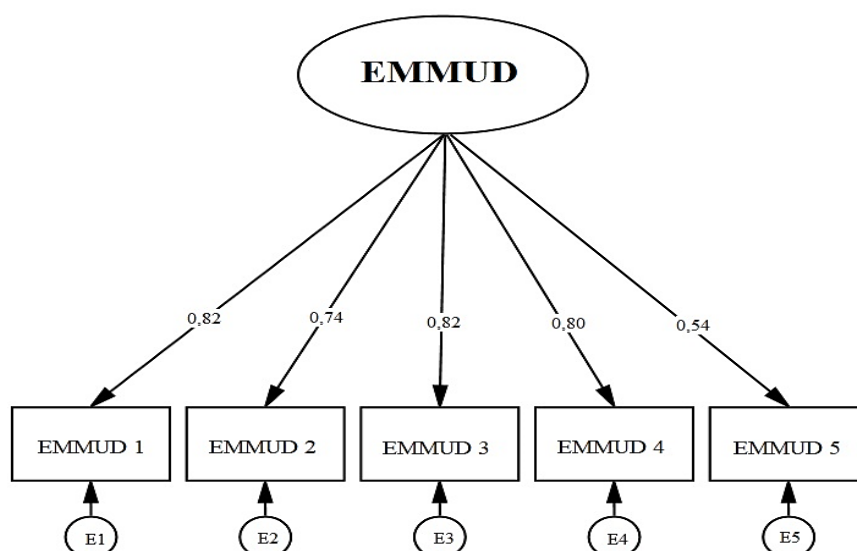


**Figura 15.** Estrutura fatorial do modelo unidimensional da Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas.

Todas as saturações ( $\lambda$ , *lambdas*) foram estatisticamente diferentes de zero ( $\lambda \neq 0$ ;  $z > 1,96$ ,  $p < 0,05$ ), variando de 0,57 a 0,80, com uma saturação média de  $\lambda = 0,70$ . Ademais, foi apresentado indicadores de consistência interna superiores ao indicado pela literatura, com alfa de Cronbach  $\alpha = 0,91$ . Outro indicador de validade de construto foi verificado por meio do cálculo da confiabilidade composta, onde o índice observado ( $= 0,91$ ) foi superior ao valor mínimo aceito pela literatura, comprovando haver qualidade na medida ora analisada. Diante destes resultados, o presente modelo unidimensional da EPAMUD mostrou-se mais parcimonioso, possibilitando a sua utilização em análises subsequentes.

*c) Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD)*

Com base nos achados da análise exploratória descrita anteriormente (Estudo 2), procedeu-se uma análise fatorial confirmatória considerando a matriz de covariância e empregando o estimador *Maximum Likelihood*. Os indicadores de ajuste de bondade apresentados pelo modelo unifatorial não deixou dúvidas quanto à adequabilidade da estrutura fatorial proposta, evidenciando os seguintes índices:  $\chi^2 (10) = 7,595$   $p < 0,05$ ,  $\chi^2/\text{gl} = 1,51$ ; GFI = 0,98; AGFI = 0,95; CFI = 0,99; RMSEA = 0,05 (IC90% = 0,000-0,119),]. Um resumo desse modelo pode ser observado na Figura 16.



**Figura 16.** Estrutura unifatorial da Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas

Analisando os resultados, percebe-se que o modelo unifatorial, como esperado, mostrou indicadores de ajuste de bondade considerado satisfatórios, com todos os itens da escala obtendo saturações (peso fatorial,  $\lambda$ ) estatisticamente diferentes de zero ( $\lambda \neq 0$ ;  $z > 1,96$ ,  $p < 0,05$ ), variando entre 0,54 a 0,82 (média de  $\lambda = 0,74$ ). Ademais, os indicadores de validade de construto e de consistência interna obtidos foram consideradas aceitáveis ( $\alpha = 0,85$ ), assim como o cálculo de confiabilidade composta, tendo apresentado o valor de 0,86, considerado acima do índice mínimo preconizado ( $> 0,70$ ) (Hair et al., 2009). Estes achados nos permitem concluir que a presente medida se apresentou adequada para o contexto de pesquisa universitário.

*d) Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD)*

Para testar a estrutura unidimensional previamente descrita para a EICSMUD, efetuou-se uma Análise Fatorial Confirmatória (CFA) considerando a matriz de covariância e

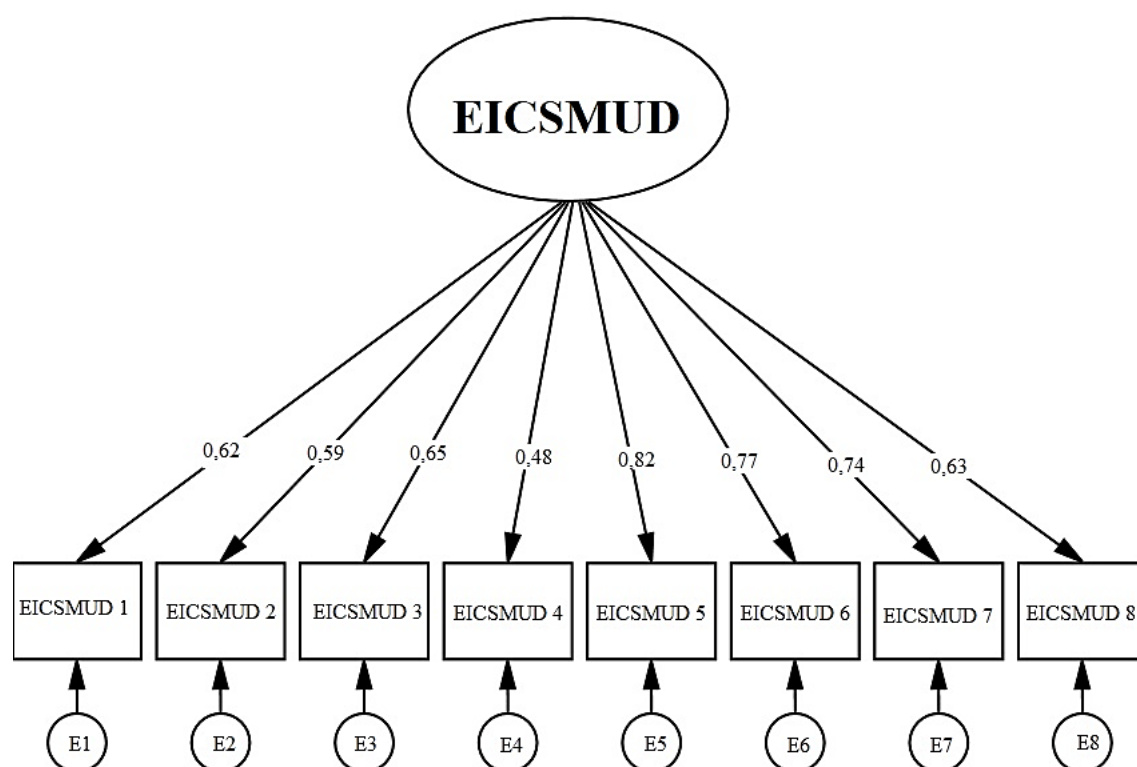
empregando o estimador *Maximum Likelihood*. Inicialmente, teve-se em conta a estrutura sugerida no Estudo 2, denominado de *Modelo 1*, onde foi possível observar índices considerados aceitáveis, porém os itens 3 ( $\lambda = 0,39$ ) e o item 12 ( $\lambda = 0,37$ ), apresentaram saturações abaixo do preconizado pela literatura (Bichler-Robertson et al., 2003). Para fins de comparação, optou-se pela testagem do modelo sugerido retirando os itens 3 e 12, chamado de *Modelo 2*. Os índices de ajuste para os dois modelos testados são apresentados na Tabela 12.

**Tabela 12.** Índices de Ajuste do Modelo Testado da Escala de Intenção de Contato Social

	$\chi^2$ (gl)	$\chi^2/gl$	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC - 90%)	ECVI	CAIC
Modelo 1	103,90 (35)	2,96	0,90	0,84	0,90	0,09 (0,078-0,122)	0,720	229,97
<b>Modelo 2</b>	<b>52,90</b> <b>(20)</b>	<b>2,64</b>	<b>0,93</b>	<b>0,88</b>	<b>0,94</b>	<b>0,09</b> <b>(0,061-0,121)</b>	<b>0,425</b>	<b>153,75</b>

Nota: Modelo 1 = Unifatorial; Modelo 2 = Unifatorial sem os itens 3 e 12;

Os índices observados na Tabela 11 revelam a melhor adequação de bondade de ajuste para o *Modelo 2*, tendo obtido resultados superiores ao modelo de referência:  $\chi^2 (20) = 52,90$   $p < 0,05$ ,  $\chi^2/gl = 2,64$ , GFI = 0,93, AGFI = 0,88; CFI = 0,94; RMSEA = 0,09 (IC90% = 0,061 - 0,121), ECVI = 0,425 e CAIC = 153,75; sendo ainda significativa a diferença de qui-quadrado entre os modelos ( $\Delta\chi^2 (1) = 51$ ;  $p < 0,001$ ). A estrutura fatorial referente a este modelo é apresentada a seguir, na Figura 17.



**Figura 17.** Estrutura fatorial da Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

A visualização acima (Figura 15) revela uma estrutura unidimensional da EICSMUD, composta por oito itens, tendo as saturações ( $\lambda$ , *lambdas*) variando entre 0,48 à 0,82, ambas estatisticamente diferentes de zero ( $\lambda \neq 0$ ;  $z > 1,96$ ,  $p < 0,05$ ) e atingindo a média de  $\lambda = 0,66$ . O coeficiente de consistência interna, alfa de Cronbach ( $\alpha = 0,86$ ), foi considerado aceitável de acordo com o valor preconizado pela literatura. Um segundo indicador de validade foi empreendido, o cálculo de confiabilidade composta, e neste, o coeficiente obtido ( $= 0,86$ ) revelou superioridade ao ponto de corte estabelecido pela literatura, o qual propõem valores acima de 0,70 (Hair et al., 2009). Neste sentido, conclui-se o presente instrumento satisfaz os critérios de aceitabilidade, demarcando bons índices de validade de construto e de consistência interna.



e) *Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD)*

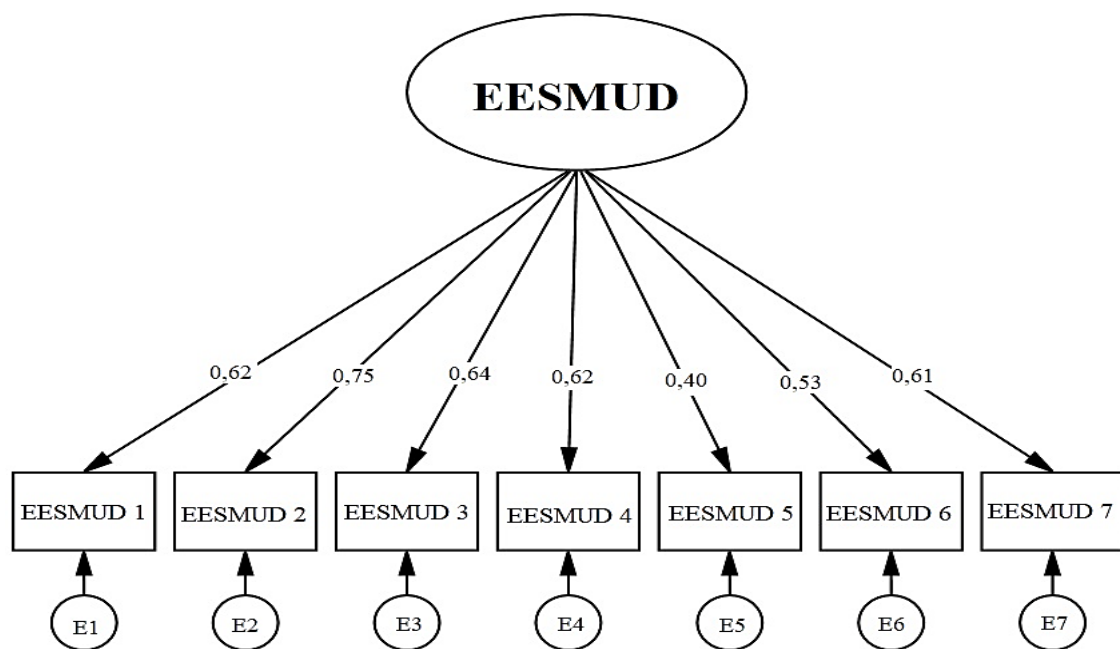
Para realizar a Análise Fatorial Confirmatória, considerou-se a matriz de covariância, adotando-se o estimador ML. De acordo com os resultados obtidos, o modelo de referência (*Modelo 1*) anteriormente descrito no Estudo 2, apresentou índices de ajuste considerados insatisfatórios, o que motivou a comparação com outro modelo alternativo. Para o *Modelo 2*, optou-se pela retirada do item 4 (*As mulheres usuárias de drogas devem ser tratadas nos serviços de saúde da comunidade*), pois apresentou baixa carga de saturação ( $\lambda = 0,36$ ). A comparação dos indicadores de ajustes para os dois modelos está disposta na Tabela 13.

**Tabela 13.** Índices de ajuste do modelo testado da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

	$\chi^2$ (gl)	$\chi^2/gl$	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC - 90%)	ECVI	CAIC
<b>Modelo 1</b>	67,35 (20)	3,36	0,90	0,83	0,87	0,109 (0,081-0,138)	0,497	168,20
<b>Modelo 2</b>	41,95 14	2,99	0,93	0,87	0,91	0,100 (0,066-0,135)	0,350	130,19

Nota: *Modelo 1* = unifatorial com 8 itens; *Modelo 2* = unifatorial com 7 itens.

Como observado nos dados relatados na Tabela 13, o *Modelo 2* mostrou-se superior ao modelo de referência, levando-se a aceitar a estrutura unifatorial da EESMUD, composta por sete itens, sendo os itens 3, 6 e 7 são invertidos. Além disso, todos os itens saturaram estatisticamente diferentes de zero ( $\lambda \neq 0$ ;  $z > 1,96$ ,  $p < 0,001$ ), situando-se no intervalo de 0,40 a 0,75, com coeficiente médio de 0,59. Os lambdas ou as saturações dos valores podem ser verificados na Figura 18.



**Figura 18.** Estrutura fatorial da Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas

De acordo com estes achados, parece existir evidências favoráveis para se aceitar a estrutura unifatorial da EESMUD, tendo em conta os indicadores considerados aceitáveis apresentados pela presente análise (por exemplo,  $\chi^2 (14) = 41,95$   $p < 0,05$ ,  $\chi^2/\text{gl} = 2,99$ , GFI = 0,93, AGFI = 0,87; CFI = 0,91; RMSEA = 0,10 (IC90% = 0,066 - 0,135). Teve-se em conta ainda os indicadores ECVI = 0,350 e CAIC = 130,19, cuja literatura aponta que os menores valores denotam melhor ajuste do modelo aos dados (Tabachnick & Fidell, 2013), sendo observada ainda uma diferença significativa na comparação de qui-quadrado entre os dois modelos ( $\Delta\chi^2 (1) = 25,4$ ;  $p < 0,001$ ), comprovando a superioridade do segundo modelo. Ademais, a estrutura unifatorial contendo sete itens obteve índice de confiabilidade considerado aceitável, como o alfa de Crombach de 0,75, além do coeficiente de confiabilidade composta (= 0,79) também aceitável pela literatura (Hair et al., 2009). De posse destes dados, conclui-se, que a EESMUD consiste numa medida psicometricamente

adequada para avaliação da exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas no contexto universitário paraibano.

#### 4.3.3. Discussão parcial

Este estudo teve como objetivo principal replicar os achados descritos no Estudo 2, considerando a testagem em outra amostra diferente de estudantes universitários no contexto paraibano. De modo particular, procurou reunir evidências confirmatórias acerca dos parâmetros psicométricos dos seguintes instrumentos: a *Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD)*; a *Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD)*; a *Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD)*; a *Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD)*; e por último a *Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD)*. Estes resultados dizem respeito aos dados obtidos utilizando a Modelagem por Equações Estruturais (MEE).

A respeito da testagem fatorial da EEFMUD apresentada neste estudo, os resultados dão suporte para a versão inicialmente proposta, no que concerne a unidimensionalidade da medida. O instrumento composto por 10 itens, culminou numa versão mais parcimoniosa, com melhores indicadores de ajuste e confiabilidade, considerados adequados para o contexto desta pesquisa. A construção e validação fatorial da presente escala, representa um avanço na diminuição da lacuna existente acerca da temática dos estereótipos sobre a mulher no contexto de uso de drogas. Além disso, constitui-se enquanto um contributo importante nos estudos da estereotipização de gênero, considerando que tais traços estereotípicos estão associados às expectativas de comportamentos considerados aceitáveis para o feminino na sociedade (Amâncio, 2010; Natividade et al., 2014), e por isso podem influenciar de maneira significativa na expressão do preconceito frente às mulheres usuária de drogas, tendo impacto

na imagem que se tem dessas mulheres, relativamente à sua incapacidade para assumir os seus papéis sociais e a sua própria subjetividade feminina.

Com relação às evidências de validade de construto e consistência interna da EPAMUD, constatou-se que os índices da presente adaptação se mostraram estáveis, quando comparado com a versão original da medida, proposta por Maciel et al. (2016, *no prelo*), permanecendo bons indicadores de adequabilidade psicométrica à pesquisa no contexto de universitários brasileiros. O estudo sobre a percepção de ameaça física, voltada para periculosidade das pessoas usuárias de drogas, tem sido alvo de diversos estudiosos da área (Fortney et al., 2004; Shomerus et. Al., 2010). Sobre esse aspecto, cabe destacar que a presente medida apresenta suporte de mensuração para se testar a hipótese de que o preconceito direcionado às mulheres usuárias de drogas também se expressaria por meio da percepção de ameaça realista, provocando comportamento de distanciamento social à fonte de ameaça (Cottrell & Neuberg, 2005)

Quanto à dimensionalidade da EMMUD, tanto as técnicas de análises fatoriais exploratórias quanto confirmatórias atestaram a adequabilidade do modelo unifatorial composto por cinco itens, mostrando-se consistentes com a versão original da escala proposta para o contexto de moralização ao uso de álcool (Ronzani, Furtado & Higgins Biddle, 2009). Neste sentido, o presente instrumento apresenta índices psicométricos satisfatórios para fins de pesquisa, e além disso, mostra-se em consonância com outros estudos que apontam para evidência de que o uso de drogas é uma das condições mais moralizadas, quando comparada a outros problemas de saúde (Corrigan et al., 2005; Palm, 2006).

Outra medida alvo de testagem confirmatória no que confere a validade fatorial foi a adaptação da EICSMUD. Como previamente descrito pela análise exploratória, a estrutura unidimensional da presente medida foi comprovada na análise confirmatória subsequente,

tendo este instrumento oferecido suporte de aceitabilidade dos indicadores psicométricos no contexto universitário. Não obstante, embora os autores originais da escala (Martínez & Vera, 1994) tenham criado os itens tendo por base dois fatores distintos, inspirados na Escala de Bogardus, os quais avaliam a intenção em manter contato social superficial ou relações íntimas no contexto da imigração, a presente adaptação para o contexto das mulheres usuárias de drogas demonstrada neste estudo, mostrou-se mais parcimoniosa no tocante a estrutura, a qual sugeriu a unidimensionalidade da EICSMUD, composta por oito itens, os quais mensuram de modo geral a intenção de manter contato frente este grupo social.

Por fim, as análises fatoriais confirmatórias referentes à EESMUD possibilitaram comprovar evidências da adequação da estrutura unifatorial para mensurar a exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas, uma vez que originalmente esta medida foi desenvolvida por Maciel et al., (2016, *no prelo*) para avaliar a exclusão social no contexto da doença mental. A versão ora adaptada apontou um modelo mais parcimonioso, com reduzido número de itens, os quais reuniram evidências de adequabilidade ao presente contexto de pesquisa.

Diante do exposto, os resultados apontaram evidências complementares de validade e precisão das medidas empregadas, e de posse desses achados, o Estudo 4 permitirá conhecer as relações entre esses construtos com as variáveis de interesse.

## **ESTUDO 4**

## **ESTUDO 4**

### **4.4 Modelo Explicativo da Exclusão Social de Mulheres Usuárias de Drogas a partir das medidas do preconceito e dos Estereótipos de Gênero**

Ainda que significativos estudos evidenciem uma clara associação entre consumo de drogas por mulheres e uma produção massiva de categorias que hostilizam, por meio de insultos e estigmas (Bungay et al., 2010; Cardoso & Manita, 2004; Marangoni & Oliveira, 2013; Medeiros et al., 2015; Medeiros et al., 2017), é escasso o conhecimento sobre os fatores subjacentes às dificuldades de inserção e/ou reinserção social das mulheres toxicodependentes, processo esse concebido como exclusão social. Neste sentido, a rejeição social frente este grupo social parece ter um papel preponderante nesse processo, amplificada pelas imagens pouco positivas veiculadas. Portanto, torna-se pertinente conhecer a relação entre os estereótipos de gênero e as atitudes frente à percepção de ameaça, à moralização, à intenção de contato social e com o contruto da exclusão social. Por sua vez, objetiva-se dimensionar o quanto as medidas de estereótipos de gênero, as atitudes frente à percepção de ameaça, à moralização e à intenção de contato social explicam a Exclusão Social. Busca-se por meio dessas associações, propor um modelo explicativo da exclusão social de mulheres usuárias de drogas com base no preconceito e nos estereótipos de gênero.

#### **4.4.1 Método**

##### *Delineamento e Hipóteses*

Consiste em um estudo de cunho quantitativo e do tipo correlacional, considerando medidas *ex post facto*. Considerou-se enquanto variável critério as atitudes frente à exclusão social de mulheres usuárias de drogas, e como variáveis antecedentes foram: os estereótipos

femininos; atitudes frente à percepção de ameaça; atitudes frente à moralização; e a disposição em manter contato social. A partir da contextualização teórica lançada no marco teórico deste trabalho de tese, foram formuladas duas principais hipóteses de pesquisa:

- *H1*: As pontuações nas medidas de estereótipos de gênero, de percepção de ameaça, de moralização e de intenção de contato social se correlacionarão positivamente com a exclusão social;
- *H2*: As variáveis de estereótipos de gênero, a percepção de ameaça, a moralização e a intenção de contato social irão predizer significativamente a exclusão social;

#### *Participantes e local*

A amostra foi selecionada por conveniência, do tipo não probabilística e intencional, totalizando 400 estudantes universitários de instituições públicas e privadas no Estado da Paraíba. A idade dos participantes variou entre 18 e 51 anos ( $M = 22,20$ ;  $DP = 5,22$ ), sendo a maioria do sexo feminino (61,5%). Os graduandos eram provenientes dos cursos de Humanas (70,8%), Exatas (16,8%) e Saúde (14,3%). 17% se auto considera usuário de drogas e deste 10% afirma ser o álcool a substância de uso; ademais, 34,5% afirmou conviver com parentes de primeiro grau usuários de drogas.

#### *Instrumentos*

Os participantes responderam perguntas com características sociodemográficas (como idade, sexo, curso e se auto consideravam usuários de algum tipo de droga, lícita ou ilícita). Além disso, contou com cinco medidas psicométricas descritas no Estudo 3:



*a) Escala de Estereótipos Femininos frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EEFMUD);*

*b) Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD);*

*c) Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD);*

*d) Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EICSMUD);*

*e) Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD);*

#### *Procedimento de coleta de dados e considerações éticas*

Este estudo possui os mesmos procedimentos de coleta de dados e cuidados éticos descritos nos estudos anteriores (Estudos 2 e 3).

#### *Análise dos dados*

As análises foram possibilitadas por meio dos programas estatísticos PASW para Windows versão 21.0, o qual permitiu calcular estatísticas descritivas (média, desvio padrão, análise de frequência) além das análises de correlações de Pearson; e o programa AMOS versão 18.0, o qual permitiu realizar *Path Analysis* (análise de caminhos) a fim de testar os modelos explicativos da exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas.

### **4.4.2 Resultados**

Os resultados são apresentados seguindo a ordem das análises realizadas, bem como a ordem das hipóteses levantadas neste estudo. Inicialmente seguem os dados referentes a estatísticas descritivas e os correlatos entre as medidas de estereótipos de gEnero e as atitudes frente à percepção de ameaça, a moralização, a intenção de contato social e a de exclusão

social frente às mulheres usuárias de drogas. Em um segundo momento, serão apresentados os dados provenientes da testagem do modelo explicativo

#### 4.3.2.1 Estatísticas descritivas e Correlatos das medidas de Estereótipos femininos, Percepção de Ameaça, Moralização e Intenção de Contato social com a medida de Exclusão social

De modo inicial, calculou-se a estatística descritiva das medidas empregadas no presente estudo (médias e desvios padrão), sendo os dados reportados na Tabela 14. Como visto, os Estereótipos de gênero ( $M=4,96$ ;  $DP=0,98$ ) e a Moralização ( $M=3,35$ ;  $DP=1,39$ ), foram, respectivamente, as variáveis que obtiveram maior pontuação média dos respondentes, enquanto que a Exclusão Social ( $M=2,52$ ;  $DP= 0,75$ ) foi a menos endossada pelos participantes.

**Tabela 14.** Estatísticas descritivas e correlações bivariadas entre as variáveis do Estudo 4 ( $N = 400$ ).

Variáveis	M	DP	1	2	3	4	5
1. Estereótipos femininos	4,96	0,98	1				
2. Percepção de ameaça	2,87	0,84	0,58**	1			
3. Moralização	3,35	1,39	0,49**	0,62**	1		
4. Intenção de contato social	3,16	0,80	0,59**	0,74**	0,58**	1	
5. Exclusão social	2,52	0,75	0,46**	0,62**	0,62**	0,55**	1

Nota. \*\*  $p < 0,01$ . Identificação das variáveis: **1** = Estereótipos Femininos; **2**= Percepção de ameaça; **3**= Moralização; **4**= Intenção de Contato Social; **5**= Exclusão Social.

No que diz respeito aos dados da Tabela 14, como preconizado a partir das teorias subjacentes expressas no presente trabalho, observaram-se correlações (*r de Pearson*) estatisticamente significativas entre todas as variáveis do estudo. Com referência ao escore global da medida de exclusão social (variável critério), este correlacionou-se positivamente

com ambas as variáveis preditoras: estereótipos femininos ( $r = 0,46$ ;  $p < 0,01$ ); a percepção de ameaça ( $r = 0,62$ ;  $p < 0,01$ ); a moralização ( $r = 0,62$ ;  $p < 0,01$ ); e a intenção de contato social ( $r = 0,55$ ;  $p < 0,01$ ); ademais, a força das correlações observadas foi considerada de moderada a alta, reunindo, portanto, evidências conclusivas sobre a associação entre as variáveis, corroborando a primeira hipótese de pesquisa (*H1*), de que as medidas (estereótipos femininos; percepção de ameaça; moralização; intenção de contato social) estariam associadas ao construto da exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas.

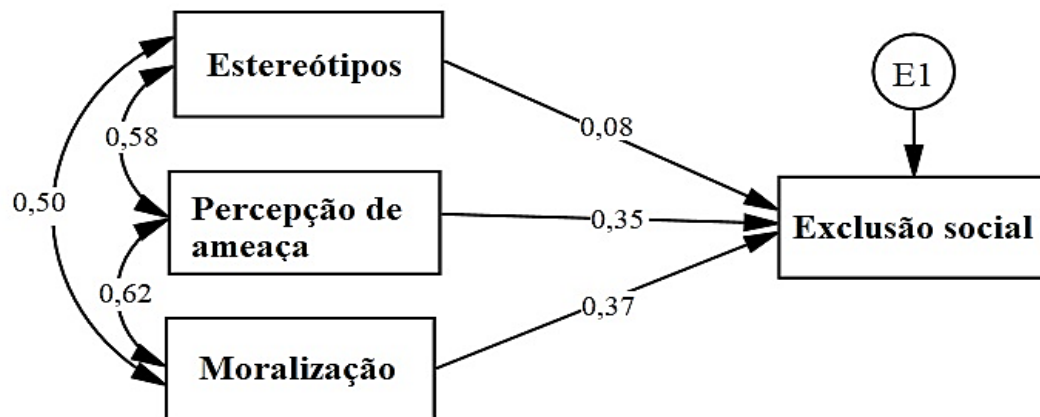
Em um segundo momento, decidiu-se buscar evidências mais robustas de explicação do fenômeno levantado e, tomando por base as correlações realizadas, decidiu-se avaliar em que medida tais variáveis preditoras explicaria a exclusão social das mulheres usuárias de drogas. Deste modo, procedeu-se uma análise de regressão múltipla, tendo como variáveis preditoras os Estereótipos femininos, a Percepção de ameaça, a moralização e a Intenção de contato social, e como variável critério, a exclusão social. A propósito, tal modelo preditivo revelou que apenas os estereótipos femininos, a percepção de ameaça e a moralização mostraram-se preditores estatisticamente significativos da exclusão social, obtendo 48% da variabilidade explicada pelas variáveis antecedentes [ $F(3, 126) = 0,48$ ,  $p < 0,01$ ], apresentado os seguintes pesos de regressão:  $\beta = 0,08$  (Estereótipos femininos,  $p < 0,01$ );  $\beta = 0,34$  (Percepção de ameaça,  $p < 0,01$ ); e  $\beta = 0,37$  (Moralização,  $p < 0,01$ ).

Tendo em conta tais achados e considerando os resultados anteriores, os quais revelaram correlações moderadas da variável intenção de contato social com todas as demais medidas do presente estudo, decidiu-se testar a hipótese de possível relação de mediação da variável mencionada, com vistas a testar o melhor modelo preditivo da Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas, por meio da Structural Equation Modeling (SEM).

#### 4.3.2.2 Testagem do modelo explicativo da Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas com base no Preconceito e nos Estereótipos de Gênero

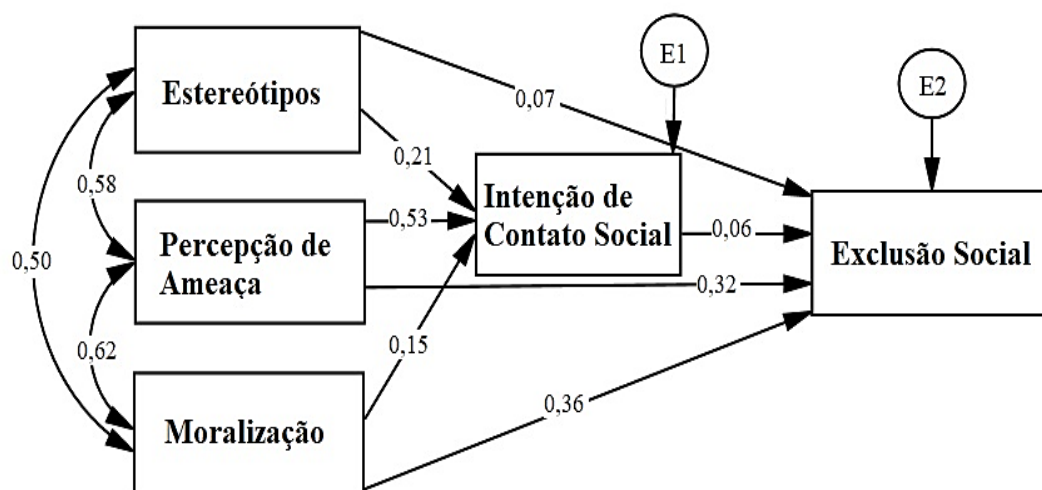
Com base nas hipóteses formuladas, é possível pensar num modelo explicativo da exclusão social frente mulheres usuárias de drogas com base nas evidências levantadas anteriormente no presente estudo, por meio do método *Path Analysis* (Análises de caminho). Para tanto, decidiu-se verificar a adequação de um modelo mais parcimonioso a partir da testagem de três alternativas explicativas: (1) Efeitos diretos dos Estereótipos, da Moralização e da Percepção de Ameaça na Exclusão Social; (2) Efeitos diretos e indiretos dos Estereótipos, da Moralização e da Percepção de Ameaça na Exclusão Social, por meio da mediadora Intenção de Contato Social; e (3) Efeito de mediação simples dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na variável Exclusão Social, a partir da Intenção de Contato Social. As análises referentes aos modelos seguem apresentadas adiante.

Inicialmente verificaram-se efeitos diretos dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na variável Exclusão Social. As análises mostraram que apenas a Percepção de Ameaça  $\lambda = 0,35$  (IC 90% = 0,31/ 0,04)  $p < 0,001$  e da Moralização  $\lambda = 0,37$  (IC 90% = 0,20/ 0,02) apresentaram efeito significativamente estatístico na Exclusão social. O modelo correspondente é apresentado na Figura 19 abaixo.



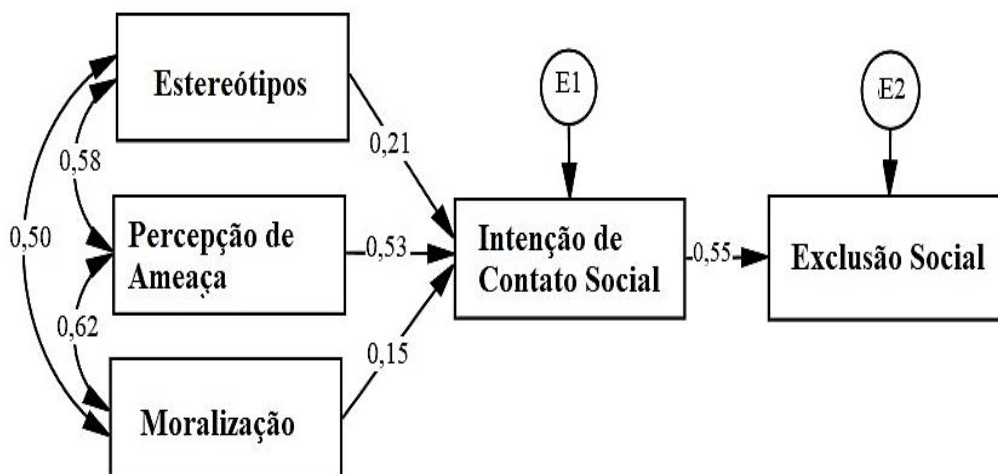
**Figura 19.** Efeitos diretos dos Estereótipos femininos, Percepção de Ameaça e Moralização na Exclusão Social das Usuárias de Drogas

Em seguida, testou-se o modelo com efeitos diretos e indiretos dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e Moralização na Exclusão Social, a partir da mediação da Intenção de Contato Social. Com relação aos efeitos diretos na exclusão social, foram estatisticamente significativos o efeito da Percepção de Ameaça  $\lambda = 0,32$  (IC 90% = 0,28; 0,05)  $p < 0,001$  e da moralização  $\lambda = 0,36$  (IC 90% = 0,19; 0,02)  $p < 0,001$ . Posteriormente, verificou-se paralelamente o efeito indireto dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização, inserindo a variável mediadora (Intenção de Contato Social), não sendo observado valor estatisticamente significativo. O modelo é apresentado na Figura 20 a seguir.



**Figura 20.** Efeitos diretos e indiretos dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na Exclusão Social mediada pela Intenção de Contato Social

Em continuidade, testou-se o modelo de mediação simples, tendo a Intenção de Contato Social como mediadora dos efeitos dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na variável Exclusão Social. A partir desse modelo proposto, e considerando o método de *Bootstrap* com 5000 re-amostragens, verificou-se que todos os valores foram estatisticamente significativos, obtendo os seguintes efeitos indireto dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na variável critério (Exclusão social):  $\lambda = 0,55$ , IC 90% = 0,51/ 0,03,  $p < 0,01$ ; observou-se ainda os seguintes valores de efeitos direto estatisticamente significativos dos Estereótipos ( $\lambda = 0,21$ , IC 90% = 0,17/ 0,03,  $p < 0,01$ ); da Percepção de Ameaça ( $\lambda = 0,53$ , IC 90% = 0,50/ 0,04,  $p < 0,01$ ); e da Moralização ( $\lambda = 0,15$ , IC 90% = 0,08/ 0,02,  $p < 0,01$ ). Além disso, o efeito da mediadora – Intenção de Contato Social – na variável critério foi  $\lambda = 0,55$ , IC 90% = 0,51/ 0,03,  $p < 0,001$ . Estes valores podem ser visualizados na Figura 21.



**Figura 20.** Modelo de mediação dos Estereótipos femininos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na Exclusão Social por meio da Intenção de Contato Social

Diante do exposto e considerando os índices observados entre os três modelos, o modelo de mediação simples (*Modelo 3*) teve o melhor ajustamento, pois se deu na direção esperada, expressando alta aptidão e compatibilidade com as relações que foram elaboradas baseadas na teoria, o que pode ser considerada uma explicação plausível para as relações encontradas entre as variáveis abordadas no presente estudo.

Neste sentido, é possível afirmar que o presente modelo explicativo da Exclusão Social obteve efeitos estatisticamente significativos dos Estereótipos, da Percepção de Ameaça e da Moralização na Exclusão Social de usuárias de drogas, mediada pela Intenção de Contato Social.

#### 4.4.3 Discussão Geral

Como todos os assuntos que exigem imersão na realidade social, o tema da exclusão social vivenciada pelas mulheres usuárias de drogas, para ser compreensível do modo mais

amplo e profundo possível, exige o conhecimento do modo como os mecanismos operantes de “classificação/desclassificação” são empreendidos e naturalizados nas relações socioestruturantes. Em um país marcado pela desigualdade abissal como o Brasil, além da distinção pela ótica hierárquica e naturalizadora da categoria primitiva do sexo, em homens e mulheres, tem-se acrescida uma outra forma de perceber e sentir o feminino na questão das drogas, a qual é visualizada a partir da fronteira distinção entre “normal” e “patológico” e entre a lógica de “mulher boa e virtuosa” e àquela considerada “desviante”. Este arcabouço implícito de reconhecimento do comportamento desviante é fundamentado pelo o que Souza (2016) chama de “hierarquia moral” – que diz respeito a forma como a sociedade organiza os indivíduos em grupos, não por aptidões individuais, mas por serem enquadrados em grupos divergentes para a sociedade atual, os *outsiders* (Becker, 2008).

Um pouco fora da fronteira da psicologia social de base individualista, mas com pertinência sociológica, o uso do conceito de “desviância”, inicialmente empreendido por Becker (2008), consiste numa importante ferramenta de análise das formulações arquetípicas produzidas pelo senso comum sobre o grupo de mulheres usuárias de drogas, atribuindo-lhes então uma valoração negativa. Tal valoração tenderia a encontrar o seu nincho privilegiado de aplicação, no historicamente conhecido processo de culpabilização da vítima ou na legitimação da exclusão às camadas sociais consideradas “perigosas” ao convívio em sociedade.

Para demonstrar a existência de pré-noções estigmatizantes das pessoas que consomem drogas, especialmente no que tange às mulheres, analisou-se o discurso de estudantes universitários paraibanos, os quais orientaram suas ações e decisões baseando-se num saber prático que reconhece o primado de uma “patologia social” que aflinge estas mulheres, que a partir de uma concepção individualizante e moralizante, atribui culpa às más escolhas destas. Nesta oportunidade, e tendo em conta o objetivo da presente tese, o qual



propõe criar um modelo explicativo da exclusão social de mulheres usuárias de drogas a partir dos estereótipos e das variáveis do preconceito (percepção de ameaça, moralização e da intenção de contato social), realizou-se quatro estudos empíricos considerados substanciais ao entendimento da exclusão social enfrentada pelas usuárias, cujos objetivos foram satisfatoriamente alcançados.

Na dimensão das crenças estereotípicas cotidianas, que não se guiam pelo rigor intelectual no esclarecimento de seus pressupostos de existência, e tomando como exemplo os elementos evidenciados no primeiro estudo, acionados para compor e descrever a categoria “mulheres usuárias de drogas”, tornou-se evidente um sistema classificatório apoiado nos componentes afetivos, comumente associados às mulheres como foi demonstrado, no entanto, quando aplicado às mulheres que consomem drogas, este conteúdo tornou-se ressignificado por um espectro afetivo altamente negativo, aliado à orientação comportamental de marginalidade e vulnerabilização.

Essa interpretação, segundo o Modelo de Conteúdo dos Estereótipos (Fiske et al., 2002, 2007), está vinculada a visualização das mulheres usuárias de drogas enquanto um grupo de baixa sociabilidade e baixa competência, e por isso percebidas como grupo “indesejável”, despertando o sentimento de desprezo, o qual justificaria o distanciamento social desse grupo. Esse resultado difere, por exemplo, dos estudos que comparam as dimensões estereotípicas de homens e mulheres, que de acordo com diversos autores (Cuddy, Fiske & Glick, 2007; Cuddy et al., 2009; Garaigordobil & Aliri, 2013; Fiske et al., 2002, 2009; Formiga, Araújo & Cavalcante, 2007; Jost, Banaji & Nosek, 2004), há um consenso de que as mulheres são visualizadas como pertencentes aos grupos subordinados e incompetentes ou de baixo *status*, ao mesmo tempo em que são atribuídos altos valores em sociabilidade, tais como os sentimentos de ternura, compaixão, simpatia e defesa dos direitos, devido à sua atitude de cooperação calorosa. Verificou-se, então, que o fato das mulheres consumir drogas,

modifica o universo simbólico intracategorial, distinguindo-as conforme o plano ideológico valorativo da sociedade vigente.

Por conta dessa visão dominante de que as mulheres têm uma “natureza” demarcada pela fragilidade, há influência direta na relação no acesso que estas mulheres possuem a recursos culturais, afetivo-morais e institucionais, como aponta os estudos de Silva, Pereira e Penna (2018) realizado com profissionais de CAPSad sobre a percepção do cuidado psicossocial frente às usuárias de cocaína e crack, como também o estudo realizado por Bungay et al. (2010) no contexto canadense, no qual também aponta a dificuldade de acesso das usuárias aos serviços de reabilitação. Cabe mencionar que indivíduos atingidos pela privação de recursos e pela consequente marginalização social, tem menor capacidade de reconhecer-se como cidadãos e correm riscos de serem mais afetados pelos efeitos físico-químicos destrutivos proporcionados pelo uso abusivo de drogas (Dutra & Henrique, 2016). Assim, ressalta-se que tais conteúdos estereotípicos observados neste estudo, possui implicações na subjetividade destas mulheres usuárias, nas formas que refletem sobre si mesmas e na sua relação com o mundo, tal como reportam os estudos realizados com usuárias de drogas conduzidos por Capilla-Llisto, Cuquerella-Benaventa e Gimenez-Orts (2015) e Medeiros et al. (2017).

Um passo seguinte consistiu no desenvolvimento e adaptação de instrumentos psicométricos, a fim de viabilizar a mensuração dos construtos de interesse. Neste segmento, foi possível alcançar índices considerados satisfatórios de confiabilidade e precisão das medidas, conforme preconizado pela literatura especializada da área (Pasquali, 2010; Tabachnick & Fidell, 2013).

Na etapa de análise das possíveis correlações existentes entre as variáveis de interesse (a exclusão social, os estereótipos de gênero, a percepção de ameaça, a moralização e intenção de contato social), verificou-se valores considerados moderados entre todas as medidas,

permitindo assim, corroborar a hipótese de que tais variáveis estariam associadas ao contexto alvo de investigação – a exclusão social (H1). No entanto, esses dados apenas trouxeram indicativos favoráveis de se pensar então num modelo preditivo, o qual foi testado num passo posterior.

Analisando, portanto, o peso preditivo de cada variável no modelo explicativo (regressão múltipla), observou-se que, de antemão, apenas a intenção de contato social e os estereótipos não foram estatisticamente significativos enquanto variáveis preditoras do modelo, o que permitiu corroborar parcialmente a segunda hipótese de pesquisa (H2). Com isso, prosseguiu-se, então, a testagem comparativa de modelos explicativos alternativos por meio da técnica *Path Analysis* usando os efeitos de mediação (Maroco, 2010). Neste aspecto, ao verificar a estrutura e os indicadores de três modelos alternativos, comprovou-se que o modelo de mediação simples (*Modelo 3*) foi considerado o que melhor obteve adequação dos dados ao modelo teórico, o qual propõe que a intenção de contato media a relação das variáveis da percepção de ameaça, dos estereótipos de gênero e da moralização na explicação da exclusão social. Na testagem do modelo mais adequado, percebeu-se que a variável intenção de contato social afeta a relação das três medidas (estereótipos de gênero, percepção de ameaça e moralização) frente a exclusão social. Esse resultado é considerado substancialmente importante, na medida que abre caminhos para o entendimento dos fatores propulsores de desigualdade e marginalização do grupo de mulheres usuárias de drogas, suscitando discussões sobre o modo como são concebidas e tratadas na sociedade.

A característica principal deste modelo está em verificar o efeito mediador da intenção de contato social na relação entre os estereótipos, a percepção de ameaça e a moralização na exclusão social de usuárias de drogas. A comparação dos resultados ora obtidos entre os alcançados por outros estudiosos, confirma a relação das atitudes enquanto mediadoras na predição de comportamentos específicos, como por exemplo, o estudo realizado por Medeiros

et al. (2015), no qual buscou conhecer a relação entre os valores enquanto preditores do consumo declarado de álcool por meio do papel mediador das atitudes frente ao álcool. Em outro estudo realizado por Maciel et al. (2017, *no prelo*) sobre os doentes mentais, revelou que a exclusão é motivada pelo preconceito contra o doente mental, sendo o impacto do preconceito mediado pela percepção de ameaça.

Neste sentido, o modelo supracitado neste trabalho postula que existem influências dos estereótipos e das atitudes no comportamento discriminatório. Concretamente, para que haja um comportamento discriminatório expresso abertamente frente a algum grupo social, é preciso que este seja percebido enquanto possuidor de traços ou características que o diferenciam enquanto “divergente” da norma social vigente ou tido ainda como “perigoso” ao convívio sadio em sociedade, tal qual reportam os estudos sobre as algumas categorias, como por exemplo, os ciganos (Lima & Santos, 2016), os *skinheads* (Macrae, Milne, & Bodenhausen, 1994) e os doentes mentais (Maciel et al., 2008; Rusch et al., 2005).

Sobre os usuários de drogas de modo geral, as crenças e avaliações sobre os membros deste grupo, estão associadas com as relações de dominação e de conflitos intergrupais, os normais *versus* os desviantes. Por isso, a “rotulação social” envolve não apenas apontar esta ou aquela mulher como usuária de drogas, mas, além disso, indica dentro da dinâmica social um lugar para estas mulheres, o da anormalidade. Sobre esse aspecto, segundo Velho (2002), sobre esta “patologia social” designada para as mulheres usuárias de drogas se amplifica devido a associação com determinadas práticas de comportamento que põe em risco a vida humana, se pode pensar que, de acordo a lógica dominante, além de interferirem na instabilidade social seriam culpabilizadas por estarem nesta condição, escapam, portanto, do controle social como propõe Gofman (2006).

Este estudo dá apoio empírico à Teoria do Preconceito (Camino & Pereira, 2000), a qual permite se pensar que a exclusão social é construída em processos políticos, nos quais

alguns grupos conseguem impor seus pontos de vista como mais legítimos que outros, gerando, conflitos intergrupais e disputas ideológicas desenvolvidas na dinâmica social. Esta classificação de indivíduos é, portanto, uma construção arbitrária que leva em consideração alguns marcadores sociais, entre eles, o efeito específico da condição de gênero e o pertencimento a uma classe marginalizada, como os usuários de drogas de modo geral.

Compreender a força concreta e material do preconceito e da exclusão frente às mulheres que consomem drogas, é tornar visível as formas de classificações morais – necessariamente sociais – as quais estas mulheres são submetidas. E ainda que o “sexo” seja a forma primária de percebê-las, o dado fundamental da presente pesquisa é que estas mulheres passaram a ser visualizadas como uma classe sem condições emocionais e morais de incorporar a sociedade, precisamente no desempenho de seus papéis sociais e de sua subatividade feminina.

Em termos gerais, este conjunto de estudos reuniram contribuições substanciais para o entendimento do preconceito e dos processos de exclusão social no contexto da toxicodependência feminina. Cabe mencionar, portanto, que são muitos os obstáculos que as pesquisas empíricas enfrentam ao tentar mensurar o preconceito e a exclusão social devido à ampla magnitude destes construtos sociais. Verificou-se, o uso problemático de drogas por mulheres, enquanto fenômeno socialmente expressivo, tem sua gênese nas trajetórias descendentes de exclusão social que incide sobre a grande maioria das mulheres afetadas por esta problemática. Sustentado pelo paradigma da “hierarquia moral” da sociedade atual, hegemonizam os discursos e imagens no campo da droga e também por conceitos que traduzem hierarquias de poder, e não raras vezes, servem para ocultar o problema da dependência química feminina – fator considerado preponderante no agravamento dos processos de exclusão frente este grupo social.

## **CAPÍTULO. 5**

### **Considerações finais**

## CAPÍTULO 5. Considerações finais

Este trabalho objetivou criar um modelo explicativo da exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas com base no preconceito e nos estereótipos de gênero. Neste estudo, a exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas foi mensurada por meio da percepção de ameaça, da moralização, da intenção de contato social e também por meio dos estereótipos de gênero negativos, baseados nas imagens construídas sobre esta categoria social.

No Estudo 1, a primeira pesquisa contemplou as respostas dadas pelos universitários por meio de evocações livres sobre a *Mulher* e também sobre a *Mulher Usuária de Drogas*, permitiu-nos refletir sobre as desvantagens sociais geradas pela divisão de gênero e as concepções normativas que incidem sobre a identidade social das mulheres. A análise dimensional sobre os conteúdos evocados sobre a *Mulher* foi ao encontro da literatura, no que concerne à saliência de conteúdos da dimensão de sociabilidade para este grupo; apesar de se considerar, de forma periférica, alguns conteúdos que remetem a uma possível mobilidade para alguns conteúdos instrumentais. Ao passo que, referente à categoria *Mulher Usuária de Drogas*, ocorreu uma desconstrução da imagem de mulher “boa” e “amável”, tornando visível uma demarcada diferença entre exercer a “feminilidade” e o fato de consumir drogas. Exemplo paradigmático disso é a forma antagônica com que se posicionaram os conteúdos expressos (amável/triste; forte/fragilizada; vaidade/descuidada).

Neste sentido, o que se pretendeu demonstrar neste primeiro estudo, é que a visualização de comportamentos considerados “transgressores” pode mudar a concepção social dentro da própria categoria; além disso, buscou-se conhecer quais os estereótipos estariam associados ao contexto do preconceito e da exclusão social frente às usuárias. Tais estereótipos são baseados nos processos de desvalorização social desse grupo, sobretudo pelo

histórico marcado por ideologias que excluem e estigmatizam o que é considerado “divergente” da norma social. Saleinta-se que em futuros estudos buscar-se-á utilizar uma lista de adjetivos, a fim de balizar a positividade e valoração de cada adjetivo.

E quanto a pesquisa transcultural, é importante ressaltar que a imersão cultural em outra nacionalidade, no caso a portuguesa, consubstanciou importantes contribuições tanto a nível acadêmico e profissional, por meio de leituras, diálogos e trocas de saberes, quanto a nível pessoal, pelo amadurecimento e crescimento a partir da vivência com os aspectos culturais e sociais que só uma experiência antropológica como esta pode proporcionar. Ademais, cabe mencionar que inserção cultural propiciou o despertar de novos horizontes nos que confere a outras inquietações e futuros desdobramentos os quais farão parte de uma nova etapa que se seguirá num futuro breve.

No que concerne aos Estudos 2 e 3, estes se dispuseram a fornecer evidências exploratórias e confirmatórias das medidas utilizadas nesta pesquisa. O alcance de bons indicadores psicométricos atestou sua aplicabilidade com universitários no contexto paraibano. Apesar disso, parece justificável a validação futura destes instrumentos com outras amostras e em outros países para melhor verificação da consistência dos fatores e da validade preditiva.

Na análise das relações entre as variáveis e na testagem do modelo explicativo proposto (Estudo 4), pode-se comprovar que o preconceito e os estereótipos estão na base de explicação dos comportamentos discriminatórios. Como hipotetizado para o modelo, a exclusão social frente às mulheres usuárias de drogas é demonstrada por meio da atribuição de estereótipos de gênero negativos, pela percepção de ameaça e pela moralização, sendo esta relação mediada pela intenção de manter contato social.

O preconceito investigado, se manifesta, portanto, pela substantivação de que este grupo social (mulheres usuárias de drogas) impõe uma ameaça à sociedade, devido a sua



condição de suposta “insanidade”, associada ainda ao suposto “livre arbítrio” de escolha no que se refere ao consumo de drogas. Sobre esse aspecto, salienta-se que a injunção de periculosidade e a culpabilização das usuárias exercem um impacto negativo na formulação de atitudes de se manter relações de proximidade com o grupo alvo; fatores estes considerados a base da exclusão social.

Compreende-se que estes resultados trazem contribuições importantes para a pesquisa nas Ciências Sociais e para o campo da Saúde, especialmente no contexto das políticas públicas de reabilitação e inclusão social de mulheres dependentes químicas. Uma vez que a injunção de crenças e representações generalizadas e depreciativas acerca das mulheres usuárias de drogas contribuem para instituir atitudes preconceituosas e, conseqüentemente comportamentos discriminatórios, faz-se importante empreender a construção de novos olhares e discursos sobre as drogas e seus diversos grupos heterogêneos de usuários, em especial as mulheres. É preciso instituir direcionamentos mais éticos e humanitários sobre a iniquidade do abandono social que polariza a questão das drogas. Um dos primeiros passos que acredito ser de grande valia, é insistir na crítica sobre a patologização e criminalização das pessoas que fazem uso de drogas, e tornar visível os as especificidades e os atravessamentos dos diversos elementos que fazem parte deste complexo comportamento humano, como por exemplo o gênero, a raça, a classe e os fatores socioeconômicos.

É indispensável referir, no entanto, que esta pesquisa como qualquer outra, não se isenta de limitações, dada a impossibilidade de apreender a totalidade do objeto de estudo em questão. Alguns pontos merecem ser enfatizados, como por exemplo, o fato das amostras dos estudos (2, 3 e 4) aqui mencionados serem em sua maioria de estudantes universitários paraibanos, coletados de forma aleatória, o que não permite a representatividade da população da qual foi retirada, restringindo quaisquer possibilidades de generalizações. Além disso, não foi levado em consideração enquanto variável no modelo, o fato dos universitários se

identificarem ou não como usuários ou usuárias de drogas, apesar de ter sido questionado esse dado apenas para caracterização da amostra. Esse aspecto em especial, talvez possa vir a gerar perfis atitudinais diferenciados.

Existe um ponto que não se configura exatamente como uma limitação, mas que ainda assim precisa ser ressaltado devido à complexidade ao abordar o tema das drogas. Trata-se da questão da legalidade ou ilegalidade das substâncias. Sabe-se que a depender da classificação de como estão organizadas as substâncias nas diversas sociedades, em moldes de consumo permitido ou não permitido, pode-se refletir em variadas formas de interpretação deste comportamento de consumo, bem como na relação da sociedade com os seus usuários e usuárias, conforme foi ressaltado no estudo 1.

Contudo, julga-se necessário que tais resultados possam orientar programas de intervenção e de reabilitação para mulheres dependente químicas. De modo imprescindível, pontua-se a necessidade de programas sociais voltados para elevar/melhorar os vínculos dos indivíduos-usuários com a sociedade. Os instrumentos considerados neste estudo, bem como o modelo explicativo da exclusão social, não permitirão acabar com as atitudes discriminatórias, mas pelo menos oferecerão base para se conhecer a extensão desta problemática e antecipar consequências futuras, o que vem a ser útil nos estudos que tratam da questão do preconceito contra as mulheres, especialmente no contexto da dependência química.

Por isso, torna-se imperativo que a psicologia social revele as assimetrias entre os gêneros referente à distribuição das chances de inclusão social, que foram e são construídas e reconstruídas incessantemente pela sociedade ao longo do tempo, para que não recorramos a explicações equivocadas e simplistas que reivindicam diferenças entre homens e mulheres e entre o próprio grupo feminino.

E por fim, conclui-se que esta pesquisa alcançou sua relevância científica e social, devido não só ao arcabouço teórico e metodológico a qual se insere, mas principalmente por produzir novos conhecimentos. Acredita-se ter alcançado os objetivos ora propostos, mas com a plena clareza de que não se esgotam neles mesmos, e, portanto, considera-se a possibilidade de avançar nos estudos futuros sobre o preconceito frente às mulheres usuárias de drogas.

## REFERÊNCIAS

- Aciole Neto, M. D. L., & Santos, M. D. F. S. (2016). As máscaras da pobreza: o crack como mecanismo de exclusão social. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 611-623.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper and Row.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Álvaro, J.L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Alves, V. S. (2009). Health care models for users of alcohol and other drugs: political discourse, knowledge, and practices. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(11), 2309-2319.
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22.
- Amâncio, L. (1998). Gênero e ciência no percurso da psicologia social. *Estudos sobre as mulheres*, 9-16.
- Amâncio, L. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 687-714.
- Amâncio, L. (2010). *A Construção Social da Diferença*. 3ª Ed. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Araújo, C. (2005). Partidos políticos e gênero. *Revista de Sociologia e Política*, (24), 193.
- Araújo, C., & Scalón, C. (2005). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2002). *Psicologia social* (3. ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC.

- Asch, S. E. (1946). Forming Impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 1231-1240
- Babor, T. F. et al. (1986). Concepts of alcoholism among American, French-Canadian, and French alcoholics. Alcohol and culture: comparative perspectives from Europe and America. *Annals of New York Academy of Sciences*, 472, 99-109.
- Barney, L. J., Griffiths, K. M., Jorm, A. F., & Christensen, H. (2006). Stigma about depression and its impact on help-seeking intentions. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 40(1), 51-54.
- Barreto, M., D., P., S., L., (2004). Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. *Revista Ártemis*, (1).
- Barros, M. C., Natividade, J. C., & Hutz, C. S. (2013). Construção e validação de uma medida de papéis de gênero. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 317-324.
- Barroso, P. F. (2013). *Desintoxicar e reinserir: Perspectivas no Tratamento de usuários de Drogas* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande de Sul, RS.
- Beauvoir, S. (1949). *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Becker, H., S. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Revisão técnica Karina Kuschnir. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bem, S.L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42(2), 155-162.

- Bichler-Robertson, G., Potchak, M. C., & Tibbetts, S. (2003). Low Self-Control, Opportunity, and Strain In Students' reported Cheating Behavior. *Journal of Crime and Justice*, 26(1), 23-53.
- Blascovich, J., Mendes, W. B., Hunter, S. B., Lickel, B., & Kowai-Bell, N. (2001). Perceiver threat in social interactions with stigmatized others. *Journal of personality and social psychology*, 80(2), 253.
- Brasil (2006). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=254672>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- Brasil (2013). Fundação Oswaldo Cruz. *Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil*. Recuperado de <http://portal.fiocruz.br/pt-br/>
- Brasil. (2004). Ministério da Saúde. Diretrizes para a Política de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, v. 2. ed. rev. ampl., p.22-40.
- Brasiliiano, S. & Bucaretychi, H. A. (2006). Há uma Psicologia da Mulher? In T. A. Cordás e F. T. Salzano, (Ed.). *Saúde Mental da Mulher* (p. 1-11). São Paulo: Atheneu.
- Brasiliiano, S. (2001). Psicoterapia de grupo para mulheres dependentes de álcool e drogas: lições de 4 anos de experiência. *Revista da SPAGESP*, 2, 89-99.
- Brown, R. (2000). Social identity theory: Past achievements, current problems and future challenges. *European journal of social psychology*, 30(6), 745-778.
- Bucher, R. (1992). *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Bungay, V. Johnson, J. L. Varcoe, C. & Boyd, S. (2010). Women's health and use of crack cocaine in context: Structural and everyday" violence". *International Journal of Drug Policy*, 21, 321-329.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Camino, L. (1996). *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social*. João Pessoa: Ed. Universitária.
- Camino, L., & Pereira, C. (2000). O papel da psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Perfil*, 13(13), 49-69.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1(1), 13-36.
- Capilla-Llistoa, M. J., Cuquerella-Benaventa, M. A., & Gimenez-Ortsa, L. (2015). Gender Patterns in Women Addicted to Drugs. *European Psychiatry*, 30(1), 28-31.
- Cardoso, S. & Manita, C. (2004). Mulheres toxicodependentes: o gênero na desviância. *Toxicodependências*, 10, (2), 13-25.
- Carvalho, V. D., & Borges, L. O. (2012). Desenhos transculturais na pesquisa organizacional: considerações teóricas e metodológicas. *Ram, rev. adm. mackenzie*, 13(3), 45-68
- Chauí, M., S. (1995). *Convite à filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Ática.
- Clark, L. A. & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological Assessment*, 7(3), 309-319.

- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In M. N. Strey, S. T. L. Cabeda, & D. R. Prehn (Orgs.), *Gênero e cultura: questões contemporâneas*, (pp. 13-38). Porto Alegre: EDIPURCRS.
- Corbett, C. A., Campana, A. N. N. B., & Tavares, M. C. G. C. F. (2013). Atividade física, gênero e imagem corporal. *Salusvita*, 32(3), 307-320.
- Corrigan, P. (2004). How stigma interferes with mental health care. *American Psychologist*, 59(7), 614-625.
- Corrigan, P. (2005). On the stigma of mental illness. American Psychological Association.
- Corrigan, P. W., Lurie, B. D., Goldman, H. H., Slopen, N., Medasani, K., & Phelan, S. (2005). How adolescents perceive the stigma of mental illness and alcohol abuse. *Psychiatric Services*, 56(5), 544-550.
- Corrigan, P. W., Watson, A. C., & Barr, L. (2006). The self-stigma of mental illness: Implications for self-esteem and self-efficacy. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25(8), 875-884.
- Corrigan, P.W., et al. (2003). Challenging two mental illness stigmas: Personal responsibility and dangerousness. *Schizophrenia Bulletin*, 28, 293 – 310.
- Cottrell, C. A., & Neuberg, S. L. (2005). Different emotional reactions to different groups: A sociofunctional threat-based approach to “prejudice.” *Journal of Personality and Social Psychology*, 88, 770–789.
- Coutinho, M. P. L. & Do Bú, E. (2017). A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (version 5.2). *Revista Campo do Saber*, 3(1), 219-243
- Cozby, P. A. (2003). *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento*. São Paulo: Atlas.



- Cruz, M. H. S. (2012). Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da Educação. *Revista Saberes em Perspectivas*, 2(2), 13-32.
- Cuddy, A. J. C, Fiske, S. T., Kwan, V.S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J. Ph., Bond, M. H. e cols. (2009). Is the stereotype content model culture-bond? A crosscultural comparison reveals systematic similarities and differences. *British Journal of Social Psychology*, 48, 1-33.
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228.
- D'Amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em Psicologia*, 5(3), 121-134.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2013). *Estatística Sem Matemática para Psicologia*. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- De Bem, A. B. D., Lanzer, E. A., Tambosi-Filho, E., Sanches, O. P., & Bernardi Junior P. (2011). Validade e confiabilidade de instrumento de avaliação da docência sob a ótica dos modelos de equação estrutural. *Avaliação*, 16(2), 375-401.
- Deaux, K. & Emsweiler, T. (1974). Explanations of successful performance of sex-linked tasks: What is skill for male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 80-85
- Deaux, K. (2000). Models, Meanings and Motivations In Dora Capozza & Rupert Brown. *Social Identity Processes* (pp.1-14). Thousands Oaks: Sage.
- Di Giacomo, J. P. (1981). Aspects méthodologiques de l'analyse des représentations sociales. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 1, 397-422.

- Di Giacomo, J. P. (1981). Aspects méthodologiques de l'analyse des représentations sociales. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 1, 397-422.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses universitaires de France.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social a psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O., e Sears, R. (1939). *Frustration and Aggression*, New Haven, Yale.
- Domoslawsky, A. (2011). *A Política da Droga em Portugal: os benefícios da descriminalização do consumo de drogas*. Global Drugs Policy Program/ Open Society Foundations. Recuperado de <http://www.confemel.com/fieme/documentos/poldrogportugal.pdf>
- Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47, 1182-1193. Recuperado de: [http://www.radford.edu/~jaspelme/\\_private/gradsoc\\_articles/stereotypes%20and%20prejudice/History\\_of\\_prejudice.pdf](http://www.radford.edu/~jaspelme/_private/gradsoc_articles/stereotypes%20and%20prejudice/History_of_prejudice.pdf).
- Durvasula, S., Lysonski, J., & Watsom, R. (2001). Does vanity describe other cultures? A cross-cultural examination of the vanity scale. *The Journal of Consumer Affairs*, 35, 180-199 doi.org/10.1111/j.1745-6606.2001.tb00108.x
- Escoto, A. (2004). *História elementar das drogas*. Lisboa, Antígona.
- Estramiana, Á., Luis, J., & Fernández Ruiz, B. (2006). Representaciones sociales de la mujer. *Athenea digital*, (9), 065-077.

- European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs. (2015). *The 2015 ESPAD Report. Results from the European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs*. Disponível em [http://www.espad.org/sites/espad.org/files/ESPAD\\_report\\_2015.pdf](http://www.espad.org/sites/espad.org/files/ESPAD_report_2015.pdf)
- Expósito, F., Moya, M., C. & Glick, P. (1998). Sexismo ambivalente: Medición y correlatos. *Revista de Psicología Social*, 13, 159-169.
- Falcão, L., C., Maracaípe, R., Pereira, A., S. & Torres, A. R. R. (2004). Preconceito e a Psicologia Social. *Estudos (Goiânia)*, 31(4), 617-636.
- Fernandes, L. (2011). Do estereótipo à visão fenomenológica: análises sobre o agarrado. *Toxicodependências*, 17(1), 17-31. Recuperado em 25 de julho de 2018, de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087448902011000100003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087448902011000100003&lng=pt&tlng=pt).
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126.
- Field, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed.
- Fiske, S T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., Xu, J. (2002). A Model of (Often Mixed) Stereotype Content: Competence and Warmth Respectively Follow From Perceived Status and Competition. *Journal of Personality and Social*, 82(6), 878–902.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 357–411). Boston: McGraw-Hill.
- Fiske, S. T., & Stevens, L. E. (1993). What's so special about sex? Gender stereotyping and discrimination. In S. Oskamp & M. Costanzo (Eds.), *Gender issues in contemporary society: Applied social psychology annual* (pp. 173-196). Newbury Park, CA: Sage.

- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (1984). *Social cognition*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition: Warmth, then competence. *Trends in Cognitive Science*, 11, 77– 83.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. J. C., & Glick, p. (1999). (Dis) respecting versus (Des) liking: Status and Interdependence Predict Ambivalent Stereotypes of competence and Warmth. *Journal of Social Issue*, 55(6), 473-489.
- Fleury, A. R., & Torres, A. R. (2007). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia*, 24, 475-486.
- Formiga, N. S., & Camino, L. (2001). The dimension in the inventory of sexual roles of bem (BSRI): the masculinity and femininity on universitaries. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 18(2), 41-49.
- Formiga, N. S., Araújo, T. T. V., & Cavalcante, C. P. S. (2007). A manutenção da discriminação feminina no contexto brasileiro: Um estudo sobre a fidedignidade do sexismo ambivalente. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7, 56-67
- Formiga, N. S., Gouveia, V. V., & Santos, M. D. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo*, 7(1), 103-111.
- Fortney, J., Mukherjee, S., Curran, G., Fortney, S., Han, X. & Booth, B. M. (2005). Factors associated with perceived stigma for alcohol use and treatment among at-risk drinkers. *Behav Health Serv Res*, 31(4), 418-29.
- Freire Filho, J. (2004). Mídia, estereótipo e representação das minorias. *Eco pós*, 7(2), 45-65.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Orlando, Florida: Academic. Recuperado de: <http://psycnet.apa.org/psycinfo/1986-98698-001>.

- Garaigordobil, M., y Aliri, J. (2013). Relaciones del Sexismo con justificación de violencia y con otras formas de prejuicio como la dominancia social y el autoritarismo. *Estudios de Psicología*, 34(2). doi/abs/10.1174/021093913806751384?journalCode=redp20
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Glick, P, Diebold, J., & Bailey.Werner, B. (1997). The two faces of Adam: Ambivalent sexism and polarized attitudes toward woman. *Personality and social psychology bulletin*, 23(12), 1323-1334.
- Glick, P. & Fiske, T. S. (2011). Ambivalent Sexism Revisited. *Psychol Women Q*, 35(3), 530–535. doi: 10.1177/0361684311414832.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of personality and social psychology*, 70(3), 491.
- Goffman, E. (1993). *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Goldberg, E (1968). Are women prejudiced against women? *Transaction*, 5(5), 28-30.
- Gomide, H. P., Lopes, T. M., Soares, R. G., Silveira, P. S. D., Bastos, R. R., & Ronzani, T. M. (2010). Estereótipos dos profissionais de saúde em relação a alcoolistas em Juiz de Fora-MG, Brasil. *Psicologia: teoria e prática*, 12(1), 171-180.
- González-Castro, J. L., & Ubillos, S. (2009). Determinants of psychological distress among migrants from Ecuador and Romania in a Spanish city. *International Journal of Social Psychiatry*.
- Guimarães, N. A. (2002). Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*, 17(18), 237-266

- Guimarães, N. A., & Britto, M. M. A. (2008), Genre race et trajectoires professionnelles: une comparaison São Paulo et Paris”. In: Maruani, M., Hirata, H. & LomBarDi, M. R. (orgs.). *Travail et genre: regards croisés*. France Europe Amérique Latine. Paris, La découverte, pp. 46-60.
- Gunther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: características, definições e implicações. In J. Q. Pinheiro & H. Gunther (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa ambiente* (pp. 369-396). São Paulo : Casa do Psicólogo.
- Hair, J. R. Jr., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6a ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.
- Hakim, C. (2010). Erotic capital. *European sociological review*, 26(5), 499-518.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da Usp*, 26(10), 61-73.
- Hochgraf, P. B. & Andrade, A. G. (2006). A questão do gênero nas farmacodependências. In T. A. Cordás & F. T. Salzano (Orgs.), *Saúde Mental da Mulher*, (pp. 85-103). São Paulo: Atheneu.
- Iannelli, A. M., & Novaes, J. V. (2016). A dimensão simbólica do corpo e o fenômeno social da corpolatria. *DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 2(1), 176-189.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência. (2015). Relatório Anual 2015. *A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências*. (Vol. 1) Lisboa: IPDT/ Ministério da Saúde.
- Jones, J. M. (1972). *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edgard Blücher.

- Jost, J. T., Banaji, M. R., & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25, 881-919. doi:10.1111/j.1467-9221.2004.00402.x
- Katz, D. y Braly, K. W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30, 175-193.
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414–431.
- Krüger, H. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. Em: Lima, M.O. e Pereira, M.E. *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. Brasil: EDUFBA.
- Kulesza, M., Larimer, M. E. & Rao, D. (2013). Substance use related stigma: What we know and the way forward. *Journal of Addictive Behaviors, Therapy & Rehabilitation*, 2(2). doi:10.4172/2324-9005.1000106.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Laport, T. J., Costa, P. H. A., Mota, D. C. B., & Ronzani, T. M. (2016). Percepções e Práticas dos Profissionais da Atenção Primária à Saúde na Abordagem sobre Drogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 143-150. doi.org/10.1590/0102-37722016012055143150
- Leal, M. B. R. (2009). *Ser mulher e dependente química: adesão ou adaptação ao tratamento*. (Monografia publicada). Universidade de Brasília, DF. Disponível em:

[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/722/1/2009\\_MonicaBritodoRegoLeal.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/722/1/2009_MonicaBritodoRegoLeal.pdf).

Acesso em: 12, jun, 2013.

- Lima, M. E. O., & Santos, M. R. (2016). A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 219-228.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411.
- Link, B. G., & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing Stigma. *Annual Review of Sociology*, 27, 363-385.
- Link, B. G., Phelan, J. C., Bresnahan, M., Stueve, A., & Pescosolido, B. A. (1999). Public conceptions of mental illness: labels, causes, dangerousness, and social distance. *American journal of public health*, 89(9), 1328-1333.
- Link, B., et al. (1987) The social rejection of ex-mental patients: understanding why labels matter. *American Journal of Sociology*, 92, 1461-1500.
- Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2014). The role of social values and psychosocial variables in brazilian racial prejudice. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 95-105.
- Lips, H. (1993). *Sex and gender*. Mountain View, CA: Mayfield.
- Louro, G. (1995). *Gênero, História e Educação: construção e desconstrução*. Educação e Realidade. 20(2).
- Luchese, P. T. R., & Aguiar, D. S. (2002). *Políticas públicas em Saúde Pública* / Patrícia T. R. Lucchese, coord., Dayse Santos Aguiar, Tatiana Wargas, Luciana Dias de Lima, Rosana Magalhães, Giselle Lavinias Monerat. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS.



Disponível em: [http://www.professores.uff.br/jorge/polit\\_intro.pdf](http://www.professores.uff.br/jorge/polit_intro.pdf) Acesso em: 27, ago. 2016.

Lynch, A. C. D. (2006). *A questão feminina na obra freudiana impasses e avanços de Freud com relação ao enigma da feminilidade*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maciel, S. C. (2012). Reforma psiquiátrica no Brasil: algumas reflexões/Psychiatric reform in Brazil: a few reflections. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, 4(8), 73-82.

Maciel, S. C. (no prelo). Escala de Exclusão Social frente à Doença Mental. *Revista Psicologia Saber Social*.

Maciel, S. C., Barros, D. R., Silva, A. O., & Camino, L. (2009). Reforma psiquiátrica e inclusão social: um estudo com familiares de doentes mentais. *Psicol. Cienc. Prof.*, 29(3), 436-447.

Maciel, S. C., Maciel, C. M. C., Barros, D. R., Sá, R. C. D. N., & Camino, L. F. (2008). Exclusão social do doente mental: discursos e representações no contexto da reforma psiquiátrica. *PsicoUSF*, 13(1), 115-124.

Maciel, S. C., Medeiros, K. T., & Passos, T. G. C. (no prelo). Escala de Percepção de Ameaça frente aos Usuários de Drogas: Desenvolvimento e Validação. *Psicologia & Sociedade*.

Macrae, C. N., Milne, A. B., & Bodenhausen, G. V. (1994). Stereotypes as energy-saving devices: A peek inside the cognitive toolbox. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(1), 37-47. doi.org/10.1037/0022-3514.66.1.37

Malheiro, L., & Macrae, E. (2011). Trabalho de campo e a construção de políticas para usuários de drogas-a questão dos usos de crack na atualidade: um olhar sobre usuários e

- usuárias. Moraes M, Castro R, Petuco D, (Orgs.). *Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde*. Recife: Instituto Papai.
- Marangoni, S. R. & Oliveira, M. L. F. (2013). Uso de crack por múltipara em vulnerabilidade social: história de vida. *Ciênc. Cuid. Saúde*, 11, 166-172. doi: 10.1590/S0104-07072013000300012
- Maroco, J. (2010). *Análise de equações estruturais*. Lisboa: Report Number.
- Marques, J. & Páez, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In: J. Vala & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martinez, M. C. & Vera, J. J. (1994). La estructura del prejuicio: realidad y simbolismo. *Boletín de Psicología*, 42, 21-38.
- Martins, L. F., Silveira, P. S., Soares, R. G., Gomide, H. P., & Ronzani, T. M. (2010). Moralização sobre o uso de álcool entre estudante de curso de saúde. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 33-41. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100005>
- Medeiros, K. T. Maciel, S. C. & Sousa, P. F. (2017). Women in the context of the drugs: Social Representations of users in treatment. *Paideia*, 27(suppl.1), 439-447. doi: 10.1590/1982432727s1201709
- Medeiros, K. T., Maciel, S. C., Sousa, P. F. D., & Vieira, G. L. S. (2015). Experiences and Representations about Crack: An Approach to Female Drug-Users. *Psico-USF*, 20(3), 517-528.
- Medin, D. (1989). Concepts and conceptual structure. *American Psychologist*, 44(12), 1469-1481.

- Melo, H., P. (2013). A Revista Gênero/UFF: fazendo "ciências" na militância. *Estudos Feministas*, 605-615.
- Melo, J. R. F., & Maciel, S. C. (2016). Drug User's Social Representation in the Perspective of the Chemical Dependent. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 76-87.
- Mesquita Filho, M., Eufrásio, C., & Batista, M. A. (2011). Ambivalent sexism and gender stereotyping in male adolescents aged 12 to 16 years. *Saúde e Sociedade*, 20(3), 554-567.
- Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 23-26.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007
- Mladinic, A. et al. (1998). Sexismo ambivalente en estudiantes universitarios chilenos: teoría, medición y diferencias del género. *Revista de Psicología Social y Personalidad, México*, 14, 1-14.
- Mota, L. (2009). *Dependência química e representações sociais: pecado, crime ou doença?* Curitiba: Juruá.
- Moura, C. P. D. (2009). Outsiders: estudos de sociologia do desvio. *Mana*, 15(2), 588-591.
- Myers, D. G. (1999). Preconceito: O ódio ao próximo (pp.181-206). Em: *Psicologia social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.

- Natividade, J. C., Laskoski, L., Barros, M. C. & Hutz, C. S. (2014). As diferenças sexuais podem fundamentar estereótipos de gênero? Deixem jovens de baixa escolaridade responderem. *Psicologia e Saber Social*, 3, 22-40.
- Niemann, Y. F. Jennings, L. Rozelle, R. M. Baxter, J. C., & Sullivan, E. (1994). Use of Free Responses and Cluster Analysis to Determine Stereotypes of Eight Groups. *Society for Personality and Social Psychology*, 20(4), 379-390
- Nóbrega, S. M., & Coutinho, M. P. L. (2003). O Teste de Associação Livre de Palavras. In: Coutinho, M. P. L. (Org.). *Representações sociais: Abordagem Interdisciplinar*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Nóbrega, S. M., & Coutinho, M. P. L. (2011). O Teste de Associação Livre de Palavras. In M. P. L. Coutinho & E. R. A. Saraiva (Orgs.). *Métodos de pesquisa em Psicologia Social, perspectivas qualitativas e quantitativas* (pp. 95-106). João Pessoa, PB: Editora Universitária.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nunes, L. M., & Jólluskin, G. (2007). O uso de drogas: breve análise histórica e social. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 4, 230-237.
- Nunnally, J. C. (1991). *Teoría psicométrica*. México, DF: Trillas
- Oliveira, G. C. D., Dell'Agnolo, C. M., Ballani, T. D. S. L., Carvalho, M. D. D. B., & Pelloso, S. M. (2012). Heavy alcohol consumption among women. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 33(2), 60-68.
- Oliveira, J. M. & Amâncio, L. (2017). *Gêneros e Sexualidades: Interseções e Tangentes*. Lisboa: Maiadouro.

- Oliveira, M. C., & Ronzani, T. M. (2012). Estigmatização e prática de profissionais da APS referentes ao consumo de álcool. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 648-661. doi.org/10.1590/S1414-98932012000300010
- Onorato, R. S., Turner, J.C. (2004). Fluidity in the self-concept: the shift from personal relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 113-116.
- Osterne, M. D. S. F., & Silveira, C., M., Holanda. (2012). Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *O público e o privado*, (19).
- Páez, D., Torres, B.; Echebarria, A. (1990). Esquema de si, representación social y estereotipo sexual. In: G. Musitu (Org.). *Procesos psicosociales básicos*, (pp. 229-234). Barcelona: PPU.
- Palm, J. (2006). *Moral concerns-Treatment staff and user perspectives on alcohol and drug problems*. (Tese de doutorado não publicada). Universidade de Estocolmo, Estocolmo.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis: Vozes.
- Passos, E. H., & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, 23(1), p.154-162, 2011.
- Pedersen, A., & Walker, I. (1997). Prejudice against Australian Aborigines: Old-fashioned and modern forms. *The European Journal of Social Psychology*, 27, 561–587.
- Pereira, A. (2004). *Representações sociais do homossexualismo e preconceito contra homossexuais*. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

- Pereira, C., Torres, A. S., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 95-107.
- Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes., & Perista, P. (2016). *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*. Lisboa: CESIS.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em Psicologia: Conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205-216
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2006). Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. *Estudos de Psicologia*, 11(3), 315-322.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2009). O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 203-211.
- Prentice, D. A., & Carranza, E. (2002). What women and men should be, shouldn't be, are allowed to be, and don't have to be: The contents of prescriptive gender stereotypes. *Psychology of Women Quarterly*, 26(4), 269-281.
- Ressel, L. B., Sehnem, G. D., Junges, C. F., Hoffmam, I. C., & Landerdahl, M. C. (2009). Representações culturais de saúde, doença e vulnerabilidade sob a ótica de mulheres adolescentes. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm. Rio de Janeiro*, 13(3), 552-57.
- Reynolds, K.J., Turner, J.C, Haslam, S.A., Ryan, M. K., Bizumic, B. & Subasic, E. (2007). Does personality explain in-group identification and discrimination? Evidence from the minimal group paradigm. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 8, 430-441.

- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2002). *Psicologia social* (21a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rokeach, M., & Rothman, G. (1965). "The Principle of Belief Congruence and the Congruity Principle on Models of Cognitive Interpretation." *Psychological Review*, 72, 128-42.
- Ronzani, T. M., & Furtado, E. F. (2010). Estigma social sobre o uso de álcool. *Jornal brasileiro de psiquiatria*, 59(4), 326-332.
- Ronzani, T. M., Furtado, E. F., & Higgins-Biddle, J. (2009). Stigmatization of alcohol and other drug users by primary care providers in Southeast Brazil. *Social Science & Medicine*, 69(7), 1080-1084.
- Ronzani, T. M., Higgins-Biddle, J., & Furtado E. F. (2009). Stigmatization of alcohol and other drug users by primary care providers in Southeast Brazil. *Social Science & Medicine*, 69, 1080-1084.
- Ronzani, T., M., Noto, A., R., Silveira, P., S. (2014). *Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores / colaboradores* Ana Luísa Marlière Casela ... [et al.] – Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Rüsch, N., Angermeyer, M. C., & Corrigan, P. W. (2005). Mental illness stigma: concepts, consequences, and initiatives to reduce stigma. *European Psychiatry*, 20, 529-539.
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Santos, M. D. F. D. S., Aciole Neto, L. M., & Sousa, Y. S. O. (2012). Social representations about crack in the Pernambuco press. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(3), 379-386.

- Scavone, L. (2001a). A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos pagu*, (16), 137-150.
- Scavone, L. (2001b). Motherhood: transformation in the family and in gender relations. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 5(8), 47-59.
- Schomerus, G. et al. (2011) - The stigma of alcohol dependence compared with other mental disorders: a review of population studies. *Alcohol and Alcoholism*, 46(1)105-112.
- Schomerus, G., Holzinger, A., Matschinger, H., Lucht, M., & Angermeyer, M. C. (2010). Einstellung der Bevölkerung zu Alkoholkranken. *Psychiatrische Praxis*, 37(03), 111-118.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidad*, 20 (2), 71-99.
- Scott, J. C. (1990). *Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts*. Yale university press.
- Scott, J. W. (1986). El género: una categoría útil para el análisis histórico. *Historical review*, 91, 1053-1075.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1961/1988). *The Robber's cave experiment: Intergroup conflict and cooperation* (First Wesleyan ed.). Middletown: Weslean University Press.
- Sheriffs, A.C. & McKee, J.P. Qualitative aspects of beliefs about men and women. *Journal of Personality* 1957, 25, 451-464.



- Silva, E. B. O., Pereira, A. L. F. & Penna, L. H. G. (2018). Estereótipos de gênero no cuidado psicossocial das usuárias de cocaína e crack. *Cad. Saúde Pública*, 34(5), 1-10. doi: 10.1590/0102-311X00110317
- Silva, S. G. D. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(3).
- Silveira, P. S. D., Martins, L. F., & Ronzani, T. M. (2009). Moralização sobre o uso de álcool entre agentes comunitários de saúde. *Psicologia: teoria e prática*, 11(1), 62-75.
- Silveira, P. S., Martins, L. F., Soares, R. G., Gomide, H. P., & Ronzani, T. M. (2011). Revisão sistemática da literatura sobre estigma social e alcoolismo. *Estudos de Psicologia*, 16(2), 131-138
- Smith, E. R. & Mackie, D. (1997). Integrating the psychological and the social to understand human behavior. Em G. McGarty & S. S. Haslam (Orgs.), *The message of social psychology: Perspectives on mind in society* (pp.305-314). Cambridge: Blackwell.
- Soares, R. G., Silveira, P. S. D., Martins, L. F., Gomide, H. P., Lopes, T. M., & Ronzani, T. M. (2011). Distância social dos profissionais de saúde em relação à dependência de substâncias psicoativas. *Estud Psicol*, 16(1), 91-8.
- Souza, J. (2016). *O Crack e a Exclusão Social*. 1ª Ed. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas.
- Souza, M. R. R., Oliveira, J. F., & Nascimento, E. R. (2014). A Saúde de Mulheres e o fenômeno das drogas em revistas brasileiras. *Texto Contexto Enferm*, 23(1), 92-100
- Souza, M. R. R., Oliveira, J. F., Santana-Carvalho, E. S., & Nascimento, E. R. (2013). Droga de corpo! Imagens e representações do corpo feminino em revistas brasileiras. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 34(2), 62-69.

- Strehlau, V. I., Claro, D. P., & Laban Neto, S. A. (2015). A vaidade impulsiona o consumo de cosméticos e de procedimentos estéticos cirúrgicos nas mulheres? Uma investigação exploratória. *Revista de Administração (São Paulo)*, 50(1), 73-88. <https://dx.doi.org/10.5700/rausp1185>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using multivariate statistics* (6th ed.). Boston, MA: Allyn & Bacon.
- Tajfel, H & Turner, J.C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. Austin & S. Worchel (Eds.), *Social psychology of intergroup relations*. Monterey, CA: Brooks Cole.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223, 96-102.
- Tajfel, H. (1978). Social categorization, Social identity and Social comparison. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.
- Tajfel, H. (1984). *Grupos humanos y categorías sociales*. Barcelona. Herder.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-77.
- Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. Em E. M. Thechio & M. E. O. Lima (Eds) *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal*. (pp. 174 – 179) Brasília: Technopolitik.
- Torres, A. R. R., & Camino, L. (2011). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. Em L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Eds) *Psicologia social: Temas e teorias*. (pp. 215-239). Brasília: Technopolitik.
- Toscano Jr., A. (2001). Um breve histórico sobre o uso de drogas. In: S. Seibel & A. Toscano Jr. (Eds.). *Dependência de drogas* (pp. 7-23). São Paulo: Atheneu.

- Trad, S. (2009). Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais. *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*, 97-112.
- Turner, J. C. (1980). Fairness or discrimination in intergroup behaviour? A reply to Branthwaite, Doyle and Lightbown. *European Journal of Social Psychology*, 10, 131 - 147.
- Turner, J. C. (1988). Comments on Doise's Individual and social identities in intergroup to social identity. *European Journal of Social Psychology*, 34, 257-278.
- Turner, J.C., Brown, R., Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9, 187-204.
- Turner, J.C., Oakes, P.J. (1986). The significance of the social identity concept for social psychology with reference to individualism, interactionism and social influence. *British Journal of Social Psychology*, 25, 231-252.
- Turra, C. & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Ática: São Paulo
- United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). (2016). World drug report. Washington: United Nations Publication. Disponível em <http://www.unodc.org/wdr2016/>
- Vargas, J. (2011). O homem as drogas e a sociedade: um estudo sobre a (des) criminalização do porte de drogas para consumo pessoal.
- Velho, G. (2002). Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. *Ilha Revista de Antropologia*, 4(1), 005-016.
- Ventura, C. A. A., & Benetti, D. A. M. (2014). A evolução da lei de drogas: o tratamento do usuário e dependente de drogas no Brasil e em Portugal. *Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas*. 10(2), 51-60. doi: 10.11606/issn.1806-6976.v10i2p51-60

- Willis, G. B., Rodriguez-Bailón, R., Moya, M. (2011). Los estereotipos y su contenido en España. In Elza Maria Techio, Marcus Eugênio Oliveira Lima (Orgs.). *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp.107-130). Brasília: TechoPolitik.
- Yamaguchi, E. T. Cardoso, M. M. S. C. Torres, M. L. A. & Andrade, A. G. (2008). Drogas de abuso e gravidez. *Rev. Psiq. Clín.*, 35(1), 44-47.
- Zilberman, M. L. Tavares, H. Blume, S. B. & El-Guebaly, N. (2003). Substance use disorders: sex differences and psychiatric comorbidities. *Can J Psychiatry*. 48, 5-12.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Prezado (a) colaborador (a),**

Esta pesquisa intitula-se ATITUDES FRENTE À MULHER USUÁRIA DE DROGAS e está sendo desenvolvida pela aluna de doutorado Katruccy Tenório Medeiros sob a orientação da Profª Drª Silvana Carneiro Maciel.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Desde já, agradecemos sua colaboração.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

---

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da Prof. Silvana Carneiro Maciel. Caso necessite de alguma informação sobre o presente estudo entre em contato com:

**Katruccy Tenório Medeiros**

Fone: (083) 99942-0801

E-mail: katruccy\_22@yahoo.com.br

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

## APÊNDICE 2

### INSTRUMENTOS – ESTUDO 1

a) BRASIL - TALP (Técnica de Associação Livre de Palavras)

**Local:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Curso:** \_\_\_\_\_

**Período:** \_\_\_\_\_

#### MULHER

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

#### MULHER USUÁRIA DE DROGAS

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

**TEMPO MÉDIO 1min PARA CADA PALAVRA**

PORTUGAL - TALP (Técnica de Associação Livre de Palavras)

**Local:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Curso:** \_\_\_\_\_

**Período:** \_\_\_\_\_

**MULHER**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

5. \_\_\_\_\_

**MULHER TOXICODEPENDENTE**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

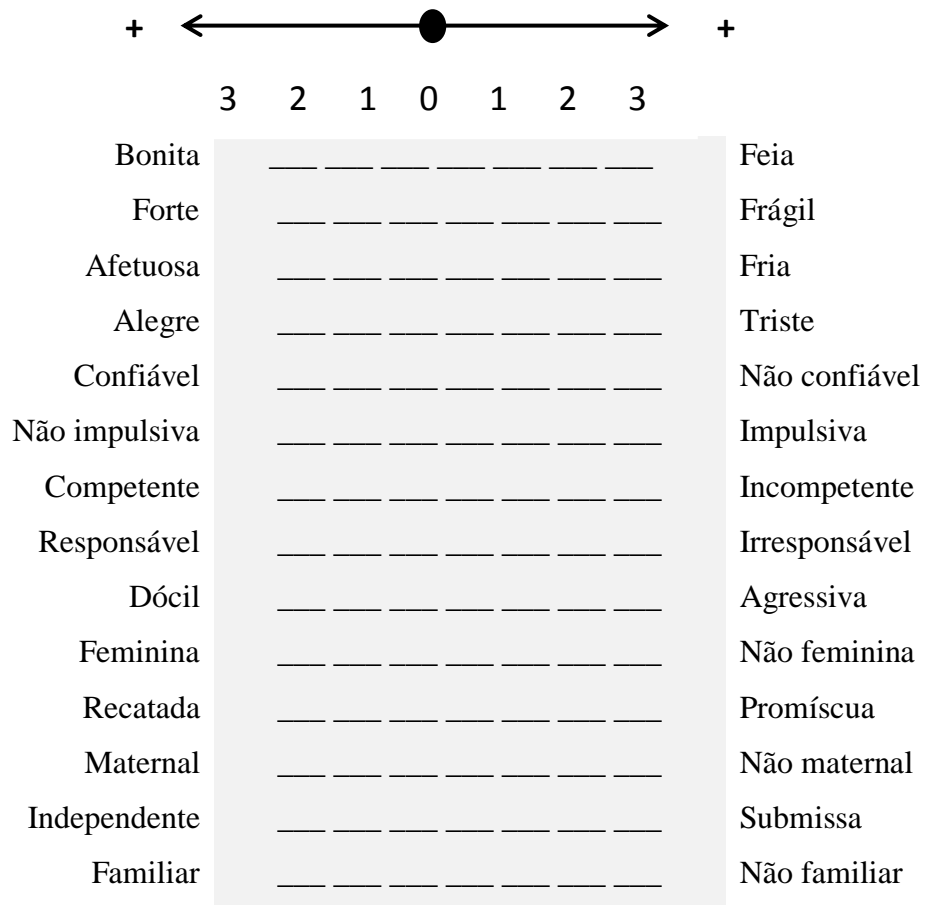
3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

5. \_\_\_\_\_

**TEMPO MÉDIO 1min PARA CADA PALAVRA**





**b) Escala de Intenção de Contato Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (ICSMUD)**

**INSTRUÇÃO:** A seguir se encontram alguns tipos de relações interpessoais em que você poderia ter com uma mulher usuária de drogas. Indique o quanto concorda ou discorda das afirmações.

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda</b>	<b>Nem concorda\ nem discorda</b>	<b>Concorda</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

1. Penso que o desemprego não se agravaria pela presença das usuárias de drogas no Brasil.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
2. Teria dificuldade em admitir como chefe de trabalho uma usuária de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
3. De modo geral, eu gosto do jeito de ser das mulheres usuárias de drogas.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
4. Ainda que não se fale, a presença de uma usuária de drogas produz medo	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
5. Acredito que os mesmos direitos que nós temos, as usuárias de drogas também possuem	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
6. Por certas razões, não é aconselhado manter relacionamentos com usuárias de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
7. Teria amiga usuária de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
8. No meu negócio, não contrataria mulheres usuárias de drogas.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
9. Eu não gostaria que alguém da minha família se casasse com uma mulher usuária de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Acho desnecessário o gasto de dinheiro público com mulheres usuárias de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
11. Não houve aumento da insegurança e do crime devido às mulheres usuárias de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
12. Não gostaria de ter como vizinha uma mulher usuária de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
13. Não seria bem visto(a) por meus amigos se me vissem sair com uma mulher usuária de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
14. Certamente temos coisas para aprender com as usuárias de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

**c) Escala de Moralização frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EMMUD)**

**INSTRUÇÕES:** Tendo em mente o caso descrito acima, gostaríamos de saber em que medida você concorda ou discorda com as situações descritas abaixo.

<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo parcialmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Nem concordo nem discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo parcialmente</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>

1. O consumo de drogas é um sinal de fraqueza de caráter	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
2. As mulheres usuárias de drogas não se preocupam com seus problemas	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
3. As mulheres usuárias de drogas são pessoas moralmente fracas	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
4. As mulheres usuárias de drogas são pessoas sem determinação	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
5. As mulheres usuárias não querem parar de consumir drogas	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>

**d) Escala de Percepção de Ameaça frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EPAMUD)**

**INSTRUÇÃO:** Indique as respostas que caracterizam a **sua percepção** em relação às mulheres usuárias de drogas, marcando o número correspondente.

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda</b>	<b>Nem concorda\ nem discorda</b>	<b>Concorda</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

1. As mulheres usuárias de drogas oferecem perigo à sociedade	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
2. Prefiro manter distância de uma mulher usuária de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
3. A mulher usuária de droga é uma marginal	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
4. Tenho medo das mulheres usuárias de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
5. A mulher usuária de drogas é capaz de cometer qualquer ato para manter o vício	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
6. Quando uma mulher usuária de drogas se aproxima tenho vontade de fugir	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
7. As mulheres usuárias de drogas são pessoas perigosas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
8. As mulheres usuárias de drogas não merecem confiança	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
9. As mulheres usuárias oferecem risco para a sociedade	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. É perigoso conviver com as mulheres usuárias	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
11. As mulheres usuárias podem agir agressivamente a qualquer momento	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
12. As mulheres usuárias roubam para manter o vício	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

**e) Escala de Exclusão Social frente às Mulheres Usuárias de Drogas (EESMUD)**

**INSTRUÇÕES:** Agora circule o número que melhor representa a sua resposta para cada uma das frases abaixo, variando de “discorda totalmente” a “concorda totalmente”.

<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Nem concordo nem discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

1. A mulher usuária de drogas deve ser afastada da sociedade	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
2. As mulheres usuárias de drogas precisam ser tratadas em hospitais fechados	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
3. As mulheres usuárias de drogas devem conviver livremente na comunidade	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
4. As mulheres usuárias de drogas devem ser tratadas nos serviços de saúde da comunidade	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
5. A internação em hospitais fechados deve ser o tratamento priorizado para as usuárias de drogas					
6. As mulheres usuárias de drogas devem ser tratadas em hospitais gerais	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
7. As mulheres usuárias de drogas precisam viver com suas famílias, em casa	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
8. As mulheres usuárias de drogas devem ser internadas compulsoriamente	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
9. Os serviços substitutivos de saúde na comunidade ( <i>CAPSad- Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e drogas</i> ) são os mais adequados para tratar as mulheres usuárias de drogas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

## QUESTIONÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO

Com a finalidade de obter uma descrição sociodemográfica dos (as) participantes da pesquisa, solicitamos que responda as perguntas a seguir.

USUÁRIO (a) DE DROGA (qualquer substância psicoativa)?

SIM ☐ NÃO ☐

SE SIM, QUAL? \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_

SEXO: F ☐ M ☐ F ☐

CURSO: \_\_\_\_\_

PERÍODO: \_\_\_\_\_

CONVIVE COM USUÁRIOS DE DROGAS?

SIM ☐ NÃO ☐

SE SIM, QUAL O TEMPO DE CONVIVÊNCIA? \_\_\_\_\_

E QUAL GRAU DE PARENTESCO? \_\_\_\_\_

## **ANEXO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

## CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 6ª Reunião realizada no dia 30/06/2014, o Projeto de pesquisa intitulado: **“AVALIANDO O PRECONCEITO FRENTE AOS USUÁRIOS(AS) DE DROGAS: A CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE MEDIDA”** da Pesquisadora Silvana Carneiro Maciel. Protocolo 0232/14. CAAE: 31026414.6.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.

  
Drª Eliane Marques D. Sousa  
Coordenadora CEP/CCS/UFPB  
Mat. SIAPE: 0332618